

ISSN 18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2005

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- Augusto Bezerra Cavalcanti Neto
- Francisco de Assis Germano Arruda
- João Emílio Gazzana
- Luis Ethewaldo de Albuquerque Guimarães
- Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral
- Victor Samuel Cavalcante da Ponte

Superintendente de Comunicação e Cultura

— Paulo Sérgio Souto Mota

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste — ETENE

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Coordenadoria de Estudos de Indústria e
Serviços - CEIS)

Maria Odete Alves
(Coordenadoria de Estudos Rurais e
Agroindustriais - COERG)

Equipe responsável

Autores: Assuéro Ferreira, Adriano Sarquis
Bezerra de Menezes, Carlos Américo Leite
Moreira, Inez Sílvia Batista Castro e Wendell
Márcio Araújo Carneiro.

Estagiários: Ádila Maria Barbosa Pinto, Bruno
Alencar Firmo Barreira, Janaína Saldanha de
Carvalho, Jociany Monteiro Luz e Roberto
Alves Gomes.

Editor

Darlan Ferreira Moreira (CE1230JP)

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho (Bibliotecário)

Normalização Bibliográfica

Rodrigo Leite Rebouças

BNB/Etene

Av. Paranjana, 5700, Passaré, CEP 60.740-000,
Fortaleza, Ceará - Brasil
conjuntura@bnb.gov.br

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB*

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei nº. 1.823, de 14 de dezembro de 1994

BNB Conjuntura Econômica. – N. 4 (mai-jun. 2005) - . – Fortaleza : Banco do
Nordeste do Brasil, 2005- .

n. ; il.

Bimestral.

ISSN

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (05)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE n. 4

Mai-Jun 2005

SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS
05	1.1 - Os Desafios da Indústria Têxtil e de Confecções
10	1.2 - Sazonalidade: o Conhecimento dos Índices faz a Diferença
15	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
23	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
23	3.1 - Produto Interno Bruto
27	3.2 - Produção Industrial
32	3.3 - Produção Industrial no Nordeste
36	3.4 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada
41	3.5 - Comércio
45	3.6 - Agricultura
49	3.7 - Pecuária
55	4 - EMPREGO E RENDIMENTO
55	4.1 - Emprego
60	4.2 - Rendimento
62	4.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Empregos Formais
65	5 - SETOR EXTERNO
65	5.1 - Balança Comercial Brasileira
66	5.1.1 - Exportações
71	5.1.2 - Importações
73	5.2 - Desempenho das Exportações Nordestinas
85	5.3 - Balanço de Pagamentos
91	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
91	6.1 - Governo Federal
94	6.2 - Necessidades de Financiamento do Setor Público
95	6.3 - Estados e Municípios
95	6.3.1 - Arrecadação de ICMS
97	6.3.2 - Transferências Voluntárias
100	6.3.3 - Transferências Constitucionais
101	6.4 - Dívida dos Estados

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - Os Desafios da Indústria Têxtil e de Confeções

Fernando Luiz Emerenciano Viana¹

A cadeia produtiva têxtil e de confeções (CTC) é constituída por alguns dos segmentos de maior representatividade dentro da indústria, tendo um papel de destaque na economia dos países em desenvolvimento. No Brasil, tem desempenhado uma função de grande relevância no processo de desenvolvimento ao longo dos anos. A CTC engloba desde a produção das fibras têxteis até o produto acabado e confeccionado.

Nos últimos anos, a indústria têxtil e de confeções passou por uma profunda transformação e reestruturação para se adequar às novas exigências do mercado, tendo como principais objetivos o aumento da produtividade e a redução de custos, destacando-se as seguintes mudanças realizadas:

- Introdução de inovações tecnológicas e de sistemas de qualidade;
- Modernização do parque industrial;
- Redução de custos por meio de terceirização de atividades e especialização da produção;
- Aumento da concentração da produção no segmento têxtil, de capital intensivo, e pulverização da produção no elo de confeções;
- Diminuição da produção de tecidos planos, à qual somaram-se dois efeitos: (1) falência de muitas empresas, especialmente os produtores de tecidos artificiais e sintéticos, mais atingidos pelas importações da Ásia e (2) substituição da produção de planos pela malha de algodão;
- Deslocamento regional do setor para a região Nordeste, devido aos incentivos fiscais e ao menor custo da mão-de-obra;
- Redução do *mix* de produtos e aumento da escala (volume) de produção.

Desde o final da década de 90 do século passado, tem se observado uma certa volatilidade, que no geral resultou em um crescimento lento do setor, onde foram detectados movimentos de retração entre 1995 e 1997, expansão entre 1998 e 2000, nova retração em 2001 e 2002 e expansão em 2003 e 2004. De acordo

¹ Mestre em Engenharia de Produção e Pesquisador do BNB/ETENE

com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT)², 2004 foi para a indústria têxtil e de confecções brasileira o melhor ano desde 1999, registrando um faturamento de US\$ 25,1 bilhões, o que representa um crescimento real da ordem de 5% em relação ao ano anterior. O Brasil se apresenta como o quinto maior produtor mundial, ao se considerar todos os segmentos. Entretanto, sua participação no comércio internacional é bastante incipiente, com 0,63% do total das exportações em 2003. Em 2004, houve um crescimento de 26% do total exportado em valor, atingindo US\$ 2,079 bilhões. Para se ter uma idéia da pequena participação do Brasil, no mesmo ano de 2004, a China exportou US\$ 74 bilhões em produtos têxteis.

A indústria têxtil e de confecções brasileira é predominantemente fabricante de produtos derivados das fibras naturais, sendo que, em 2002, esse segmento correspondeu a 85,37% do total, enquanto o consumo de fibras manufaturadas (artificiais e sintéticas) representou 14,63%. O principal item das fibras naturais é o algodão, cuja safra nacional tem aumentado sucessivamente nos últimos anos, tornando o Brasil auto-suficiente com relação a esse tipo de fibra, com destaque para as regiões do cerrado dos estados do Mato Grosso, Bahia e Goiás. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)³, na safra 2004/2005, a produção brasileira de algodão foi de 3,625 milhões de toneladas, sendo 1,392 milhão de toneladas de algodão em pluma. Entretanto, pelo fato do preço do algodão obedecer à cotação do mercado internacional, persiste um grande fluxo de importação e exportação desse produto. Com a

recente eliminação das quotas de importação de produtos têxteis, em janeiro de 2005, conforme previsto no “acordo multifibras”, os produtores brasileiros de algodão acreditam que podem vir a se tornar os principais fornecedores da fibra para a China e a Índia, países que devem aumentar a produção de peças do vestuário e, conseqüentemente, a demanda pelas principais fibras têxteis, algodão e poliéster. Apesar de a China ser o maior produtor mundial de algodão, sua produção é insuficiente para satisfazer à demanda do seu mercado interno.

No caso particular da indústria têxtil e de confecções nordestina, o principal problema que dificulta o fornecimento do algodão é a logística de transporte, tendo em vista a necessidade do uso do modal rodoviário por grandes distâncias, enfrentando deficiências na infra-estrutura e ocorrências de roubo de carga, o que tem impacto no custo de obtenção dessa matéria-prima. Há uma grande tendência de expansão da área plantada na Região, especialmente nos estados do Piauí e Maranhão.

No contexto mundial, o consumo de fibras manufaturadas tem sido maior do que o consumo das naturais há alguns anos. Em 2001, por exemplo, a demanda por fibras naturais alcançou 42,1% do total, enquanto os 55,9% restantes foram de manufaturadas, com destaque para o poliéster. De acordo com Prochnik (2002)⁴, a produção de fibras químicas no Brasil tem se mantido estável nos últimos 20 anos, enquanto que a produção mundial duplicou no mesmo período, destacando-se em escala mundial os países asiáticos, grandes fornecedores de fibras químicas do tipo commodity. Os pro-

² ABIT. *Exportações brasileiras de produtos têxteis e confeccionados*. Disponível em: <www.abit.org.br> Acesso em: 15 mar. 2005.

³ CONAB. *Algodão em pluma Brasil: série histórica de produção safras 1990/91 a 2004/05*. Disponível em: <www.conab.gov.br> Acesso em: 06 set. 2005.

⁴ PROCHNIK, V. *Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: cadeia têxtil e confecções: impactos das zonas de livre comércio*. Campinas: Unicamp, 2002.

dutores brasileiros de fibras artificiais e sintéticas se resumem a uma pequena quantidade de empresas, com concentração de fábricas no Estado de São Paulo e baixa capacidade de pro-

dução frente às necessidades de consumo, ocasionando a grande necessidade de importação e causando impacto negativo na balança comercial (Tabela 01).

Tabela 01- Dados relativos a fibras artificiais e sintéticas no Brasil em 2004 (em toneladas)

Produto	Capacidade Instalada	Produção	Vendas Internas(1)	Exportação (2)	Total Vendas (1+2)	Importação (3)	Consumo Aparente (1+2+3)
Fibras Artificiais							
Viscose	46.920	46.724	26.387	20.111	46.498	2.601	29.214
Filamento têxtil	42.000	3.850	1.971	1.709	3.680	759	2.900
Fibra cortada	4.920	42.874	24.416	18.402	42.818	1.842	26.314
Acetato	15.000	14.806	9.286	5.109	14.395	362	10.059
Cabo	15.000	14.806	9.286	5.109	14.395	362	10.059
Fibras Sintéticas							
Náilon	100.320	71.069	62.037	16.806	78.843	26.226	80.489
Filamento têxtil	70.320	46.798	44.670	8.259	52.929	16.639	55.178
Filamento industrial	30.000	24.271	17.367	8.547	25.914	9.587	25.311
Poliéster	327.960	258.285	257.768	14.217	271.985	165.239	409.307
Filamento têxtil	168.360	135.216	134.659	1.537	136.196	130.702	264.381
Filamento industrial	21.600	19.367	17.465	4.480	21.945	10.479	25.366
Fibra cortada	138.000	103.702	105.644	8.200	113.844	24.058	119.560
Acrílico	28.200	27.177	24.439	2.656	27.095	23.584	48.105
Fibra cortada	28.200	27.177	24.439	2.656	27.095	23.584	48.105
Total Geral	518.400	418.061	379.917	58.899	438.816	218.012	577.174

Fonte: Adaptado da ABRAFAS - Associação Brasileira de Produtores de Fibras Artificiais e Sintéticas. Disponível em: < www.abrafas.org.br > Acesso em: 26 Ago 2005.

Observando-se os dados da tabela 01, percebe-se que, no caso dos filamentos têxteis, com exceção da viscose, a produção nacional é insuficiente para atender ao consumo. Quando se trata do poliéster, que constitui o tipo de fibra sintética mais consumida no País, o consumo de filamentos têxteis é quase o dobro da produção nacional, o que ratifica a necessidade do aumento da produção brasileira desse tipo de fibra.

Na região Nordeste, há uma perspectiva de aumento da capacidade produtiva das fibras sinté-

ticas, tendo em vista existirem projetos de implantação de grandes unidades fabris em Pernambuco e na Bahia. Para Pernambuco foi anunciada no final de 2004 a criação do Pólo de Poliéster do Nordeste, formado por três empreendimentos industriais a serem implantados pelo grupo italiano Mossi & Ghisolfi (M&G), que já possui uma fábrica de poliéster na Região Metropolitana do Recife, e a Petrobras. Como consequência desse fato, foi assinado um protocolo de intenções, em janeiro de 2005, para a instalação de uma fábrica de tecidos sintéticos finos do grupo

coreano Kabul Synthetics Fiber, que investirá US\$ 45 milhões no projeto. Já na Bahia existe a possibilidade de implantação de um projeto estruturante para a produção de fibras sintéticas, em uma planta verticalizada, denominado Projeto CITENE. Caso os projetos citados se concretizem, há um grande potencial de aumento da competitividade da cadeia produtiva têxtil baseada em fibras sintéticas, com a criação de uma competência nacional nesta cadeia.

A respeito da participação dos produtos têxteis e confeccionados brasileiros no comércio internacional, percebe-se que as empresas nacionais são competitivas em âmbito mundial, em se tratando de produtos têxteis derivados das fibras naturais, especialmente do algodão. Os principais países que são destinos das exportações brasileiras são os Estados Unidos (27,8%) e a Argentina (20,4%). Por sinal, o início da recuperação econômica da Argentina foi um dos fatores responsáveis pelo crescimento das exportações brasileiras. Entretanto, no final de 2003, foi estabelecido um impasse devido a reclamações dos empresários argentinos do setor, acerca do grande volume de produtos importados do Brasil, especialmente de tecidos do tipo *denim*. Assim, entrou em pauta o estabelecimento de quotas de importação para um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira. Considerando o sistema de quotas em vigor no mundo todo (acordo multifibras) até 2004 para a exportação de produtos têxteis, e tomando como base as exportações para os Estados Unidos, maior consumidor de produtos têxteis brasileiros, no ano de 2002, percebe-se que o Brasil utilizou 100% da quota apenas na linha lar (lençóis e toalhas). Outros produtos que tiveram uma alta utilização das quotas foram os fios (50,1%), camisas de malha (76,6%) e calças de algodão (61,4%). Dessa forma, a queda das quotas ocor-

rida em 2005 abre uma perspectiva de aumento imediato das exportações apenas para os confeccionados da linha lar. Para as empresas que não são competitivas ou são pouco competitivas, a tendência é que a queda das quotas represente a eliminação da possibilidade de inserção no mercado internacional, tendo em vista a maior inserção de produtores de países muito competitivos, tais como a China e a Índia. Ainda sobre a queda das quotas, a expectativa é que haverá uma diminuição dos preços, já que as exportações dos países em desenvolvimento têm um custo menor.

A queda das quotas já tem impactado a performance da balança comercial do setor. De acordo com o jornal Valor Econômico⁵, considerando o primeiro bimestre de 2005, houve um aumento de 11,4% nas exportações de produtos têxteis brasileiros em relação ao mesmo período de 2004, enquanto que as importações brasileiras de tecidos e confecções provenientes da China aumentaram 69,4%. Os números do comércio exterior mundial também indicam que a China está ganhando espaço nos mercados americano e europeu. As importações americanas de confecções aumentaram 147% em fevereiro, em relação ao mesmo mês em 2004, enquanto que na União Européia esse incremento foi de 188% na mesma comparação. A competição com a China evidentemente faz estragos nas empresas brasileiras. A Marisol, empresa catarinense da indústria do vestuário que possui uma unidade em Pacatuba-CE, relata que perdeu exportações porque os clientes pediram descontos de 10% a 12%. Assim, torna-se relevante a negociação de acordos bilaterais, enquanto a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) não se concretiza, e até mesmo a aplicação de salvaguardas contra a importação de produtos chineses por parte do governo brasileiro.

⁵ CHINA rouba espaço do Brasil no mercado têxtil. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 mar. 2005.

De acordo com Rodrigues e Tenan (2004)⁶, o cenário que se apresenta para 2010 em relação ao consumo de têxteis no mundo prevê um crescimento de 30%, passando dos atuais 54 milhões de toneladas para 72 milhões de toneladas. Em termos monetários, o mercado deverá passar dos cerca de US\$ 400 bilhões atuais para

US\$ 650 bilhões, representando um incremento de 62,5%. O grande aumento nas transações comerciais dever-se-á à predominância dos produtos confeccionados no total de mercadorias transacionadas. A China e a Índia continuarão a ser os grandes *players* do mercado internacional, com uma participação ainda maior do que a atual (tabela 02).

Tabela 2 - Previsão sobre o domínio do mercado mundial de produtos têxteis

	2004		2010	
	US\$ Bilhões	%	US\$ Bilhões	%
Mundo	400	100	650	100
China	80	20	260	40
Índia	13	3	50	8
Outros	307	77	340	52

Fonte: Adaptado de Rodrigues e Tenan (2004)⁴

Um fator que pode ter impacto positivo nas exportações dos produtos têxteis brasileiros é o início da vigência da Alca, cujos acordos comerciais, para o setor têxtil, aparentemente, são vantajosos para o Brasil. Em relação a alguns competidores, como o México e alguns países da América Central, que em 2002 exportaram cerca de US\$ 9 bilhões em produtos têxteis para os Estados Unidos, eles equilibram o acesso a mercados relevantes. Em relação a outros competidores, como os países asiáticos, eles criam vantagem comercial, ao possibilitar acesso aos mesmos mercados⁷.

O mercado interno brasileiro apresentou um crescimento no consumo de produtos têxteis no período de 1997 a 2000, seguido de uma retração nos anos de 2001 e 2002. Considerando o consumo *per capita*, passou de 7,7 Kg/hab., em 1997, para 10,9 Kg/hab., em 2000, caindo para 9,1 Kg/hab., em 2002. Pode-se afirmar que a indústria têxtil é um setor de demanda elástica, ou seja, bastante sensível a mo-

dificações no poder de compra da população. Dessa forma, o baixo crescimento da economia brasileira nos últimos anos, exceto em 2004, somado à queda de poder aquisitivo da população em geral, são fatores que explicam a instabilidade verificada no mercado interno no passado recente.

Tendo em vista as diversas considerações supracitadas, percebe-se a necessidade de se suplantarem diversos desafios inerentes à indústria têxtil e de confecções brasileira e nordestina, destacando-se os seguintes:

- Aumentar a produção de algodão nos cerrados da região Nordeste, especialmente no Piauí e Maranhão, além de resolver os gargalos da logística de transporte;
- Aumentar competitividade da cadeia têxtil de produtos sintéticos, com foco nas exportações de produtos de maior valor agregado;

⁶ RODRIGUES, A.; TENAN, L. G. T. *Panorama da competitividade da cadeia produtiva têxtil: os estudos do SENAI CETIQT*. Palestra apresentada no dia 03.12.2004, na Federação das Indústrias do Ceará.

⁷ Id.

- Tentar acordos preferenciais de acesso aos mercados dos Estados Unidos e União Europeia;
- Aumentar o peso relativo dos produtos confeccionados na pauta de exportação brasileira de têxteis e confeccionados;
- Apresentar padrões mínimos de competitividade para fazer frente aos produtos dos países mais competitivos (China e Índia),

tendo em vista a nova realidade, com a eliminação das quotas.

A superação dos desafios torna-se fundamental para que a cadeia produtiva têxtil e de confecções brasileira, cada vez mais sujeita à concorrência internacional acirrada, possa consolidar sua competitividade e sua sobrevivência no cenário que se configura, tendo em vista a importância que a mesma assume para as economias nacional e regional.

1.2 - Sazonalidade: o Conhecimento dos Índices faz a Diferença

José Maria Marques de Carvalho⁸

Além dos fatores que tradicionalmente concorrem para a formação de preços – oferta, demanda, níveis de estoques – no setor agropecuário, as situações conjunturais, como os problemas climáticos, ganham dimensão relevante no estabelecimento do valor dos produtos. Outro aspecto fundamental para explicar as oscilações de preço nesse setor consiste na questão da sazonalidade da produção, dependente de períodos de safra/estressafra, de variações de curto prazo, das tendências (longo prazo) e fatores ocasionais – provocadas por fenômenos aleatórios (secas, enchentes, etc.).

Assim, a sazonalidade é de suma importância no gerenciamento do negócio agropecuário, sendo que as variações sazonais ocorrem, em função das variações verificadas nas curvas de oferta, demanda e do volume dos estoques. Cumpre ressaltar que o comportamento da oferta está atrelado ao comportamento climático,

existência de estoques de passagem e importação de produtos de outras áreas produtoras.

Pelo lado da demanda, merecem destaque os hábitos e comportamentos dos consumidores. O aumento da população de meia idade sugere o crescimento de consumo de produtos mais saudáveis, com destaque para as frutas e verduras. Por seu turno, as estações do ano também influenciam a demanda – a tendência, por exemplo, é que o consumo de café aumente no inverno, e o de sucos de frutas, no verão.

Do ponto de vista cultural, a demanda também sofre influência com variações em determinadas épocas do ano, como ocorre com o aumento de consumo de peru, no período natalino, e de pescados, na semana santa, produtos de milho, no período junino, dentre outros.

O conhecimento dos índices sazonais de preços é importante para definição de ganhos fi-

⁸ Técnico do Etene, Agrônomo, Economista e Especialista em Agribusiness.

nanceiros para vários setores da atividade econômica, dentre os quais destacamos:

- **Produção** – A utilização dos índices sazonais de preços proporciona ganhos através de produtos irrigados, com a programação de plantio e tratamentos culturais para comercialização de produtos no período de entressafra, bem como pela definição de uma estratégia de venda dos produtos, promovendo-se o parcelamento das vendas nos meses de melhor cotação, de modo a se obter um valor médio anual superior à média de preços projetada para o período;
- **Agroindústria** – Os índices sazonais promovem ganhos com a compra da matéria-prima em época de cotações mais favoráveis, possibilitando a formação de estoques a preços mais baixos.
- **Atacado e varejo** – As compras de produtos agropecuários em épocas de concentração das safras, com os preços mais favoráveis, confere a esses setores ganhos financeiros nas compras desse período.
- **Governo** – O conhecimento dos índices sazonais define a melhor época de aquisição dos produtos para formação de estoques reguladores;
- **Empresas agropecuárias** – Os índices sazonais de preços contribuem para uma correta formulação de uma estratégia de comercialização dos seus produtos, definindo a alternativa de se estocar e a melhor época para a sua venda;
- **Empresa elaboradora de projetos** – Contribui para definição de quais atividades agropecuárias são mais rentáveis.

A elaboração de projetos agropecuários consistentes, aliás, merece atenção especial. Esse trabalho requer, dentre outros pré-requisitos, uma boa estimativa de preços, para que se confira mais fidelidade às projeções de receitas e ao estudo de viabilidade econômica do projeto. Isso porque os preços dos produtos agropecuários interferem no valor da receita, com rebatimentos na classificação dos produtores, limites de financiamento e suas variações, encargos financeiros adotados e tributos.

É comum, na elaboração de projetos agropecuários, a utilização dos preços praticados na época de sua elaboração. Entretanto, a época da efetiva comercialização dos produtos agropecuários ocorre em período distinto da data de elaboração do projeto.

A ausência da definição de parâmetros da estimativa de preços para o cálculo de receitas na elaboração de projetos agropecuários tem favorecido a estimativas aleatórias, à base de valores empíricos e individuais, gerando a distorção de preços no cálculo das receitas dos projetos, muitas vezes, levando à sua inviabilidade econômica, quando da elaboração do projeto ou durante a sua maturação.

Essas distorções tendem a ocorrer em duas situações ou hipóteses:

- A primeira hipótese diz respeito a projetos de agricultura de sequeiro (ver principalmente os de custeio) na região semi-árida do Nordeste, geralmente apresentados no final do ano (outubro a dezembro), para o plantio no período chuvoso e a comercialização em torno do meio do ano. Esses projetos, quando de sua elaboração, apresentam preços majorados em

função da entressafra de grãos, em âmbito nacional e regional. Entretanto, no momento da comercialização da safra, em função da sobre-oferta, os preços praticados encontram-se bem abaixo dos preços estimados, implicando, na maioria das vezes, a inadimplência dos clientes do crédito por incapacidade de pagamento.

- A segunda hipótese diz respeito a projetos de irrigação com grãos elaborados para produzir, no período de entressafra, com preços mais favoráveis. Adotando-se o preço pontual da data de elaboração do projeto (no meio do ano) a capacidade de pagamento também tende a registrar sua inviabilidade, em função dos preços baixos praticados no meio do ano decorrentes da sobre-oferta, por conta da desova da safra nacional e regional. A resultante desse procedimento é a insuficiência de receitas para capacidade de pagamento do projeto.

Outro aspecto a ser observado é que a realização de receitas não ocorre na época da elaboração do projeto e sim de acordo com a estratégia de comercialização definida pelo empresário, cuja época de vendas dos produtos devem constar previamente no projeto. A adoção de uma correta estratégia de comercialização (quantidades e época mais apropriadas para venda de produtos agropecuários) e de uma boa estimativa de preços contribuem positivamente para a viabilização do projeto.

O estudo de tendência de preços, por sua vez, possui um caráter mais permanente, confere alteração dos preços no longo prazo, e que pode ser observada em decorrência dos seguintes fatores:

- Aumento de produtividade e redução de custos de produção a preços internacionais, que impactam geralmente nos produtos cárneos, cereais e lácteos;
- Os preços relativos, no tocante aos produtos agropecuários de elevado poder de substituição, como carne de frango e bovino;
- Acompanhamento dos dados dos censos sobre a estrutura etária da população, que gera impacto no padrão de consumo, com alimentos mais energéticos para os jovens e mais saudáveis para os consumidores da terceira idade;
- Modificações nas políticas de comércio internacional, representadas pelo estabelecimento de barreiras tarifárias e não tarifárias, nos países produtores e consumidores;
- A distribuição de renda entre países consumidores.

Já nos projetos de irrigação a utilização de índices sazonais de preços⁹ possibilita o aproveitamento das janelas de mercado, com estratégias diferentes para os cultivos permanentes e temporários, a saber:

- Culturas permanentes com produtos perecíveis (abacaxi, uva, goiaba, limão, manga etc.): programando-se a indução floral para produção durante o período de preços mais favoráveis;
- Culturas permanentes com produção sazonal de produtos não perecíveis (anuais ou perenes): Adotando-se uma estratégia de comercialização, que possibilite a estocagem dos produtos e haja progra-

⁹Índices sazonais de preços são variações percentuais dos preços mensais relativamente ao preço médio anual.

mação de suas vendas durante o ano, na época em que se pratica os melhores preços, obtendo-se de um preço médio anual superior projetado.

- Culturas temporárias: as culturas anuais irrigadas poderão programar a melhor época de plantio, de modo a obter sua produção no período de entressafra, com melhores preços e menor custo de armazenagem.

Por outro lado, existem certas culturas anuais em regime de sequeiro, cuja obtenção da safra coincide com a concentração da produção e menores preços. Nesses casos, o ideal seria adotar como estratégia a venda, estocagem ou venda parcelada do produto, objetivando, na medida do possível, um preço médio anual superior ao projetado, aproveitando dos melhores preços praticados durante os meses do ano. Essa decisão implica o cálculo dos custos físicos e financeiros de armazenagem, verificando-se a sua viabilidade econômica.

Na elaboração de projetos agropecuários é importante que se defina a melhor época de plantio, focada na época da comercialização do produto. Se o estudo revelar-se antieconômico, deverá proceder-se à escolha de uma cultura alternativa, que viabilize o projeto.

Em qualquer situação, a adoção dos índices sazonais de preços na elaboração de projetos possibilita a diversificação da estratégia de comercialização, de forma a propiciar a venda dos produtos nas épocas em que se praticam os melhores preços. Para tanto, é importante levar em conta para os custos físicos (estocagem) e financeiros (juros adicionais do período de estocagem) no estudo de viabilidade econômica, devendo-se, em caso de

inviabilidade, sinalizar com uma cultura alternativa economicamente viável, promovendo-se a reconversão produtiva.

No que concerne ao gerenciamento da atividade agropecuária, alguns grupos de produtos podem usufruir dos índices sazonais para melhor gerir os seus negócios, a saber:

Grãos e fibras irrigados:

- Produzir sementes para atender a demanda da produção de sequeiro, pois esta corresponde, de duas a três vezes, o valor do grão;
- Produzir o grão para a época de entressafra, eliminando-se ao máximo os custos de armazenagem;

Grãos e fibras de sequeiro:

- Escolher a época mais apropriada para a comercialização;
- Definir uma cultura alternativa mais econômica;

Pecuária:

- Programar a estação de monta, de modo a se produzir o bovino na época de entressafra;
- Programar os cruzamentos industriais para se trabalhar os animais confinados dentro da técnica de manejo para obtenção de novilhos precoces ou superprecoces, desovando-os no período de entressafra (outubro dezembro);
- Programação de invernadas para desova do boi gordo na época de melhores preços;

- Definir para a carcinicultura a época de povoamento do viveiro, para despesca no período de melhores preços;

Fruticultura irrigada:

- Para as culturas anuais pode-se programar a época de plantio para obtenção de colheita na época de comercialização, em que se praticam os melhores preços;
- Em se tratando de culturas perenes como é o caso da goiabeira, limoeiro, uva e mangueira, que respondem bem à indução floral, é fundamental o conhecimento das curvas de sazonalidade, para se ajustar a época de comercialização à de melhores preços;
- É oportuno salientar que, quando a indução floral não é bem planejada, incorre-se no risco de se gerar um excedente de oferta, promover o aviltamento de preços e, conseqüentemente, gerar prejuízo ao produtor rural;
- Portanto, no planejamento da indução floral¹⁰, deve-se levar em consideração as demais regiões produtoras, representando

a chave para o sucesso na aplicação dessa tecnologia;

- É importante considerar, também, que os preços são formados através da oferta global oriunda da produção local, importação de produtos de outras regiões e das exportações, e não apenas pela oferta da safra local.

Portanto, o conhecimento dos índices sazonais de preços, aliado às tecnologias de produção disponíveis e ao planejamento adequado, faz a diferença, promovendo-se ganhos financeiros ao produtor que comercializa seus produtos fora de época.

A propósito, o Banco do Nordeste, através do Etene, está atualizando os índices sazonais de preços dos principais produtos agropecuários produzidos na sua área de atuação. A intenção é disponibilizar esses índices sazonais junto às Centrais de Análises e aos escritórios de projetos, possibilitando maior eficiência quando das estimativas de receitas agropecuárias dos projetos e conferindo maior consistência ao cálculo da capacidade de pagamento. ●

¹⁰ Indução floral é a tecnologia utilizada para possibilitar a obtenção da safra no período de entressafra, com melhores preços.

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

Os principais indicadores associados ao desempenho da economia brasileira apontam para resultados animadores em relação à inflação e sinalizam expansão do Produto Interno Bruto (PIB) a taxas superiores às esperadas pelos agentes econômicos no início de 2005.

Outro dado importante é que a conjuntura política, apesar dos acontecimentos verificados

nos últimos meses, tem sido incapaz de contagiar negativamente essa favorável evolução do quadro macroeconômico nacional, como sugere o desempenho estável do risco-País e da taxa de câmbio – que, em princípio, seriam o elo entre esses dois ambientes, bem como pela queda da inflação corrente e das expectativas quanto à sua evolução futura.

Inflação

A expectativa é de consolidação de valores de IPCA, IGP-DI e IGP-M menores que há quatro semanas, sendo o declínio na estimativa do IGP-DI o

mais significativo, passando de 4,16% em 15.07.2005, para 2,37%, em 12.08.2005. O IGP-M segue trajetória semelhante (Gráfico 01).

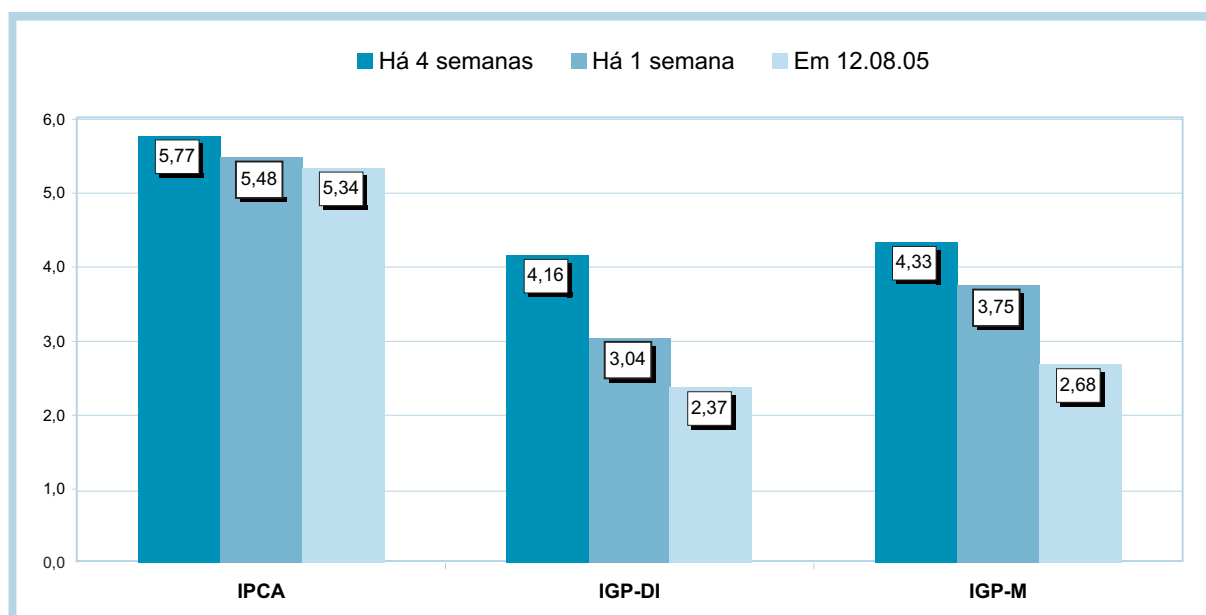


Gráfico 01 - Brasil . Expectativas de mercado de curto prazo, para 2005, de variações acumuladas de índices de preços selecionados. Média Top 5. (Porcentagem)

Fonte: BACEN -GERIN - Relatório de Mercado (12/08/2005). Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

O comportamento declinante do IGP-M é particularmente importante em virtude deste ser um indexador presente nos contratos que regem os preços administrados da economia¹¹. Conforme gráfico 02, constata-se que, a partir de março de 2004, os preços administrados têm colabo-

rado expressivamente para o não declínio da taxa de inflação, mantendo-se em trajetória ascendente até abril de 2005. Somente então, constata-se a reversão da tendência. Neste mesmo mês, também os preços livres, que se encontravam estáveis até então, passam a revelar ligeiro declínio (Gráfico 02).

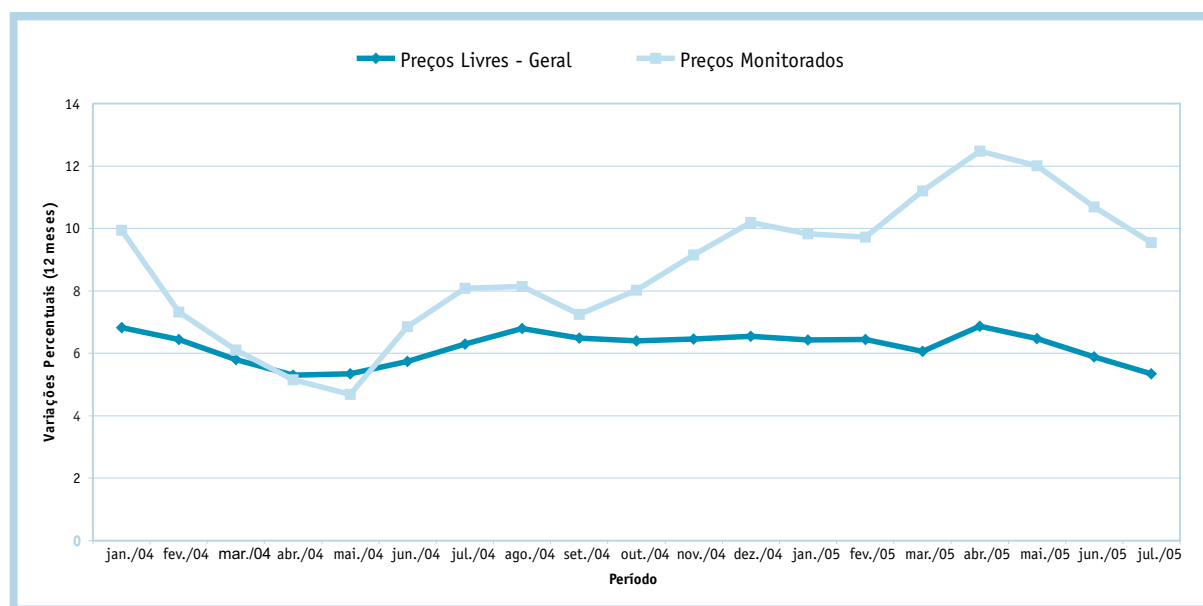


GRÁFICO 02 - IPCA. Evolução dos preços dos produtos livres e monitorados. Variação percentual em 12 meses (jan./04 - jul./05)

Fonte: Bacen. Disponível em: www.bcb.gov.br. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Essa tendência de queda tem contribuído para aproximar as expectativas do mercado para a taxa de inflação do centro da meta. De fato, as expectativas para a taxa de inflação (IPCA) caíram de 5,74%, há quatro semanas, para 5,36% em 12 de agosto de 2005, e estão dentro do inter-

valo de tolerância das metas inflacionárias (2% a 7%) e bem próximas do valor estabelecido como referência pelo Banco Central para administração da política monetária (5,1%). Vale salientar que as expectativas para 2006 também apresentam tendência de queda.

¹¹ Serviços Públicos e residenciais, transporte público, combustíveis, plano de saúde, pedágio e licenciamento.

Juros e câmbio

Cumpramos ressaltar o papel da taxa de juros e de câmbio para a contenção da inflação. A elevada taxa de juros aliada aos saldos comerciais recorde têm mantido o real apreciado. Consoante estimativas da FUNCEX, até junho esta apreciação já está acumulada em mais de 10%, nos últimos doze meses. A apreciação é favorecida pelos saldos recorde de balança comercial e pelo diferencial de juros interno e mundial, o que tem atraído capitais de curto prazo. Seu papel na contenção da inflação é visível no barateamento da importação de bens de capital e de insumos.

O coeficiente de importação da indústria em geral¹² chega a 12,8%, mas em alguns setores, como o de peças e veículos, atinge 35%. Logo, o câmbio é fundamental, para determinados setores, na manutenção dos preços estáveis.

A perspectiva cada vez mais palpável de a economia se manter abaixo do teto da meta inflacionária (7,0%) e bem próximo do objetivo de política (5,1%) induziu o mercado a prever um ligeiro declínio da taxa de juros Selic (Gráfico 03).

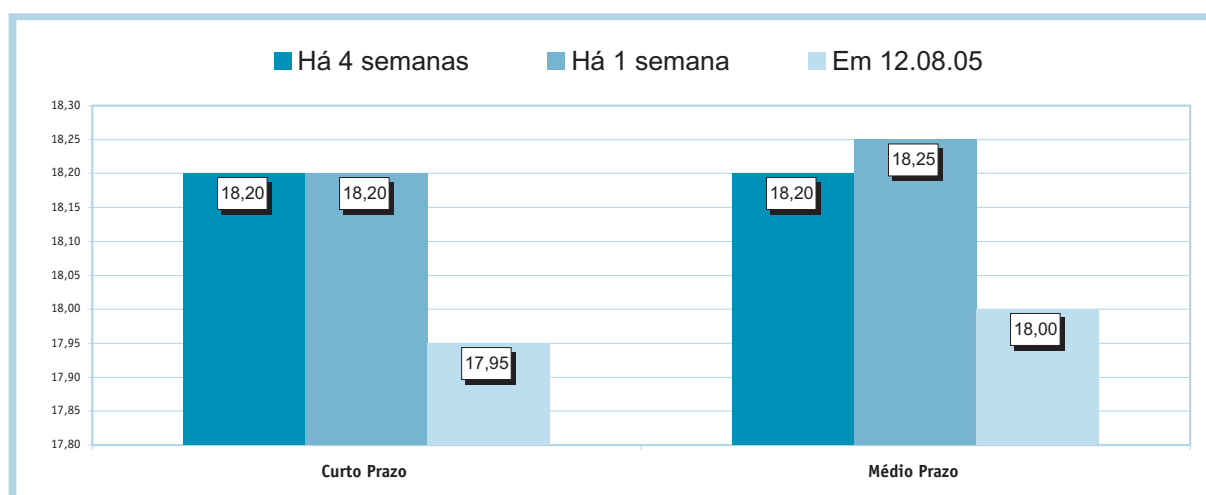


Gráfico 03 - Brasil. Expectativas de mercado de curto e médio prazos da meta da taxa Selic para o fim do período. Percentagem ao ano

Fonte: BACEN-GERIN - Relatório de Mercado (12/08/2005). **Elaboração:** Equipe de Conjuntura Econômica

Com relação à taxa de câmbio, observa-se que a manutenção da taxa Selic ainda em patamares elevados, aliada aos sucessivos superávits comerciais, à redução do estoque de endividamento externo, aos fluxos líquidos de investimentos estrangeiros diretos e à permanência dos níveis atuais de reservas internacio-

nais, constituem variáveis que fortalecem a posição externa brasileira, contribuindo, ao mesmo tempo, para preservar a apreciação cambial. Por esta razão, as expectativas de mercado para as taxas cambiais de curto e médio prazos são de R\$ 2,40/US\$ e R\$ 2,45/US\$, respectivamente (Gráfico 04).

¹² Divisão do valor importado pelo consumo aparente doméstico.

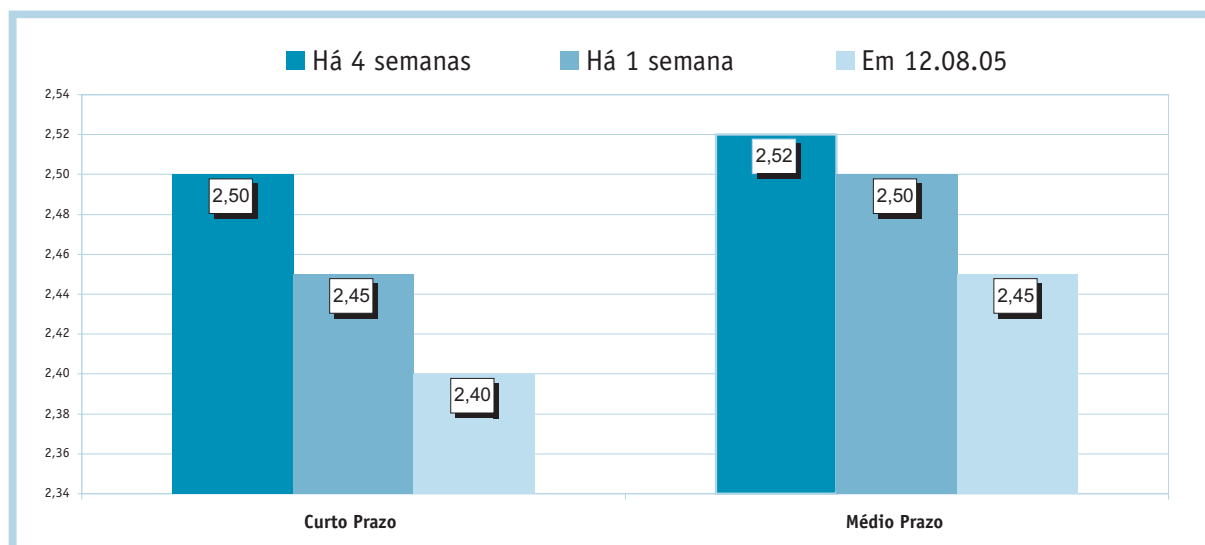


Gráfico 04 - Brasil. Expectativas de mercado de curto e médio prazos, com relação à taxa de câmbio, para 2005. Fim de período. Média Top 5. R\$/US\$

Fonte: BACEN-GERIN - Relatório de Mercado (12/08/2005). **Elaboração:** Equipe de Conjuntura Econômica

A evolução positiva dos fluxos de capitais estrangeiros para o Brasil, assim como para as demais economias emergentes, deve continuar no segundo semestre. Em março, as projeções do Institute of International Finance (IIF) em relação aos fluxos de capitais para economias emergentes foram elevadas para US\$ 311 bilhões, contra US\$ 276 bilhões do último relatório de janeiro de 2005.

Com relação aos investimentos diretos, as previsões de crescimento de 2,4% refletem a conjuntura internacional favorável para o crescimento das economias emergentes, assim como a confiança dos investidores nas políticas econômicas implementadas nesses países.

Além disso, o aumento do investimento direto para as economias emergentes ocorre no momento em que se observa uma progressão importante da demanda em certos setores da estrutura industrial, permitindo elevações nos lu-

cos corporativos e nos recursos dos fundos de investimento de vários países desenvolvidos.

O IIF projeta um crescimento de 43,4% nos fluxos financeiros para os mercados emergentes da América Latina, com o México e o Brasil sendo os principais receptores, absorvendo aproximadamente três quartos do fluxo total para a Região.

Com relação ao superávit da balança comercial, o crescimento foi sustentado pelo dinamismo das exportações que repetiu o excelente desempenho de 2004, a despeito da elevação da demanda por importações. A expectativa é de manutenção de superávits comerciais elevados para o segundo semestre em função das estimativas positivas de crescimento dos fluxos de comércio mundial e da continuidade da alta nos preços das *commodities* beneficiadas pelo aquecimento da demanda global.

Produto Interno Bruto

A expectativa do mercado com relação ao PIB tem melhorado, muito embora para o setor agropecuário as projeções sejam de desaceleração das atividades. Este revês agrícola decorre da safra de verão de grãos e da manutenção dos preços das *commodities* agrícolas abaixo da média histórica (avaliada no período 2000-julho 2005) (Gráfico 05).

Com relação à indústria, a comparação com as perspectivas de um mês atrás revela um quadro mais auspicioso (crescimento de 3,62%, portanto superior a 3,59% de 15 de julho), ainda que, há uma semana, as projeções fossem mais otimistas (3,70%).

As estimativas do produto do setor de serviços, por sua vez, apresentam resultados positivos: ligeiramente crescentes.

Estas expectativas, entretanto, podem ser consideradas pessimistas diante de várias sinalizações na economia:

- crescimento do consumo aparente de bens de capital, sendo a maior parcela proveniente da produção doméstica;
- crescimento da produtividade do setor industrial;
- crescimento das exportações líquidas;
- redução da taxa de desemprego para 9,4% – a menor da série histórica do IBGE desde 2002.
- perspectivas de uma política fiscal mais expansionista a partir do segundo semestre de 2005;

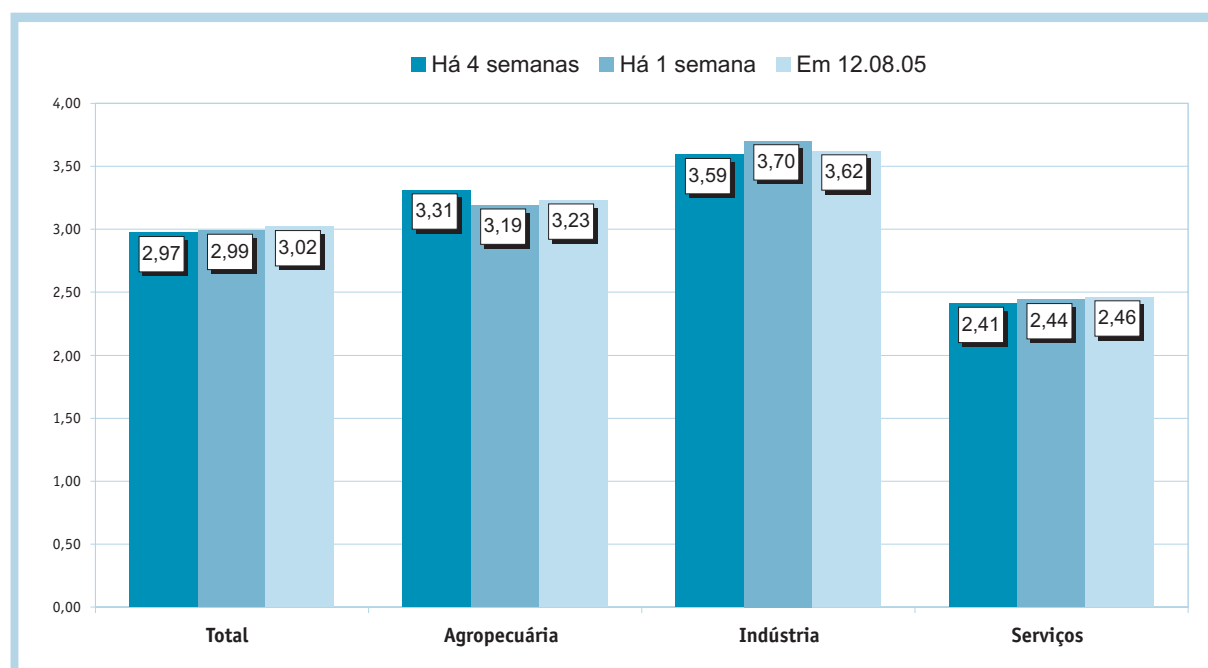


Gráfico 05 - Brasil. Expectativas de mercado com relação às taxas de crescimento anual do PIB e da produção industrial para 2005. Média do agregado. Porcentagem

Fonte: BACEN - Sala do Investidor, séries históricas. Disponível em: <www4.bcb.gov.br/pec/expectativas/series/port/cacheprincipal.asp> consulta realizada em 16.08.2005. **Elaboração:** Equipe de Conjuntura Econômica

- projeções da Febraban de incremento das operações de crédito e redução do risco-Brasil, conforme descrito na tabela 03.

Desta maneira, as expectativas da Equipe de Conjuntura do BNB apresentam-se mais otimistas com relação ao desempenho da economia

brasileira, porquanto prevêem que a variação do Produto Interno Bruto do País deverá alcançar 3,8% em 2005. O desempenho da economia nordestina, por sua vez, conforme as projeções realizadas, deverá ser ligeiramente inferior à da economia nacional (Gráfico 06).

Tabela 03 - Resultados consolidados de indicadores financeiros (2005). Projeções.

Variável	Febraban Média (i)		CV(ii)		Projeções BNB/ETENE
	Julho	Agosto	Julho	Agosto	Agosto
Investimento Direto (US\$ bilhões) em 2005	15,16	15,32	0,08	0,07	15,40
Resultado Primário (%PIB) em 2005	4,38	4,40	0,03	0,03	4,40
Operações de Crédito da Carteira Total (var. anual) 2005	17,93	18,09	0,06	0,05	18,00
Operações de Crédito da Carteira Livre (var. anual) 2005	21,11	21,55	0,08	0,09	22,00
Operações de Crédito da Carteira Direcionada (var. anual) 2005	13,53	13,58	0,05	0,05	15,00
Operações de Crédito para Pessoas Físicas (var.anual) 2005	24,60	25,15	0,11	0,09	25,00
Operações de Crédito para Pessoas Jurídicas em R\$ (var. anual) 2005	17,24	17,26	0,10	0,09	17,00
Depósitos de Poupança (var. anual dez 2005/dez 2004 %)	8,93	8,76	0,12	0,11	8,50
Depósitos a Prazo (var. anual dez 2005/dez 2004 %)	20,11	20,72	0,13	0,11	21,00
M4 (var. anual dez 2005/dez 2004 %)	15,00	15,04	0,05	0,06	16,00
Indústria de Fundos (var. anual dez 2004/dez 2003 %)	18,70	18,74	0,07	0,07	19,00
Risco Brasil (em dez 2005)	409,20	398,62	0,05	0,06	390,00
Risco Brasil (em dez 2006)	388,41	376,53	0,10	0,12	380,00

FONTE: Febraban, com projeções dos bancos ABC Brasil; ABN Amro; Alfa; Arbi; Bancoob; BankBoston; Banrisul; Bansicredi; Bardays; BB; BBM; BES Investimento; Bicbanco; BMC; BNB; Bradesco; Brascan; BRB; BSMB; BTM; Cacique; Caixa; Citibank; Daycoval; Dresdner; Emblema; Fator; Fibra; Gerdau; HSBC; Indusval; ING; Intercep; Itaú; Itaú BBA; Itaú Corretora; J. Safra; Luso Brasileiro; Máxima; Nossa Caixa; Opportunity; Pactual; Paulista; Pine; Rabobank; Rendimento; Rural; Safra; Santander; Schahin; Société Générale; Sofisa; UAM; Unibanco; Votorantim e WestLB.

Notas:(i) Na média da Febraban, está inclusa a projeção do BNB. (ii) Coeficiente de variação.

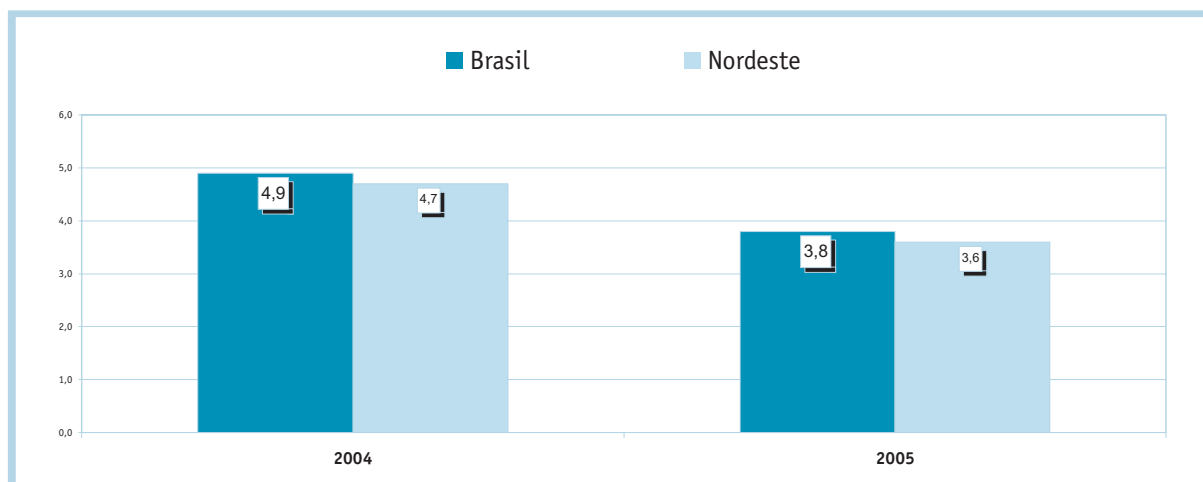


Gráfico 06 - Projeções das taxas de crescimento real para o Brasil e Região Nordeste. 2004-2005. Percentagem

Fonte: Projeções de BNB. Conjuntura Econômica. Obs.: Para o Brasil, em 2004, trata-se de valor realizado

Projeções de crescimento do PIB para o Nordeste

As estimativas para o PIB dos estados nordestinos, considerando-se uma ligeira retração do crescimento para a Região, reduzem-se pratica-

mente na mesma proporção das projeções apresentadas no Boletim de Conjuntura março-abril 2005 (Gráfico 07). ●

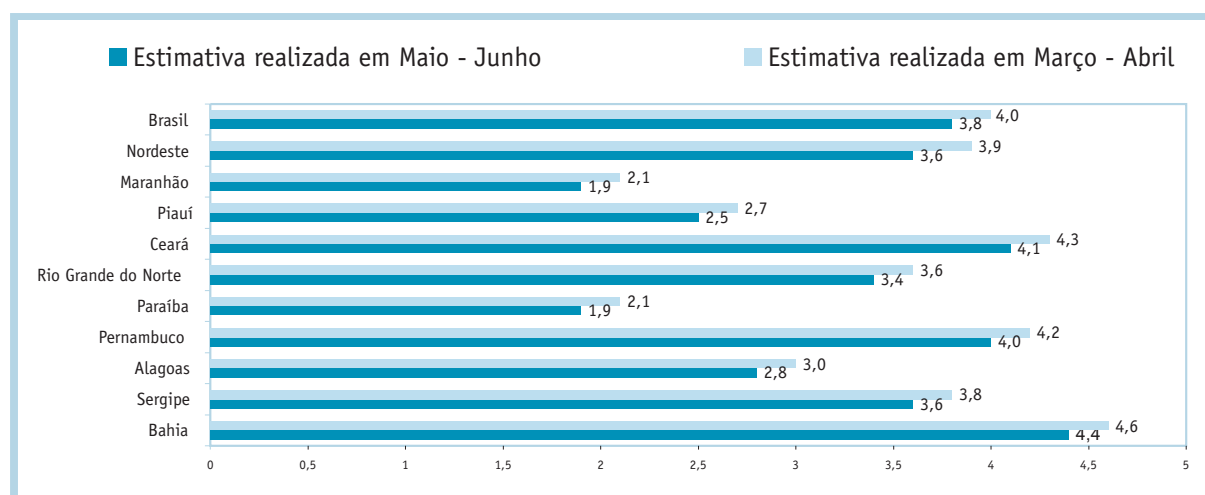


Gráfico 07 - Nordeste e Brasil. Produto Interno Bruto. Taxas reais de crescimento projetadas para 2005. Brasil e Região Nordeste, segundo os respectivos Estados. Percentagem.

Fonte: Projeções de BNB - Conjuntura Econômica

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

Economia estabiliza ritmo de expansão

3.1 - Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado, no primeiro trimestre de 2005, apresentou expansão modesta de 0,3% com relação ao trimestre imediatamente anterior – a menor taxa desde o quarto trimestre de 2003,

quando a economia iniciou a trajetória de incrementos positivos nessa base de comparação. Desse modo, reflete a desaceleração de crescimento observada no último trimestre de 2004. (Tabela 04).

Tabela 04 - Brasil. Variações trimestrais do PIB a preços de mercado (%)

Tipo de Variação	2004-I	2004-II	2004-III	2004-IV	2005-I
Acumulado ao Longo do Ano/ Mesmo Período do Ano Anterior	4,0	4,6	5,0	4,9	2,9
Trimestre/ Mesmo Trimestre do Ano Anterior	4,0	5,1	5,9	4,7	2,9
Trimestre/ Trimestre Imediatamente Anterior (com ajuste sazonal)	1,8	1,1	1,3	0,4	0,3

Fonte: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais, Indicadores de Volume, p.5. (Jan./Mar./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

No acumulado do ano, o crescimento foi de 2,9%, também inferior ao observado no mesmo período de 2004 (4,0%). Esse crescimento decorre do aumento de 2,6% do valor adicionado a preços básicos e do crescimento de 4,7% dos impostos sobre produtos básicos.

De uma perspectiva setorial, a agropecuária foi o único segmento que apresentou variação positiva (2,6%) no período janeiro-março de 2005,

ante o período imediatamente anterior, com taxa superior à observada na comparação do quarto com o terceiro trimestre de 2004 (1,8%). Por outro lado, a indústria e os serviços apresentaram declínios de 1,0% e 0,2% respectivamente.

Na comparação do primeiro trimestre de 2005 com o mesmo trimestre do ano passado, os três

setores registraram taxas de crescimento positivas. Na atividade industrial, o destaque ficou por conta da indústria manufatureira, que vem apresentando incrementos positivos desde o segundo trimestre de 2003.

Vale salientar que nesse indicador, a indústria de transformação apresentou uma desaceleração da taxa de crescimento, resultado esperado diante da base de comparação elevada (Tabela 05).

Tabela 05 - Brasil. Variação do PIB em volume, por setores econômicos. Variação trimestral (%)

Setor de Atividade	Variação em Volume em Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior (%)				
	2004 - I	2004 - II	2004 - III	2004-IV	2005 -I
Agropecuária	5,8	6,0	5,9	3,0	4,2
Indústria	5,5	6,3	7,0	5,9	3,1
Extrativa Mineral	2,2	2,0	2,0	-8,0	3,7
Transformação	9,1	6,8	6,6	8,3	3,6
Construção Civil	-0,8	6,9	11,6	5,2	0,6
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1,5	5,9	5,2	5,8	2,9
Serviços	2,4	3,2	4,1	3,6	2,0
Comércio	4,8	8,9	10,5	7,3	4,2
Transporte	10,6	5,9	0,4	3,6	4,1
Comunicações	-1,4	-2,7	-1,4	0,1	-3,2
Instituições Financeiras	2,1	4,6	5,2	5,0	2,8
Outros Serviços	2,1	7,1	7,1	6,2	2,0
Aluguel de Imóveis	1,2	1,5	2,2	2,1	3,7
Administração Pública	2,0	-0,7	1,3	0,9	0,2

Fonte: IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume (jan./mar./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

Por outro lado, a construção civil, que vem ostentado crescimento positivo desde o segundo trimestre de 2004, sofreu uma desaceleração significativa. No primeiro trimestre de 2005, com relação ao primeiro trimestre de 2004, a variação real do produto do setor foi de apenas 0,6%. Dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de abril revelam que esse baixo desempenho engendrou uma queda de 0,6% na população ocupada na construção civil, nessa base de comparação.

O setor serviços incrementou suas atividades em 2,0% no primeiro trimestre de 2005, na comparação com o mesmo período do ano passado, com ênfase para o comércio (4,2%) e transportes (4,1%). O destaque negativo ficou por conta do subsetor comunicações (-3,2%) em função da redução, em volume, da telefonia fixa tanto em pulsos como em minutos de ligações interurbanas nacionais e internacionais.

Pela ótica dos respectivos componentes da demanda, observou-se que somente as exportações de bens e serviços contribuíram para a variação positiva do PIB no primeiro trimestre de 2005 ante o quarto trimestre de 2004. O crescimento de 3,5% das exportações no trimestre foi motivado essencialmente pelo dinamismo do comércio internacional que vem impulsionando, sobretudo, os preços e as vendas externas dos grandes exportadores de *commodities*.

Por outro lado, é importante mencionar que o processo de valorização da moeda nacional poderá prejudicar a competitividade exportadora do País. Esse processo de valorização é explicado pelo resultado positivo das exportações e

pela política de juros elevados, já que fica mais atrativo investir em aplicações financeiras.

Já no caso das importações (2,3%), embora o câmbio valorizado estimule sua expansão, o contraponto seria o menor nível de atividade econômica no primeiro trimestre.

A evolução positiva das exportações contrasta com o desempenho negativo do consumo das famílias (-0,6%), do consumo do governo (-0,1%) e da Formação Bruta de Capital Fixo (-3,0%).

Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, observou-se que todos os componentes de demanda do PIB total apresentaram incrementos positivos, porém com sinais de desaceleração (Gráfico 08).

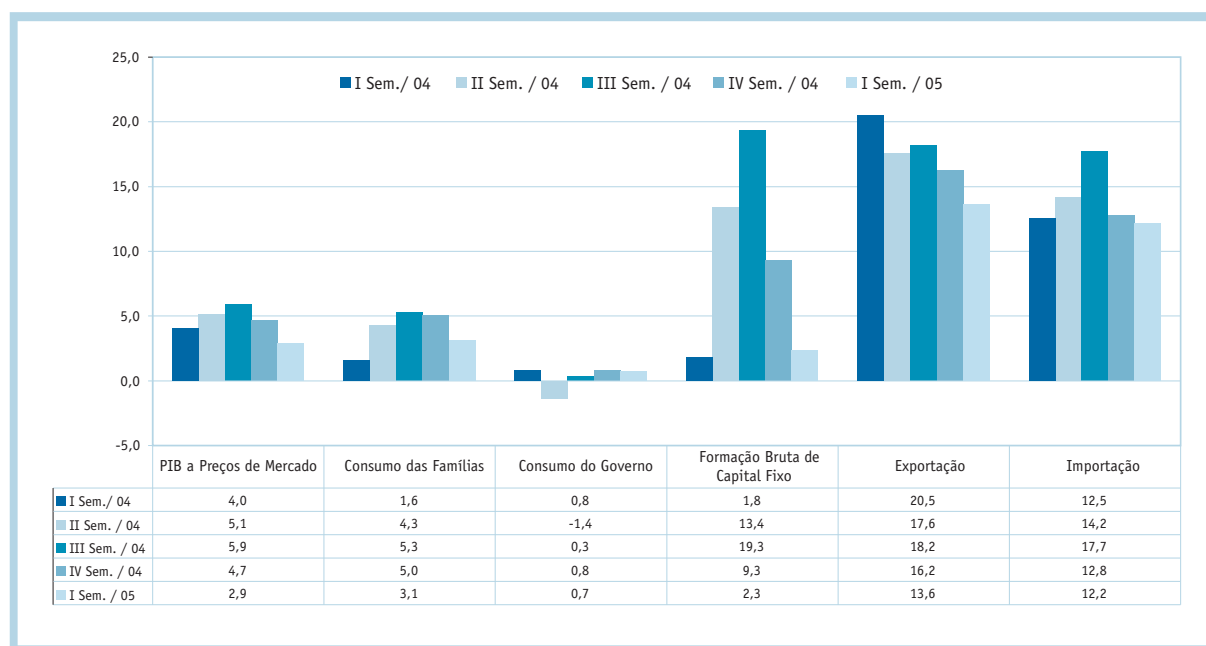


Gráfico 08 - Brasil - Variação do PIB em volume, segundo os componentes de demanda. Variação trimestral.

Fonte: IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume (jan./mar./05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

Em relação ao consumo das famílias, verifica-se, pelo sexto trimestre consecutivo, taxas de crescimento positivas em comparação com o respectivo trimestre do ano anterior. O consumo

das famílias continua a apresentar uma trajetória ascendente, em função das condições favoráveis de expansão do crédito ao consumo, decorrentes das inovações introduzidas pelo go-

verno no sistema de crédito à pessoa física, bem como o empréstimo com desconto em folha.

Segundo o Banco Central¹³, as operações de crédito do sistema financeiro atingiram R\$ 518,3 bilhões em maio – crescimento de 0,5% no mês e de 18,4% no ano. Com esse resultado, a relação desse agregado com o PIB ficou em 27,2% – o mesmo percentual de abril de 2005 e acima dos 25,5%, observado em maio de 2004. Desse total, 58,3% correspondem aos empréstimos concedidos com recursos livres.

Somente os empréstimos com recursos livres para pessoas físicas alcançaram R\$ 134,4 bilhões – incremento de 3,5%. Contribuíram para essa expansão as operações consignadas em folha de pagamento, assim como fatores sazonais vinculados ao financiamento das vendas relativas ao dia das mães.

A expansão do crédito com recursos livres ocorreu apesar do aumento do seu custo médio, cujo acréscimo foi de 1,0 ponto percentual em maio, alcançando 49,9% ao ano. Esse resultado está associado, sobretudo, à elevação dos juros relativos aos empréstimos às pessoas físicas.

É importante destacar que a ampliação da concessão de empréstimos para pessoas físicas em um contexto de aumento do custo médio pode elevar os níveis de inadimplência e prejudicar o crescimento do consumo.

A expansão do nível de ocupação entre os trabalhadores com carteira assinada, principalmente nos setores exportadores, também tem contribuído para a continuidade do crescimento do consumo. Nos três primeiros meses de 2005, o mercado criou 292.222 vagas com carteira assinada.

A desaceleração da taxa de investimento representa um dado preocupante, visto que a sustentabilidade do crescimento econômico depende de uma progressão favorável desse tipo de gasto agregado. No contraponto entre o primeiro trimestre com igual período do ano anterior, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu apenas 2,3% – taxa bastante inferior ao incremento de 9,3% do trimestre anterior, nessa mesma base de comparação.

É provável que esse recuo dos investimentos seja, em parte, resultado dos efeitos das políticas de juros altos sobre a atividade econômica. Mas, também, é possível que esta retração reflita um processo de acomodação natural do crescimento das inversões, após a forte expansão observada nos três últimos trimestres de 2004. Além disso, a estabilidade, em um patamar mais baixo, do grau de utilização da capacidade produtiva pode estar contribuindo para a desaceleração dos investimentos.

Entretanto, para o segundo trimestre, observa-se uma mudança desse quadro com o aumento significativo na produção local de bens de capital superando suas importações. Ademais, constata-se que o aumento no consumo aparente de bens de capital, nesse período, foi impulsionado pela produção para o mercado local, ampliando, dessa forma, a absorção doméstica.

Convém destacar que o outro componente da FBCF, a construção civil, apresentou uma performance insatisfatória no primeiro trimestre do ano, após taxas de crescimento expressivas nos três últimos trimestres de 2004. A existência de estoques preventivos de aço, diante da perspectiva de reajustes pelas siderurgias, desacelerando a

¹³ Nota à imprensa, 24 jun. 05. Política monetária e operações de crédito ao sistema financeiro.

demanda de insumos no trimestre, foi decisiva para o baixo desempenho do setor.

Diante desse quadro, o governo anunciou no dia 15 de junho, no âmbito da “MP do Bem”¹⁴, um conjunto de medidas visando reduzir os custos tributários dos investimentos produtivos.

Esse conjunto de políticas de desoneração fiscal da produção visava aumentar a taxa de investimento e auxiliar, no médio e longo prazos,

o Banco Central no combate à inflação. Além disso, sua associação com as exportações objetiva reduzir a restrição externa ao crescimento da economia.

O consumo do governo continua a contribuir de forma modesta para o incremento do PIB. Na comparação com o mesmo período de 2004, o aumento foi de apenas 0,7% – bastante inferior aos demais componentes de demanda. ●

- Redução a zero das alíquotas de IPI incidentes sobre bens de capital, com isso, se anteciparia o compromisso assumido para zeragem dessas alíquotas até o final de 2006.
- Ampliação do prazo, do final de 2005 para o final de 2006, para que as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real possam utilizar crédito relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à razão de 25% sobre a depreciação contábil de máquinas e equipamentos.
- Prorrogação, por prazo indeterminado, do direito de aproveitamento em 24 meses de créditos do PIS/COFINS sobre a aquisição de bens de capital. Antes, esse benefício se encerraria no final de 2005.
- Criação do Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES), que permite às empresas de software ou de Tecnologia da Informação (TI), preponderantemente exportadoras, adquirir bens e serviços com suspensão dos PIS/PASEP e da COFINS.
- Criação do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), que suspende a incidência do PIS/PASEP e da COFINS nas vendas e nas importações de máquinas e equipamentos novos, quando adquiridos por pessoas jurídicas preponderantemente exportadoras (exportação igual ou superior a 80% da receita).

Quadro 1 – Principais medidas no âmbito da “MP do Bem”

3.2 – Produção Industrial

Na série com ajuste sazonal, a produção física industrial de maio de 2005 apresentou variação positiva de 1,3% em relação ao mês anterior, após ter registrado variação nula no

mês de abril. Entre os meses de fevereiro e maio, a produção industrial já cresceu 2,8% (Tabela 06).

¹⁴ BRASIL. Medida provisória nº 252, de 15 de junho de 2005. Prevendo o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, que dispunha sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, 20 jun. 2005.

Tabela 06 - Indicadores de produção industrial por categoria de uso Brasil/ mai. 2005

Categorias de Uso	Variação (%)			
	Mai.2005/ Abr. 2005*	Mai.2005/ Mai.2004	Acumulado	
			No Ano	12 Meses
Bens de Capital	3,4	3,5	2,7	10,9
Bens Intermediários	0,8	2,7	2,2	5,9
Bens de Consumo	1,2	10,5	8,4	8,3
Duráveis	3,7	21,4	15,2	19,1
Semiduráveis e Não Duráveis	0,6	7,5	6,5	5,7
Indústria Geral	1,3	5,5	4,7	7,2

Fonte: IBGE. PIM-PF. Brasil (mai. 05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. *Série com Ajuste Sazonal

Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o incremento positivo de 5,5% em maio permite a manutenção de uma seqüência de vinte e um meses de taxas positivas nesse indicador, enquanto no acumulado do ano a produção industrial já cresceu 4,7%.

O indicador de média móvel trimestral, que mede o desempenho da atividade num período de três meses em relação aos demais imediatamente inferiores, registrou um crescimento de 0,9% da indústria no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em abril.

Analizando por categoria de uso, as informações relativas ao mês de maio mostram que a indústria de bens de consumo duráveis foi o setor a assinalar a maior taxa de crescimento (3,7%) frente ao mês de abril de 2005, após registrar incremento negativo no mês de março.

O setor de bens de capital também voltou a apresentar taxa de crescimento positiva (3,4%), compensando o resultado negativo observado no mês de abril (-2,9%).

O setor de bens intermediários e de consumo semiduráveis e não-duráveis apresentou incremento de, respectivamente, 0,8% e 0,6% – bem abaixo da média global. Vale salientar que o setor

de bens intermediários foi o único a registrar taxa de crescimento positiva no mês de abril.

Observa-se que das vinte e três atividades pesquisadas pelo IBGE com ajuste sazonal, quinze contribuíram positivamente para o incremento de 1,3% da produção industrial. Destacaram-se, nesse conjunto, fumo (14,9%), refino de petróleo e produção de álcool (7,6%) e material eletrônico e de comunicação (5,3%). Por outro lado, apresentaram quedas relevantes os segmentos de sabões e produtos de limpeza, metalurgia básica (-4,2%) e alimentos (-3,8%).

A evolução positiva da média móvel trimestral passa, em maio, a atingir todas as categorias de uso, com destaque para o setor de bens de capital (1,4%), seguido pelo setor de bens de consumo duráveis (1,1%). Vale salientar que o desempenho favorável desse indicador vinha sendo observado unicamente no setor de bens duráveis.

Na comparação com maio de 2004, o setor de bens de consumo duráveis está na liderança do crescimento da indústria, com incremento de 21,4% – valores superiores à média geral (5,5%). O desempenho positivo desse setor está vinculado tanto à continuidade das exportações como à expansão do crédito ao consumidor.

Os subsetores que mais influenciaram esse resultado foram telefones celulares (82,2%), automóveis (17,4%) e eletrodomésticos (8,2%). Vale mencionar que o setor também registrou o melhor desempenho nos últimos cinco meses (15,2%), com destaque mais uma vez para a indústria automobilística (11,5%).

Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), a produção

de autoveículos registra uma tendência ascendente em função, sobretudo, dos resultados favoráveis das exportações.

O incremento de 15,6% da produção de autoveículos no período janeiro a maio, ante o mesmo período do ano anterior, foi sustentada por incrementos de 46,3% nas exportações e de 9,7% nas vendas internas (tabela 07).

Tabela 07- Indústria automobilística: produção, vendas e exportações

Em Unidades	2005	2004	Variações Percentuais		
	Jan-Mai	Jan-Mai	Mai 05/ Abr 05	Mai 05/ Mai 04	Jan-Mai 05/ Jan-Mai 04
Produção					
Total	984.849	851.649	4,9	19,2	15,6
Veículos Leves	922.665	799.618	5,2	19,6	15,4
Caminhões	47.650	41.013	-0,1	9,3	16,2
Ônibus	14.534	11.018	1,4	23,8	31,9
Licenciamento de Autoveículos					
Novos - Nacionais					
Total	620.434	569.640	3,6	14,1	8,9
Veículos Leves	582.037	530.767	4,4	15,8	9,7
Caminhões	32.813	31.247	-7,6	-0,5	5,0
Ônibus	5.584	7.626	-5,9	-38,0	-26,8
Exportações					
Total	317.603	217.272	8,7	51,7	46,3
Veículos Leves	298.259	203.843	9,4	52,5	46,3
Caminhões	12.108	9.602	16,9	24,6	26,1
Ônibus	7.236	3.827	-24,9	84,8	89,1

Fonte: Carta da ANFAVEA. jun. 05, nº 229. Disponível em <www.anfavea.com.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Convém destacar que o excelente desempenho da indústria automobilística tem estimulado os fabricantes de autopeças a investir na ampliação de capacidade, conforme levantamento realizado pelo jornal Valor Econômico¹⁵.

A direção da TRW, fabricante de autopeças, por exemplo, elevou a projeção de produção de veículos para 2,35 milhões – valor superior as 2,30 milhões de unidades anunciadas no início do ano. Essa nova projeção está forçando a em-

¹⁵ AMPLIAÇÕES freiam desabastecimento de componentes. *Valor Econômico*, São Paulo, n. 1299, 11 jul. 2005.

presa a se reestruturar com o objetivo de atender o crescimento da demanda. A TRW investe anualmente em torno de R\$ 40 milhões em novas tecnologias e ampliação de capacidade.

Já a Valeo, empresa francesa do ramo de autopeças, planeja investir R\$ 40 milhões na sua nova fábrica em Guarulhos (SP), além de anunciar um projeto de ampliação de mais de R\$ 25 milhões na unidade de Campinas (SP), visando aumentar em 40% a capacidade de produção de alternadores, motores de partida e limpadores de pára-brisas.

A SKF, líder do segmento de rolamentos para automóveis, está realizando investimentos para aumentar a produção em 30%, com previsão de elevar de 600 para 700 no número de empregados.

O mesmo objetivo se observa na fabricante de filtros Mann (ora trabalhando em três turnos), que investiu R\$ 30 milhões na aquisição de novas máquinas, objetivando dobrar sua capacidade de produção.

O setor de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis também apresentou incremento significativo (7,5%) em relação ao mesmo mês do ano anterior, beneficiado pelo desempenho

positivo de todos os subsetores analisados, com destaque para o segmento de carburantes (34,4%). No acumulado do ano, o setor já registra um crescimento de 6,5%, superior à média nacional (4,7%). É importante destacar que esse bom desempenho ocorre apesar da apreciação cambial e da recuperação da demanda interna influenciarem positivamente as importações em alguns ramos de bens semiduráveis e não-duráveis.

O setor de bens de capital, por sua vez, obteve incremento de 3,5% – inferior a média geral da indústria (5,5%). Os resultados por subsetor mostram que alguns ramos registraram aumentos significativos, com destaque para os bens de capital para construção (25,1%), para energia elétrica (14,1%) e para transportes (8,8%). Por outro lado, observou-se que o setor de bens de capital agrícolas registrou uma taxa de crescimento fortemente negativa de -47,3%, confirmando uma seqüência de nove meses de desempenho negativo.

O arrefecimento da produção de bens de capital está relacionado, principalmente, à diminuição da produção desses bens direcionados para a agricultura, em função da perda de rentabilidade do setor agrícola nos cinco primeiros meses do ano (Tabela 08).

Tabela 08 – Produção física: Brasil. Índices especiais de bens de capital

Segmentos	Mensal			Acumulado		
	Mar	Abr	Mai	Jan-Mar	Jan-Abr	Jan-Mai
Bens de Capital para Fins Industriais	103,90	108,04	103,99	105,08	105,84	105,43
Bens de Capital para Fins Industriais Seriadados	103,73	106,05	104,54	104,54	104,93	104,84
Bens de Capital para Fins Industriais Não-Seriados	104,22	123,47	99,70	108,58	111,97	109,46
Bens de Capital Agrícolas	65,17	62,78	52,73	70,11	68,27	65,09
Bens de Capital Peças Agrícolas	31,44	33,38	25,23	31,60	32,04	30,39
Bens de Capital para Construção	126,70	122,99	125,07	133,23	130,28	129,12
Bens de Capital para o Setor de Energia Elétrica	107,68	114,79	114,14	113,70	113,98	114,01

Fonte: IBGE. Índices conjunturais da indústria: Brasil. mai. 2005. Disponível em <www.ibge.gov.br>

No acumulado do ano, a produção de máquinas e equipamentos aumentou 2,7%, relativamente aos primeiros cinco meses de 2004.

O crescimento de 2,7% do setor de bens intermediários refletiu, principalmente, acréscimos na produção de combustíveis e lubrificantes básicos (22,2%) e insumos industriais básicos (10,3%). A categoria apresentou índice acumulado de 2,2%, inferior à média geral (4,7%).

Os resultados de maio sugerem sinais de recuperação da atividade industrial. Esta recuperação está vinculada tanto ao dinamismo das ex-

portações como à evolução da demanda interna em decorrência, sobretudo, da manutenção de condições favoráveis de acesso ao crédito e do nível de ocupação. Acrescenta-se a isto o fato de que houve um arrefecimento significativo da inflação, o que pode recuperar, em termos reais, os rendimentos médios e da massa salarial.

Portanto, a situação atual não pode ser descrita como de estagnação da produção industrial, apesar dos resultados relativamente modestos em termos de crescimento da indústria no período de setembro de 2004 até abril de 2005 (Gráfico 09).

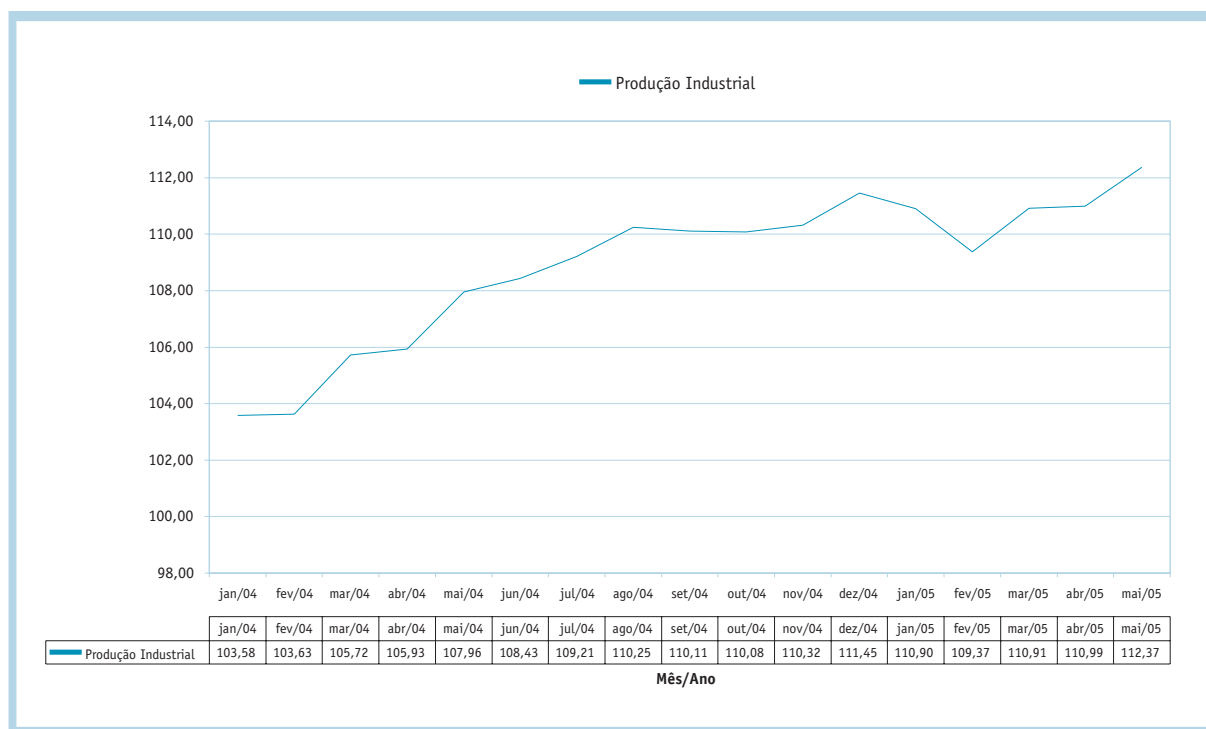


Gráfico 09 - Brasil: evolução da produção industrial com ajuste sazonal (jan.04/mai.05)

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) *Base:média de 2002=100. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

O comportamento das vendas industriais reais, a partir de dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), confirma essa recuperação. Após uma tendência declinante no período que vai de setembro de 2004 a fevereiro de 2005, as vendas industriais retomam novamente

uma trajetória crescente, semelhante ao primeiro semestre de 2004, embora a um menor ritmo. Observa-se uma recuperação tanto da produção industrial quanto das vendas, em contraposição à situação anterior de produção estável e vendas em queda. (Gráfico 10).

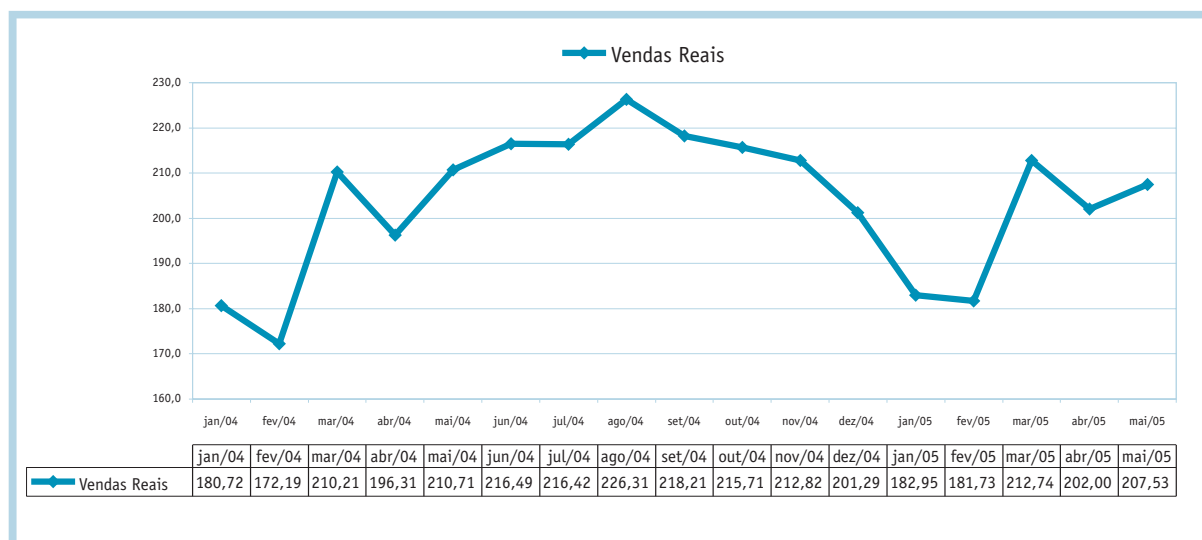


Gráfico 10 - Brasil: evolução das vendas reais* da indústria de transformação

Fonte: CNI. * Base fixa: 1992=100. Disponível em: <www.cni.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Outro sinal de recuperação está relacionado com os desembolsos do BNDES que cresceram, em junho, 10% em relação a igual período do ano anterior, e às consultas, que indicam a intenção de investimento, e evoluíram nada menos que 25%. Esse crescimento ocorre apesar da maior disponibilidade de caixa das empresas e do acesso fácil a recursos do exterior a custos inferiores à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

No primeiro semestre de 2005, os desembolsos do BNDES alcançaram R\$ 20 bilhões – valor 10% superior ao de igual período de 2004. Con-

tribuiu para esse desempenho o crescimento significativo dos recursos destinados à indústria, que totalizaram R\$ 10,4 bilhões, com um aumento de 39% em relação ao primeiro semestre de 2004. Vale mencionar o crescimento de 34% dos recursos destinados ao segmento de material de transporte.

Outro aspecto importante foi o aumento nos desembolsos para exportação, que atingiram, no primeiro semestre do ano, o valor de US\$ 2,4 bilhões – incremento de 34% em relação ao mesmo período de 2004 (Tabela 09).

Tabela 09 - Desembolsos do BNDES (R\$ milhões)

Setores	Jan-Jun	% 2005/2004
AGROPECUÁRIA	2.220	-31
INDÚSTRIA	10.444	39
Metalúrgica	1.056	85
Mecânica	1.364	174
Material de Transporte*	4.942	34
Celulose e Papel	641	34
Química e Petroquímica	407	30
Têxtil	68	-46
Agroindústria	816	-24
Indústria Extrativa	99	-37
Outros	1.051	80
INFRA-ESTRUTURA	6.309	1
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.024	-5
TOTAL	20.037	10

Fonte: BNDES. Boletim de Desempenho do BNDES, jun. 05. Disponível em: <www.bndes.gov.br>.

Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Nota: * Fabricação e montagem de veículos automotores, embarcações, equipamentos ferroviários

3.3 - Produção Industrial no Nordeste

A indústria nordestina apresentou no mês de maio de 2005, em relação ao mesmo período de 2004, uma taxa de crescimento de 1,9%, índice

inferior à média nacional. Nesse indicador, a indústria nordestina registra expansão pelo décimo sexto mês consecutivo (Tabela 10).

Tabela 10 - Indicadores conjunturais da indústria. Resultados regionais/mai. 2005

Locais	Taxa de Variação (%)		
	Mai.2005/ Mai.2004	Acumulado no Ano	Acumulado 12 Meses
Região Nordeste	1,9	5,9	8,4
Ceará	7,2	6,8	13,5
Pernambuco	0,9	2,1	3,3
Bahia	0,4	3,3	8,2
Brasil	5,5	4,7	7,2

Fonte: IBGE. PIM-PF Regional (mai. 05). Disponível em: <www.ibge.gov.br>

No acumulado do ano, porém, o aumento da produção industrial nordestina foi de 5,9%, incremento superior à média geral. Nos últimos doze meses, o crescimento de 8,4% ficou também acima da média nacional.

O desempenho favorável da indústria nordestina no mês de maio resulta do desempenho positivo em seis dos onze setores industriais investigados. As atividades que registraram maiores incrementos foram as de produtos químicos (12,1%), em função da maior produção de sulfato de amônia e polietileno; minerais não-metálicos (11,4%), em razão, fabricação de elementos pré-fabricados para construção civil de cimento ou concreto; e alimentos e bebidas (2,8%), resultado do incremento na produção de cerveja e chope.

As maiores retrações estão relacionadas com a produção de álcool (-9,2%), por conta da redução na produção de óleo diesel e outros óleos combustíveis; e metalurgia básica (-12,7%), em decorrência da queda na fabricação de barras, perfis e vergalhões de cobre.

No acumulado do ano, nove das onze atividades pesquisadas registraram taxas de crescimento positivas. Os destaques setoriais foram, sobretudo, produtos químicos (8,6%), em virtude de acréscimos nos itens policloreto de vinila (PVC); e etileno não saturado e alimentos e bebidas (8,2%), dada a maior fabricação de cerveja, chope e refrigerante. Em contrapartida, a metalurgia básica que caiu 3,0%, por causa da redução da produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e a indústria extrativa que declinou 2,4%, em consequência da redução de óleos brutos de petróleo, apresentaram resultados negativos.

Na comparação com maio do ano anterior, os estados nordestinos pesquisados pelo IBGE –

Ceará, Pernambuco e Bahia – registraram crescimento na produção industrial. O principal destaque foi para o Ceará (7,2%), cuja expansão superou a média regional (1,9%) e nacional (5,5%). Bahia e Pernambuco também apresentaram uma evolução positiva, porém com taxas de crescimento inferiores a 10%. Vale mencionar que, dentre os estados investigados no País, o Ceará assinou o terceiro maior incremento da produção industrial nessa base de comparação.

No que tange à taxa acumulada para os primeiros cinco meses do ano, o destaque fica novamente com o Ceará (6,8%) – com expansão superior à média nacional (4,7%), seguido da Bahia (3,3%) e Pernambuco (2,1%).

No caso cearense, o crescimento de 7,2% no mês de maio, na comparação com maio de 2004, resultou do crescimento de nove das dez atividades pesquisadas pelo IBGE. Apresentaram incrementos relevantes as atividades de minerais não-metálicos (30,9%), por conta da maior produção de cimento e ladrilho; produtos químicos (28,9%), em função do incremento na produção de oxigênio e vacinas para medicina veterinária, e vestuário (22,6%), impulsionado pela fabricação de roupas e para uso profissional e calças compridas para uso feminino. A metalurgia básica foi o único segmento a registrar retração (-8,2%).

No acumulado do ano, sete dos dez setores investigados assinalaram acréscimos na produção. As atividades que mais se expandiram foram vestuário (38,4%), em razão da fabricação de calças compridas para uso feminino e vestuário para uso profissional; e têxtil (7,1%), por conta dos incrementos dos itens tecidos e fios de algodão. O destaque negativo ficou por conta da metalurgia básica (-19,2%), explicado pela

diminuição da produção de vergalhões de aço carbono.

A boa performance da produção industrial cearense está associada ao crescimento das vendas industri-

ais reais de 0,93%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Por outro lado, segundo a CNI, as vendas industriais vêm apresentando uma trajetória descendente nos últimos três meses, contrariamente à tendência nacional (Gráfico 11).

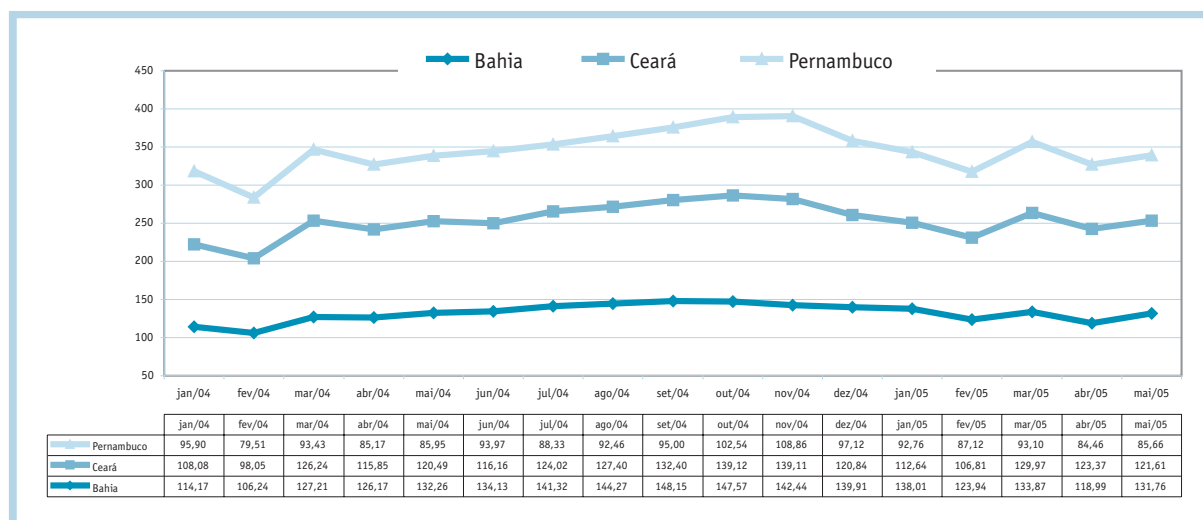


Gráfico 11 - Vendas reais* do estados da Bahia, Pernambuco, Ceará

Fonte: FIEC/ Série Histórica - CNI. * Base fixa: 1992=100. Disponível em: <www.cni.org.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Na indústria pernambucana somente cinco dos onze setores investigados apresentaram taxas positivas de crescimento. Os maiores incrementos foram observados nos setores de celulose e papel (46,4%), impulsionado pela maior fabricação de sacos de papel e caixas de papelão ondulado e produtos químicos (30,3%), em virtude da produção de borracha de estireno-butadieno e hipoclorito de cálcio. As maiores baixas foram registradas no segmento de borracha e plástico (-31,0%), em função da redução na produção de tubos, canos e mangueiras de plástico e alimentos e bebidas (-8,0%), por conta da queda na fabricação de cachaça.

No acumulado dos últimos cinco meses, sete dos onze setores assinalaram resultados positivos, com ênfase para máquinas, aparelhos e

materiais elétricos (14,6%), impulsionado pelo aumento da produção de pilhas e baterias elétricas e produtos químicos (13,4%), em decorrência da fabricação de borracha de estireno-butadieno e hipoclorito de cálcio.

O faturamento da indústria de transformação pernambucana registrou uma queda real de 0,33% em maio, comparativamente a igual período de 2004. Por outro lado, comparando as vendas industriais reais de maio com abril de 2005, o resultado é positivo, com um incremento real de 1,42%.

A indústria baiana, por sua vez, assinalou variação de 0,4% na comparação com igual período do ano anterior, com seis dos nove setores industriais pesquisados registrando incre-

mentos positivos. Em maio, o segmento que mais contribuiu para o resultado positivo foi de veículos automotores (35%), devido ao incremento da produção de automóveis. Produtos químicos (10,2%), resultado da maior fabricação de polietileno e etileno não saturado, e alimentos e bebidas (7,7%), em virtude da maior produção de manteiga e farinha de trigo, também apresentaram resultados positivos. O destaque negativo ficou por conta da atividade de metalurgia básica (-27,4%), em função da redução na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre.

Na Bahia, no período janeiro-maio, seis das nove atividades fabris investigadas apresenta-

ram taxas de crescimento positivas. As maiores contribuições vieram de alimentos e bebidas (11,6%) e produtos químicos (6,0%), atividades que foram impulsionadas, respectivamente, pelo dinamismo da fabricação de óleo de soja refinado e farinha de trigo (6,0%) e da produção de etileno não-saturado e policloreto de vinila (PVC).

O baixo crescimento da produção industrial no mês de maio, em relação ao mesmo período do ano anterior, foi acompanhado por uma retração de 0,3% das vendas industriais. Em contrapartida, na comparação com abril de 2005, constata-se um crescimento expressivo de 10,7% nas vendas da indústria manufatureira baiana.

3.4 - Nível de Utilização da Capacidade Instalada

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada para o mês de abril pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), revelou que o nível de utilização da capacidade instalada

(NUCI) da indústria manteve-se praticamente estável no primeiro trimestre do ano, atingindo 84,4%, ante (84,6%) do trimestre anterior (Tabela 11).

Tabela 11- Brasil: nível de utilização da capacidade instalada (NUCI)* - Percentuais

	2004				2005	
	Jan	Abr	Jul	Out	Jan	Abr
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	81,7	82,0	84,4	85,1	84,6	84,4
Bens de Consumo	76,7	75,5	80,3	80,8	77,9	79,5
Bens de Capital	75,4	78,9	82,2	80,7	83,5	82,3
Material de Construção	80,1	81,8	81,3	86,1	84,1	83,7
Bens Intermediários	86,1	87,3	87,3	88,5	88,3	87,6
GÊNEROS COM MAIOR NUCI EM ABRIL DE 2005						
Borracha	90,4	90,8	93,2	96,9	96,2	93,5
Perfumaria	80,8	94,4	91,6	94,3	91,1	93,5
Metalurgia	90,4	89,8	92,0	92,2	93,0	93,0
Celulose, Papel e Papelão	92,6	92	94,7	92,2	93,0	91,9
GÊNEROS COM MENOR NUCI EM ABRIL DE 2005						
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	58,8	62,3	62,2	63,9	55,6	63,0
Fumo	52,7	71,8	65,9	59,6	46,0	50,1

Fonte: FGV/IBRE/DGD. Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, ano 37, n. 155, 27 abr. 05, p.4. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica. * Dados com ajuste sazonal.

Analisando por categoria de uso, observa-se o crescimento do NUCI do setor de bens de consumo duráveis, que subiu de 77,9%, em janeiro de 2005, para 79,5% em abril.

Para o próximo trimestre, a tendência é de elevação do NUCI, principalmente levando em conta o maior ritmo de crescimento da produção industrial no mês de maio. Fatores relacionados com a expansão do crédito e os resultados favoráveis das exportações contribuem para o incremento da utilização da capacidade instalada.

O setor produtor de bens intermediários continua operando com o maior nível de capacidade instalada, (87,6%), mantendo praticamente inalterado o patamar do trimestre anterior. O crescimento das importações de bens intermediários, em função do câmbio valorizado, não tem engendrado uma diminuição da utilização da capacidade instalada desse segmento.

O setor de material de construção registrou uma pequena retração, passando de 84,1%,

no último trimestre de 2004, para 83,7%, no primeiro trimestre de 2005.

O NUCI da indústria de bens de capital também sofreu diminuição, alcançando 82,3% no primeiro trimestre de 2005, ante 83,5% no trimestre anterior. Apesar da retração, a tendência é de crescimento da capacidade instalada do setor no segundo trimestre em função da retomada dos investimentos dos produtores domésticos.

O crescimento dos investimentos produtivos no primeiro semestre de 2005 está sendo fortemente influenciado pelo desempenho da produção doméstica de bens de capital. O consumo aparente de bens de capital¹⁶ teve um incremento significativo de 22,7% no primeiro semestre, na comparação com igual período do ano anterior.

Apesar de grande parte desse aumento do consumo estar sendo atendido pela produção doméstica de bens de capital (19,5%), não se deve negligenciar o papel importante da importação de máquinas (9,7%), influenciada, em boa medida, pela valorização da moeda nacional (Tabela 12).

Tabela 12- Consumo aparente de bens de capital (variação nominal, em R\$)

	1º Sem.2005/1º Sem.2004
Produção Bens de Capital	19,5%
Importação Bens de Capital	9,7%
Exportação Bens de Capital	1,3%
Consumo Aparente	22,7%

Fonte: BNDES. Sinopse do Investimento, n. 01 ago. 05. Disponível em: <www.bndes.gov.br>

¹⁶ O consumo aparente é a soma da produção doméstica e das importações, excluindo as exportações.

Levantamento feito pelo jornal Valor Econômico¹⁷ cita dois exemplos para ilustrar a boa performance dos fabricantes de bens de capital na primeira metade do ano: o crescimento de 10% no faturamento da Siemens e o incremento de 20% nas vendas da CBC Indústrias Pesadas, ante os seis primeiros meses do ano anterior.

Entre os gêneros industriais, os segmentos que apresentam o maior NUCI estão vinculados ao setor de bens intermediários: borracha (93,5%), celulose, papel e papelão (91,9%) e metalurgia (93,0%). Por outro lado, as atividades de produtos farmacêuticos (63,0%) e fumo (50,1%), apesar do crescimento, continuaram a apresentar o menor nível de utilização da capacidade instalada em abril de 2005.

Vale destacar, finalmente, a evolução significativa da utilização da capacidade instalada do setor de material de transporte, que passou de

73,9%, em janeiro de 2005, para 84,6% em abril de 2005.

A comparação da produção industrial e do NUCI nos últimos três trimestres sugere que houve um ligeiro aumento da capacidade de produção das empresas em função dos investimentos realizados, principalmente nos três primeiros trimestres de 2004.

No período que vai de setembro de 2004 a maio de 2005, a produção industrial se manteve praticamente nos mesmos níveis e o NUCI apresentou quedas discretas¹⁸. Isto sugere que ocorreu ampliação da capacidade de oferta, considerando que para uma mesma quantidade produzida a indústria está usando um nível menor da capacidade. Portanto, a redução da capacidade está relacionada, sobretudo, com aumentos dos investimentos em ampliação da capacidade e crescimento da produtividade (Gráfico 12).

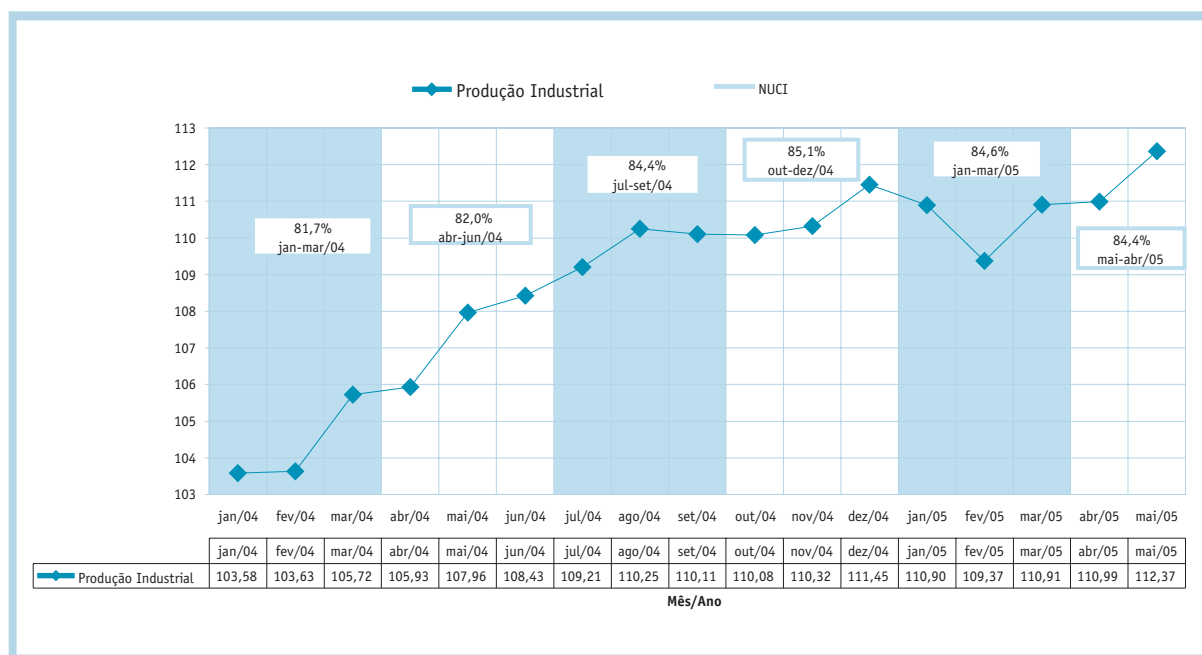


Gráfico 12 - Brasil: evolução da produção industrial* e do nível de utilização da capacidade instalada

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) *Base:média de 2002=100. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

¹⁷ INVESTIMENTO reage e se baseia nas importações. *Valor Econômico*, São Paulo, n. 1309, 25 jul. 2005.

¹⁸ De fato, com ajuste sazonal, o NUCI foi de 84,4%, inferior aos 84,6% de janeiro próximo passado e aos 85,1% de outubro de 2004.

A Sondagem Conjuntural da FGV, de abril, sugere que os empresários acreditam na continuidade do crescimento da produção durante os próximos meses. Entretanto, existe uma preocupação com relação à sustentação das margens de lucratividade diante de um cenário econômico de juros elevados e câmbio valorizado semelhante ao do primeiro trimestre de 2005.

O levantamento indica que os empresários continuam acreditando no crescimento da economia nos próximos seis meses. Porém, o otimismo em relação ao ambiente de negócios é menor do que no início do ano. De um total de 990 empresas entrevistadas, 46% acreditam num desempenho favorável da economia nos próximos seis meses – percentual inferior aos 59% registrado em janeiro de 2005. Por outro lado, 11% das empresas são pessimistas em relação à situação dos negócios, ante somente 4% em janeiro de 2005.

A Sondagem Conjuntural também constatou que o nível atual de demanda foi considerado forte por 15% das empresas e fraco por 15%, perfazendo uma diferença nula entre os dois extremos, resultado pior do que o verificado no mesmo período do ano passado, quando o saldo alcançou 6 pontos percentuais.

Nesse quesito, a demanda interna foi avaliada como forte por 12% das empresas, e fraca por 17%. A diferença de -5 pontos percentuais é inferior à registrada em abril do ano passado. Já

para a demanda externa, o resultado continua favorável – forte para 27% dos entrevistados e fraco para apenas 12%. A diferença de 15 pontos percentuais é semelhante à obtida em abril de 2004.

A pesquisa revelou também o crescimento do número de empresas que consideram a demanda insuficiente como o principal obstáculo do incremento das atividades produtivas – 20% das entrevistadas em abril de 2005 contra 15% em janeiro de 2005. Em abril de 2004 esse número chegou a 25% das empresas pesquisadas.

No que tange ao nível de estoques, 2% dos entrevistados consideram o patamar atual insuficiente e 10%, excessivo. A diferença de 8 pontos percentuais, a maior desde outubro de 2003, sinaliza um quadro de desaceleração da taxa de crescimento econômico.

A primeira versão semestral do quesito sobre intenções de investimentos da Sondagem Conjuntural da FGV¹⁹ mostra que, em relação ao levantamento realizado em outubro de 2004, o número de empresas que manifestam intenção de aumentar os investimentos em 2005 teve uma ligeira queda de 63% para 60%. Os que desejam reduzir os investimentos neste ano cresceu de 9% para 11%. Ou seja, mesmo diante de um cenário de juros elevados e câmbio valorizado, não se observou uma alteração substancial no sentimento dos empresários em relação aos investimentos programados para este ano (Tabela 13).

Tabela 13 - Brasil: investimento em capital fixo na indústria de transformação (%)

Período	Aumento	Estabilidade	Redução
Prev. 2004 (Sond. Out. 03)	39	41	20
Prev. 2005 (Sond. Out. 04)	63	28	9
Prev. 2005 (Sond. Abr. 05)	60	29	11

Fonte: FVG DADOS. Sondagem conjuntural. mai./ 05. Disponível em: <www.fgvdados.fgv.br>

¹⁹ Na sondagem de abril, pela primeira vez, esse quesito foi introduzido no questionário. Estas perguntas eram realizadas, anteriormente, nos meses de outubro de cada ano. Foram ouvidas 685 empresas, as mesmas das pesquisas anteriores, de 21 ramos de atividade.

Os resultados revelam que os empresários continuam dispostos a investir mais em 2005 do que em 2004. Dos entrevistados, 60% pretendem ampliar seus investimentos em 2005 contra 63% em outubro de 2004. Vale mencionar que nas previsões feitas em outubro de 2003, para o ano de 2004, somente 39% dos entrevistados tinham intenção de ampliar seus investimentos.

A sondagem constatou também que, de abril do ano passado para abril deste ano, cresceram de 41% para 52% as empresas que consideram como prioridade o aumento da capacidade produtiva. Os principais fatores limitantes apontados pelos empresários para os investimentos foram a carga tributária (46%) e as incertezas quanto à demanda (33%).

Portanto, a Sondagem Conjuntural da FGV de abril revela uma ligeira piora da percepção dos

empresários em relação à situação atual dos negócios. O quadro de arrefecimento da demanda e de elevação indesejada dos estoques foi observado na pesquisa. Embora a percepção em relação à situação do primeiro trimestre tenha sido negativa, as perspectivas apontadas pelos entrevistados foram favoráveis. A recuperação da produção industrial, do investimento e do emprego no segundo trimestre reflete um certo otimismo dos empresários em relação ao desempenho da economia em 2005.

Para o Nordeste, os indicadores industriais do CNI dispõem de informações de nível de utilização da capacidade instalada para a Bahia, Ceará e Pernambuco. Numa comparação com a indústria de transformação do Brasil no período de janeiro de 2004 a maio de 2005, constata-se que os níveis dos estados são quase sempre inferiores ao agregado nacional (Gráfico 13).

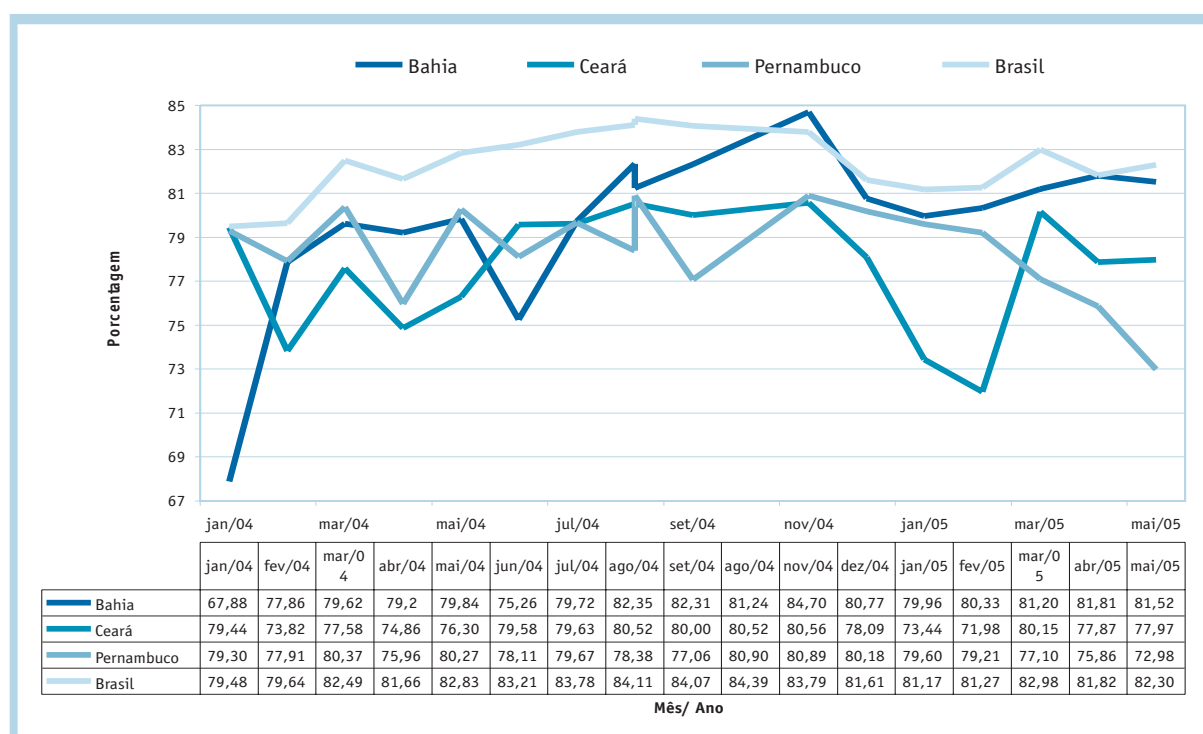


Gráfico 13 - Utilização da capacidade instalada, Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: percentual médio (jan. 04/mai. 05)

Fonte: Indicadores Industriais CNI . Disponível em www.cni.org.br .Elaboração:Equipe de Conjuntura Econômica

A Bahia apresentou o maior nível de utilização da capacidade instalada entre os estados nordestinos (81,5%). O NUCI de maio do Estado cresceu 1,95% em relação a janeiro de 2005 e 2,19%, na comparação com maio de 2004.

O incremento de 6,1% do Nuci do Estado do Ceará, em maio, ante janeiro de 2005, foi supe-

rior ao registrado para a indústria de transformação do Brasil (1,39%). Em relação a maio de 2004, o aumento foi de 2,1%.

Por seu turno, o NUCI de Pernambuco decresceu 9,0% em relação a janeiro e 9,9% no confronto com maio do ano anterior.

3.5 - Comércio

Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, em maio o comércio varejista manteve um desempenho satisfatório, com o volume de vendas registrando uma variação positiva de 2,7% sobre igual mês de 2004, e de 4,5% na comparação de janeiro-maio/2005 com o mesmo período do ano anterior.

No entanto, o resultado de maio reitera uma tendência que vem se observando desde o início do ano, de desaceleração do crescimento da atividade varejista, influenciada principalmente pelos impactos decorrentes das variações negativas dos segmentos de Combustíveis e Lubrificantes (queda de 7,3%, na comparação de maio de 2005 com o mesmo mês do ano anterior), Tecidos, Vestuário e Calçados (-6,1%), Livros, Jornais e Revistas e Papelaria (-0,2%) e Material de Construção (-7,0%). Vale observar que o fraco desempenho no comércio de Combustíveis e Lubrificantes tem como justificativa básica a elevação dos preços dos combustíveis bem acima da média, o que vem desestimulando o consumo. No caso do segmento de Tecidos, Vestuário e Calçados, uma das razões para essa queda foi a antecipação de compras para o Dia

das Mães, estimuladas pelas promoções de fim de estação.

Outros segmentos, com importância para a formação da taxa do comércio varejista, experimentaram variações líquidas positivas no volume de vendas nos primeiros cinco meses do ano. Destaca-se, nesse grupo, a atividade de Móveis e Eletrodomésticos que registrou uma taxa de crescimento de 19,3%, no acumulado dos cinco primeiros meses do ano e de 22,9%, nos últimos 12 meses. Esse comportamento foi motivado, principalmente, pelo impacto positivo da ampliação do crédito direto ao consumidor e dos empréstimos pessoais consignados em folha. Outras atividades que têm uma dinâmica influenciada diretamente pela renda disponível das famílias também registraram variação positiva – o caso de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, cujo acréscimo de 3,3% no volume de vendas sobre janeiro-maio/04 foi basicamente influenciado pelo aumento do salário mínimo em maio e pelo incremento de 3,8% no nível de ocupação, em relação a igual mês do ano anterior (Tabela 14).

Tabela 14 - Brasil: indicadores de desempenho do comércio varejista segundo grupos de atividades PMC - (mai .05)

Atividades	Volume de Vendas		
	Indicador Mensal	Acumulado	
	Taxa de Variação	Taxa de Variação	
	Mai.05/Mai.04	No Ano	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA*	2,67	4,51	7,52
1. Combustíveis e Lubrificantes	-7,26	-6,68	-1,00
2. Hiper, Supermercados, Prods. Alimentícios, Bebidas e Fumo	1,23	3,34	6,58
2.1. Super e Hipermercados	0,31	2,57	6,52
3. Tecidos, Vest. e Calçados	-6,09	2,13	3,38
4. Móveis e Eletrodomésticos	18,30	19,31	22,93
5. Artigos Farmacêuticos, Med., Ort. e de Perfumaria	5,09	2,82	-
6. Equip.e Mat.para Escritório Informática e Comunicação	51,19	34,06	-
7. Livros, Jornais, Rev. e Papelaria	-0,16	1,99	-
8. Outros Arts. de Uso Pessoal e Doméstico	9,10	13,07	-
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	1,83	3,54	12,90
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	1,76	3,55	-
10. Material de Construção	-6,96	-4,89	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio, mai. 05. Disponível em: <www.ibge.gov.br>

Nota: (*) O indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 8

Em termos de unidades da federação, a pesquisa do IBGE revela que praticamente todos os estados experimentaram resultados mensais positivos no volume de vendas nos primeiros cinco meses do ano, relativamente ao mesmo período do ano anterior. A variação mais ex-

pressiva foi observada no Acre (25,5%). No caso do Nordeste, a maior taxa de crescimento do volume de transações ocorreu no Estado da Paraíba (23,1%), seguido por Sergipe (20,0%), Rio Grande do Norte (18,8%) e Piauí (18,7%) (Tabela 15).

Tabela 15 - Variação de volume de vendas no comércio varejista ampliado*, por Unidade de Federação - (mai. 2005).

Unidade de Federação	Variação		
	Mensal	Acumulado	
	Mai.05/Mai.04	No ano	12 Meses
BRASIL	2,7	4,5	7,5
Maranhão	17,8	19,1	16,1
Piauí	18,7	13,9	8,4
Ceará	16,1	12,6	10,3
Rio Grande do Norte	18,8	19,7	15,8
Paraíba	26,6	23,1	15,5
Pernambuco	13,4	15,4	12,3
Alagoas	12,9	17,6	16,0
Sergipe	25,4	20,0	11,7
Bahia	4,1	7,3	8,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio, Mai./05. Disponível em: <www.ibge.gov.br>

Nota: * Inclui as atividades de Veículos e de Material de Construção, além daquelas que compõe o varejo.

Na decomposição da taxa mensal, de acordo com as atividades econômicas, observa-se que as vendas do comércio varejista na Região Metropolitana de Recife registraram uma expansão de 15,4% no período janeiro-maio/2005. Todos os ramos de comércio localizados nessa região experimentaram variação positiva no período, sendo os maiores impactos sobre as vendas oriundos dos segmentos de Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação (crescimento de 92,8%), Móveis e Eletrodomésticos (37,6%) e Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (17,5%).

A Região Metropolitana de Fortaleza também apresentou um desempenho positivo das ven-

das do comércio varejista nos primeiros cinco meses deste ano, por conta, principalmente, da expansão dos negócios nos ramos de Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação (124,3%) e Móveis e Eletrodomésticos (36,1%). Já a Região Metropolitana de Salvador aparece na pesquisa do IBGE com a menor variação no volume de vendas no comércio varejista (7,3%). As vendas de Livros, Jornais, Revistas e Papelaria (-5,0%) e Combustíveis e Lubrificantes (-13,1%) apresentaram desempenho desfavorável no período, enquanto os demais segmentos registraram evolução positiva, relativamente ao mesmo período de 2004 (Tabela 16).

Tabela 16 - Variação de volume de vendas no comércio varejista, por atividade nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Salvador e Recife (mai. 05)

Atividades	Jan.- Mai.2005 / Jan.- Mai.2004			Mai./2005 Mai./2004		
	Fortaleza	Salvador	Recife	Fortaleza	Salvador	Recife
Comércio Varejista	12,63	7,27	15,39	16,13	4,14	13,39
Combustíveis e Lubrificantes	3,58	-13,06	9,56	5,70	-19,78	12,80
Hipermercados, Supermercados, Produtos, Alimentícios, Bebidas e Fumo	7,23	10,25	17,53	11,22	7,22	12,78
Tecidos, Vestuários e Calçados	11,00	15,64	8,74	14,62	16,99	8,99
Móveis e Eletrodomésticos	36,09	42,27	37,63	37,82	39,60	32,91
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos de Perfumaria e Cosméticos	0,96	7,88	0,08	2,31	12,12	4,16
Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	21,30	-5,03	13,26	23,13	-13,40	2,79
Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	124,25	34,25	92,84	153,41	48,85	139,38
Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	24,02	7,14	5,84	27,37	6,04	2,41

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio, mai. 05. Disponível em : <www.ibge.gov.br>

Com relação à receita nominal do varejo, a pesquisa do IBGE revelou uma pequena desaceleração na taxa de crescimento, que passou de 11,8%, em abril/05, para 10,7%, em maio/05, ambas comparadas com os mesmos meses do ano anterior. O acumulado nos primeiros cinco meses de 2005 indica uma expansão de quase 12% na variação do faturamento do comércio varejista no período. Em termos nacionais, o Estado

do Tocantins apresentou o maior crescimento da receita nominal de vendas no comércio varejista no período de janeiro a maio de 2005, com incremento de 31,4%. No Nordeste, a maior variação de receita nominal do comércio ocorreu no Estado da Paraíba, que se posicionou, também, como a segunda maior taxa de expansão do país (30,7%) (Tabela 17).

Tabela 17 - Variação da receita nominal de vendas no comércio varejista, por Unidade da Federação (mai. 2005)

Unidade de Federação	Variação		
	Mensal	Acumulado	
	Mai 05/Mai 04	No ano	12 Meses
BRASIL	10,72	11,96	13,67
Maranhão	26,62	27,18	22,76
Piauí	25,87	20,30	14,48
Ceará	23,57	19,31	16,38
Rio Grande do Norte	27,11	27,71	23,18
Paraíba	35,18	30,69	21,58
Pernambuco	20,66	21,82	17,95
Alagoas	19,28	23,32	21,00
Sergipe	36,60	30,35	19,33
Bahia	11,46	13,61	13,35

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio, mai. 05. Disponível em: <www.ibge.gov.br>

3.6 - Agricultura

Em 2005, o setor agrícola brasileiro sofreu fortes impactos no primeiro semestre do ano. Por um lado, os problemas climáticos que reduziram a produção de grãos em 5,7%, de acordo com o Quinto Levantamento de Avaliação da Safra 2004/2005, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)²⁰, passando de 119,114 milhões para 112,366 milhões de toneladas. Por outro, a queda nos preços dos principais produtos agrícolas brasileiros, potencializada com a mudança no câmbio, com valorização da moeda nacional frente ao dólar. Estes fatores provocaram a descapitalização do produtor e, conseqüentemente, menor investimento para a safra seguinte. Os plantios de inverno estão com menores áreas e uso de tecnologia. Isto tende a ocasionar menores produtividades para a safra 2005/2006. Poucos produtos têm se destacado

positivamente em 2005, como a mamona e a cana-de-açúcar, por exemplo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE²¹, no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, de maio de 2005, a queda na safra 2004/2005 será menor que a prevista pela CONAB. De acordo o IBGE, a variação será de - 4,94%, o que representa uma produção de 113,468 milhões ante 119,369 milhões de toneladas da safra anterior. Os produtos que mais contribuíram para essa queda foram o milho 2ª safra (-26,48%), o sorgo em grão (-25,52%), a batata inglesa 2ª safra (-16,14%) e o trigo em grão (-14,50%). Já, os produtos que obtiveram melhores desempenhos, relativamente à safra anterior, foram a mamona (+62,00%), a mandioca (+10,27%), o cacau em amêndoa (+7,62%) e a soja em grão (+3,14%), conforme o Gráfico 14.

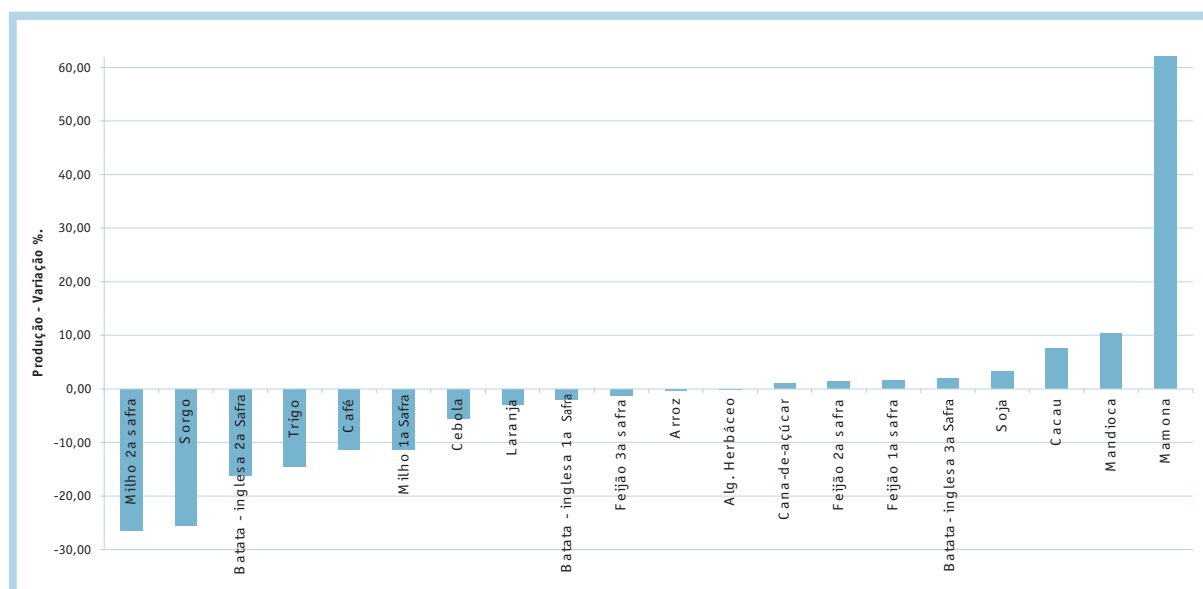


Gráfico 14 - Comparativo entre as safras 2004 - 2005, das principais lavouras brasileiras, levantamento (mai. 05)

Fonte: IBGE - LSPA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Levantamento: mai. 2005.

²⁰ CONAB. *Quinto levantamento de avaliação da safra 2004/2005 – Jun./2005*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/Safra/BOLETIM%2005%20Colheita.pdf>> Acesso em: 01 ago. 2005.

²¹ IBGE. *Levantamento sistemático da produção agrícola – maio/2005*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/textolspa062005.pdf>> Acesso em: 01 ago. 2005.

Quando comparados os levantamentos realizados pela CONAB (Tabela 18), para a safra 2004/2005, percebe-se redução de 14,8% entre o quinto levantamento, procedido em junho de 2005, e o segundo, realizado em dezembro de 2004. Já em relação à safra 2003/2004, a redução foi de 5,7%. Em termos absolutos, a produção de grãos será 6,747 milhões de toneladas a menos que a safra anterior, embora a área plantada tenha sido elevada em 2%, no mesmo período. Esta retração foi mais influenciada pela cultura do milho, cuja produção reduziu em 17,5%, de 42,128 milhões

para 34,769 milhões de toneladas, ou seja, uma queda de 7,359 milhões de toneladas. As maiores variações observadas foram para o girassol (-30,0%) e para a mamona (+90,6%).

Tanto o IBGE quanto a CONAB apontam elevado incremento na produção da mamona. Na prática, esse cultivo tem sido favorecido tanto pela preocupação ambiental em substituir combustíveis fósseis por fontes renováveis como pela necessidade de redução do déficit no balanço comercial, com a importação de óleo diesel.

Tabela 18 - Evolução das estimativas de grãos do 1º ao 5º levantamento, para a safra 2004/2005, em mil toneladas

CULTURA	SAFRA 2003/04	SAFRA 2004/05					VARIAÇÃO			
		1º Lev. Out/04	2º Lev. Dez/04	3º Lev. Fev/05	4º Lev. Abr/05	5º Lev. Jun/05	%		Absoluta	
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f).(c)	(f).(a)	(f) - (c)	(f) - (a)
Caroço de Algodão	2.099,2	2.185,5	2.141,5	2.232,9	2.220,1	2.106,9	-1,6	0,4	-34,6	7,7
Amendoim Total	217,3	264,8	269,1	280,1	310,2	301,7	12,1	38,8	32,6	84,4
Amendoim 1º Safra	176,3	223,8	228,1	239,1	254,0	244,4	7,1	38,6	16,3	68,1
Amendoim 2º Safra	41,0	41,0	41,0	41,0	65,2	57,3	39,8	39,8	16,3	16,3
Arroz	12.829,4	12.074,9	12.632,9	12.809,4	13.497,8	13.290,9	5,2	3,6	658,0	461,5
Aveia	411,0	439,6	411,0	411,0	400,0	433,3	5,4	5,4	22,3	22,3
Centeio	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,4	-2,9	-2,9	-0,1	-0,1
Cevada	367,2	367,2	367,2	367,2	367,2	396,7	5,3	5,3	19,5	19,5
Feijão Total	2.978,3	2.977,0	3.061,7	2.837,5	2.896,3	2.907,0	-5,1	-2,4	-154,7	-71,3
Feijão 1º Safra	1.235,1	1.208,8	1.293,6	1.090,9	1.099,4	1.101,2	-14,9	-10,8	-192,3	-133,9
Feijão 2º Safra	1.035,8	1.080,8	1.060,8	1.039,2	1.034,6	937,3	-11,6	-9,5	-123,5	-99,5
Feijão 3º Safra	707,4	707,4	707,4	707,4	762,3	868,5	22,8	22,8	161,1	161,1
Girassol	85,8	82,2	82,2	82,2	72,3	60,1	-26,9	-30,0	-22,1	-25,7
Mamona	107,3	150,6	137,3	147,9	161,7	204,5	48,9	90,6	67,2	97,2
Milho Total	42.128,5	42.900,4	43.147,1	39.039,5	35.989,9	34.769,0	-19,4	-17,5	-8.378,1	-7.359,5
Milho 1º Safra	31.554,2	32.428,7	32.578,3	29.318,5	27.868,9	27.152,3	-16,7	-14,0	-5.426,0	-4.401,9
Milho 2º Safra	10.574,3	10.471,7	10.568,8	9.721,0	8.120,3	7.616,7	-27,9	-28,0	-2.952,1	-2.957,6
Soja	49.792,7	60.163,3	61.408,9	53.119,2	50.195,4	50.229,9	-18,2	0,9	-11.179,0	437,2
Sorjo	2.014,1	2.009,1	2.009,1	1.918,4	1.809,6	1.607,0	-20,0	-20,2	-402,1	407,1
Trigo	5.951,3	6.042,6	6.021,7	6.021,6	5.845,9	5.845,9	-2,9	-0,1	-175,7	-5,4
Triticale	228,6	228,6	228,6	228,6	218,6	220,5	-3,5	-3,5	-8,1	-8,1
Brasil	119.114,2	129.889,2	131.921,7	119.499,0	113.687,8	112.366,8	-14,8	-5,7	19.554,9	6.747,4

Fonte: CONAB. Levantamento: jun. 2005

O Governo Federal, aliás, está incentivando a produção dessa oleaginosa para a produção do biodiesel, com resultados visíveis – caso do projeto de instalação de uma indústria de processamento de óleo vegetal no Estado do Ceará, com investimentos de US\$ 50 milhões. A empresa, originária de Minas Gerais, vem analisando a idéia de implantação do empreendimento, desde 2003. A intenção é produzir insumos para a indústria dentro de três anos – óleos especiais, lubrificantes, plastificantes, tensoativos, polímeros e derivados gliceroquímicos²². Para fornecimento de matéria-prima o Estado do Ceará teria de plantar 40 mil hectares de mamona. Na safra 2004/2005 a área plantada foi de 18 mil hectares, uma defasagem de 22 mil hectares. Para atender à indústria, a produção estadual deverá crescer aproximadamente 39% ao ano, até 2008, tendo como base a produtividade de 2004/2005. Caso contrário, o déficit de oferta deverá ser suprido por outros estados, principalmente pela Bahia, maior produtor nacional, com 162,4 mil toneladas (safra 2004/2005).

Em relação ao biocombustível, outro setor que vem ganhando destaque no mercado nacional e

internacional é o sucroalcooleiro, em especial o produto álcool. A produção de cana-de-açúcar está estimada em 450,196 milhões de toneladas para a safra 2005/2006, segundo o levantamento da CONAB, realizado em maio de 2005. O montante é 7,8% superior ao levantamento realizado pelo IBGE para a safra 2004/2005 (Tabela 19). A produção está concentrada na Região Centro-Sul do País, com 84,2% do total. O Norte/Nordeste responderá por 15,8%, ou 71,0 milhões de toneladas, aumento de 6,6% em relação à safra anterior, resultado da maior área plantada, com expansão de 4,5%. No Nordeste, a produção concentra-se em Alagoas e Pernambuco, cujas produções são 28,01 milhões e 20,12 milhões de toneladas, respectivamente. Estes dois estados produzem 68,9% da cana-de-açúcar nordestina (CONAB, 2005)²³.

O açúcar, porém, deverá ter um ritmo mais lento de crescimento das vendas no mercado internacional, tendo em vista seus preços ainda estarem em um nível baixo, comparados aos preços obtidos em meados da década de 1990 e início de 2000, (Gráfico 15). O Brasil, contudo, tem obtido sucesso em suas negociações na Or-

Tabela 19 - Cana-de-açúcar, comparativo de área, produtividade e produção, safras 2004/2005 e 2005/2006

Região	Área (em mil/ha)			Produtividade (em kg/ha)			Produção (em mil ton)		
	Safra 04/05	Safra 05/06	Var. %	Safra 04/05	Safra 05/06	Var.%	Safra 04/05	Safra 05/06	Var.%
	IBGE	CONAB		IBGE	CONAB		IBGE	CONAB	
Norte	15,69	16,20	3,3	65.424	66.352	1,4	1.026,50	1.074,90	4,7
Nordeste	1.198,88	1.190,40	4,5	57.599	58.754	2,0	65.598,30	69.940,60	6,6
Norte/Nordeste	1.154,57	1.206,60	4,5	57.705	58.856	2,0	66.624,80	71.015,50	6,6
Centro-Oeste	531,33	593,20	11,6	73.732	74.450	1,0	39.175,90	44.164,00	12,7
Sudeste	3.517,37	3.827,30	8,8	78.636	78.778	0,2	276.592,90	301.505,40	9,0
Sul	447,38	467,30	4,5	78.639	71.713	-8,8	35.181,40	33.511,40	-4,7
Centro-Sul	4.496,08	4.887,80	8,7	78.057	77.577	-0,6	350.950,20	379.180,80	8,0
Brasil	5.650,65	6.094,40	7,9	73.899	73.870	-	417.575,00	450.169,30	7,8

Fonte: IBGE; CONAB - Levantamento (mai. 05)

²² THOMASI, A. Grupo Vime projeta fábrica no Ceará. *Gazeta Mercantil*, Recife, 13 jul. 2005. Derivados de Óleo, p. B-14.

²³ CONAB. *Cana-de-açúcar*: safra 2005/2006: primeiro levantamento: maio-2005. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/nupin/aviso.pdf>> Acesso em: 01 ago. 2005.

ganização Mundial do Comércio – OMC sobre a redução dos subsídios dados aos produtores europeus na produção de açúcar de beterraba. Isso significa que o país poderá avançar no mercado mundial, ocupando o espaço de aproximadamente metade das exportações anuais europeias, de cerca 5 milhões de toneladas. Há, ainda, um mercado livre para exportação estimada em 30% da produção mundial, ou seja, 42,75 milhões de toneladas (AÇÚCAR..., 2005)²⁴.

De acordo com a CONAB (2005)²⁵, embora nos últimos anos a cana-de-açúcar tenha priorizado a produção do álcool, a tendência é de mudança nesse cenário. A expectativa é de que o principal destino das lavouras passe a ser a produção do açúcar, que demandará 48,6% do volume de cana produzido.

Estima-se que as regiões Sudeste e Nordeste transformarão, respectivamente 50,90% e 49,26% da sua cana em açúcar. Fatores que podem explicar esse revés, segundo a CONAB, são o fato da safra

na região Centro-Sul estar no início, além dos bons preços do açúcar nas bolsas internacionais. Outro ponto é a possibilidade de flexibilizar a produção dos derivados da cana-de-açúcar. Muitas usinas possuem destilarias anexas, o que possibilita alternar a produção de acordo com as condições do mercado, ora produzindo açúcar ora álcool.

O mercado do álcool possui um panorama mais favorável a médio prazo, conforme se evidencia nos Gráficos 16 e 17. A produção brasileira está em ascensão desde a safra 2000/2001, passando de 10,6 bilhões para 15,3 bilhões de litros, em 2004/2005. A projeção para 2010/2011 chega a 26,0 bilhões de litros, incremento de 70% na produção nacional. A produção Nordeste é pequena, comparada à do Centro-Sul, mas, segundo o jornal *Gazeta Mercantil*²⁶, a Região é estratégica para o Brasil continuar na liderança mundial na produção de álcool. Respondendo atualmente por 12% da produção brasileira, a representatividade nordestina poderá chegar a

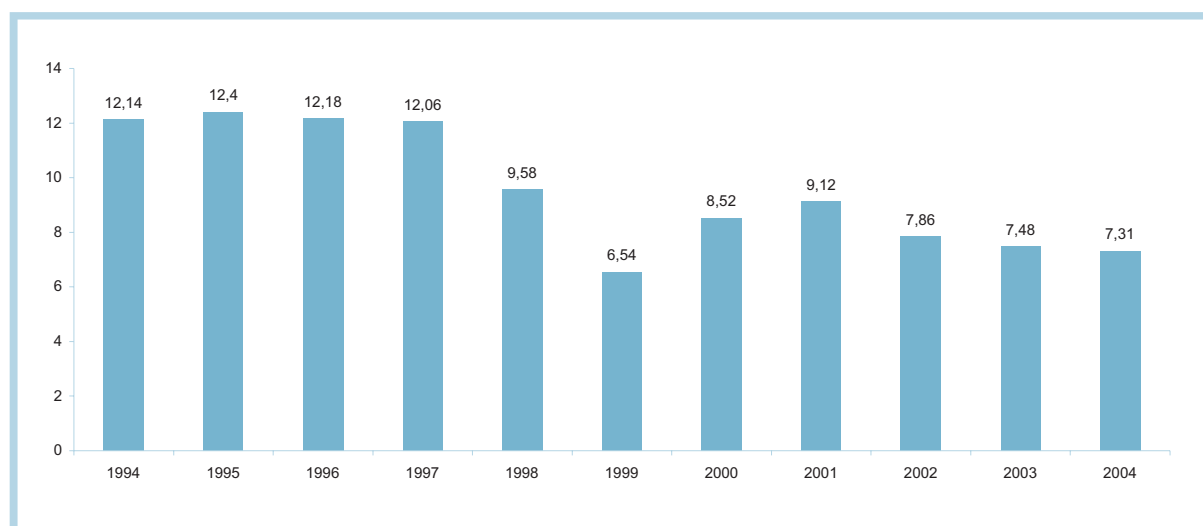


Gráfico 15 - Cotação do açúcar: dólar por Libra Peso: Bolsa de Nova York

Fonte: ESPECIAL açúcar e álcool. Revista *Agroanalysis*. São Paulo, v. 25, n. 5, mai. 2005, p. E - 2.

²⁴ AÇÚCAR e álcool. *Agroanalysis*, São Paulo, v. 25, n. 5, p. E-3, mai. 2005.

²⁵ CONAB. *Cana-de-açúcar: safra 2005/2006: primeiro levantamento: maio-2005*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/nupin/aviso.pdf>> Acesso em: 01 ago. 2005.

²⁶ BRANCO, Â. C. Liderança na produção de álcool depende do Nordeste. *Gazeta Mercantil*, Recife, 04 jul. de 2005. Combustíveis, p. C-4.

25%. Há áreas com possibilidades de expansão no litoral que vai de Sergipe ao Rio Grande do Norte. Quanto às exportações, o Brasil poderá

dobrá-la até 2010, passando de 2,4 bilhões de litros para 5 bilhões, um salto, no valor, de US\$ 457,7 milhões para US\$ 1,5 bilhão.

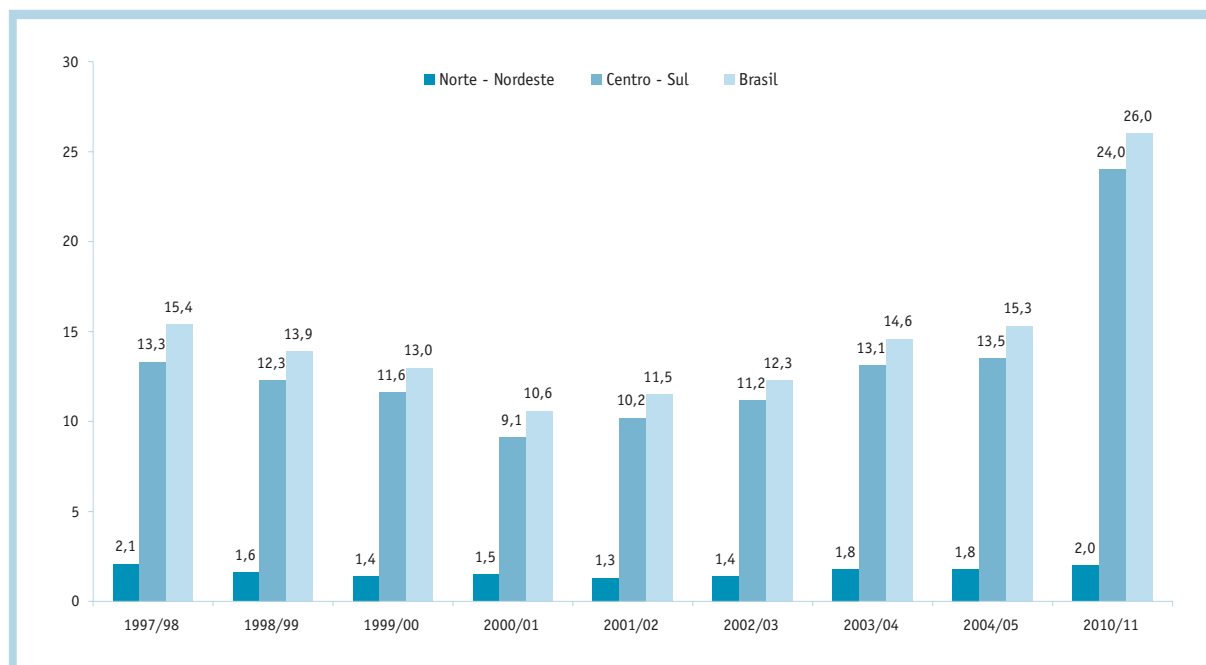


Gráfico 16 - Produção de álcool do Brasil, Norte-Nordeste e Centro-Sul, em Bilhões de Litros

Fonte: ESPECIAL açúcar e álcool. Revista Agroanalysis. São Paulo, v. 25, n. 5, mai. 2005, p. E - 2.

Nota: Para as safras 2002/03 e 2003/04, a soma das regiões é um pouco superior ao total do país. Esta diferença decorre das aproximações realizadas por tratar a produção em bilhões de litros.

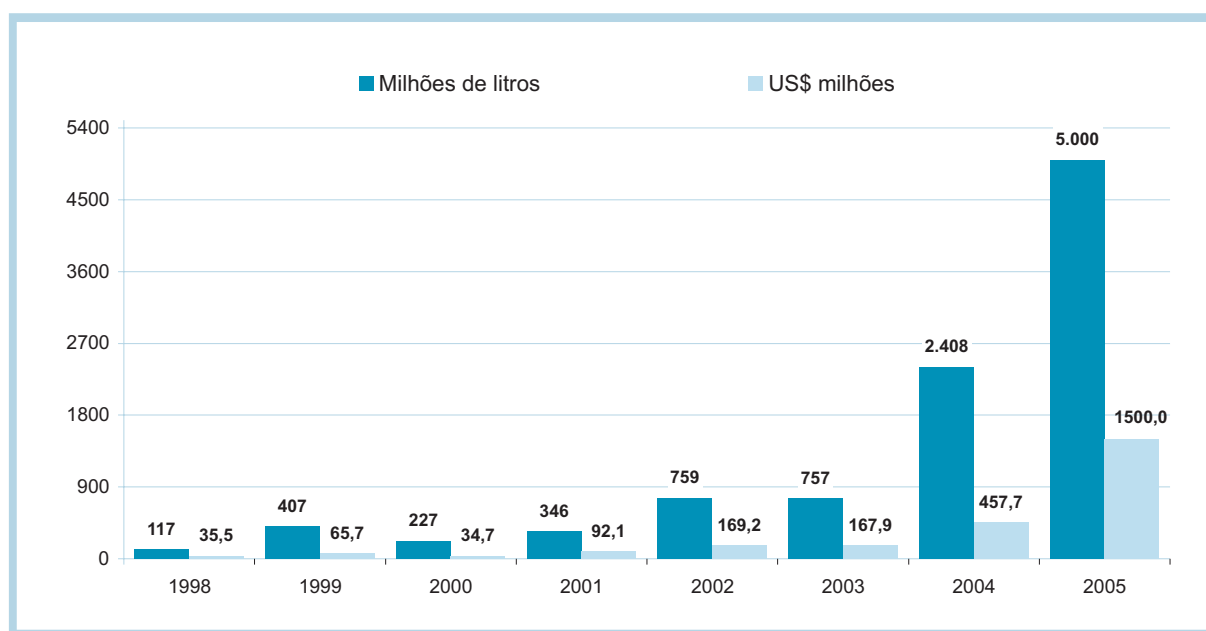


Gráfico 17- Brasil. Exportação de Álcool 1998 - 2005

Fonte: Revista Agroanalysis. Especial Açúcar. São Paulo, Vol. 25, nº 5, maio de 2005, p.E-4.

3.7 - Pecuária

O comércio internacional de carnes continua favorável à expansão da atividade. As exportações mundiais totais alcançaram 18,6 milhões de toneladas, aumento de 5% em relação a 2004. Como pontos positivos, a Revista Agroanalysis²⁷ destaca a liberalização do comércio, a melhoria da eficiência técnica das criações, o desenvolvimento econômico e o aumento da população. Apesar de acontecerem restrições e barreiras comerciais (devido às ocorrências da doença da vaca louca, na União Européia e da gripe aviária, na Rússia e Ásia), as exportações continuam em expansão. Tanto a produção quanto o consumo de carnes evoluíram positivamente de 2004 para 2005. Para o Brasil, é uma boa oportunidade de

elevar as vendas externas. O país possui a vantagem de seu rebanho bovino ser criado em pasto, o chamado boi verde, bastante apreciado pelos compradores internacionais, em contraponto ao animal em sistema de confinamento da Europa. Já o frango produzido no Brasil possui teor protéico elevado, oriundo do tipo de ração utilizada.

Internamente, verifica-se que o Índice de Preços Recebidos pelos Produtores (IPR), para produtos de origem animal, encontra-se em ascensão. As maiores variações observadas foram nos anos de 2000 e 2003, de 24,3% e 30,3%, respectivamente. A oscilação entre janeiro de 2004

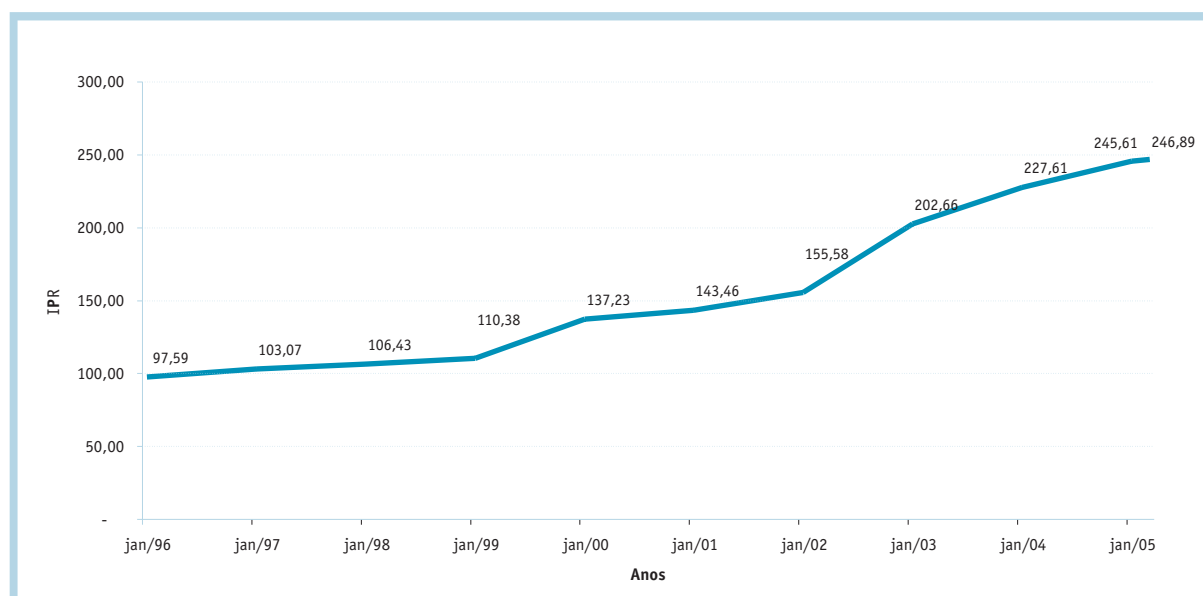


Gráfico 18 - Brasil: índice de preços recebidos pelos produtores (IPR): produtos de origem animal (Base: ago./2004=100)

Fonte: MAPA (2005)²⁸

²⁷ BOI. Revista Agroanalysis. São Paulo, v. 25, n. 6, jun. 2005. p. 37.

²⁸ MAPA. Estatísticas: índices agrícolas: índices de preços recebidos pelos produtores (IPR): produtos de origem animal. Disponível em: < http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/ESTATISTICAS/INDICES_AGRICOLAS/6.2.E_1.XLS> Acesso em: 01 ago. 2005.

a janeiro de 2005 ficou em 7,9%, passando de 227,61 para 245,61 (Gráfico 18). Já no primeiro trimestre de 2005, a variação média mensal foi negativa, em 0,20% – bem abaixo do observado para o Índice de Preços ao Consumidor – (INPC), do IBGE, de 0,58%, no mesmo período. Explicam tais números os menores preços recebidos pelos produtores em relação a outros componentes das cadeias dos produtos de origem animal, bem como a maior inflação em outros setores da economia que não de alimentos.

O mercado interno de carne bovina encontra-se com oferta elevada e demanda retraída, em função do período da safra do boi, no meio do

ano, assim como do ciclo da pecuária, com grande oferta de bezerras e o aumento no abate de matrizes – para tentar reduzir o número de bezerras ofertados. Estes fatores pressionam os preços para baixo, tanto do boi quanto de carnes (CONAB, 2005)²⁹. O que vem sustentando o setor são as exportações, cujos preços estão mais elevados que os praticados no mercado interno, (Gráfico 19). Apesar da redução em fevereiro de 2005, o preço da carne bovina voltou a crescer em março, alcançando valor superior a US\$ 2.200,00 a tonelada.

Em termos de mercado internacional, a tendência é que novos estados também consoli-

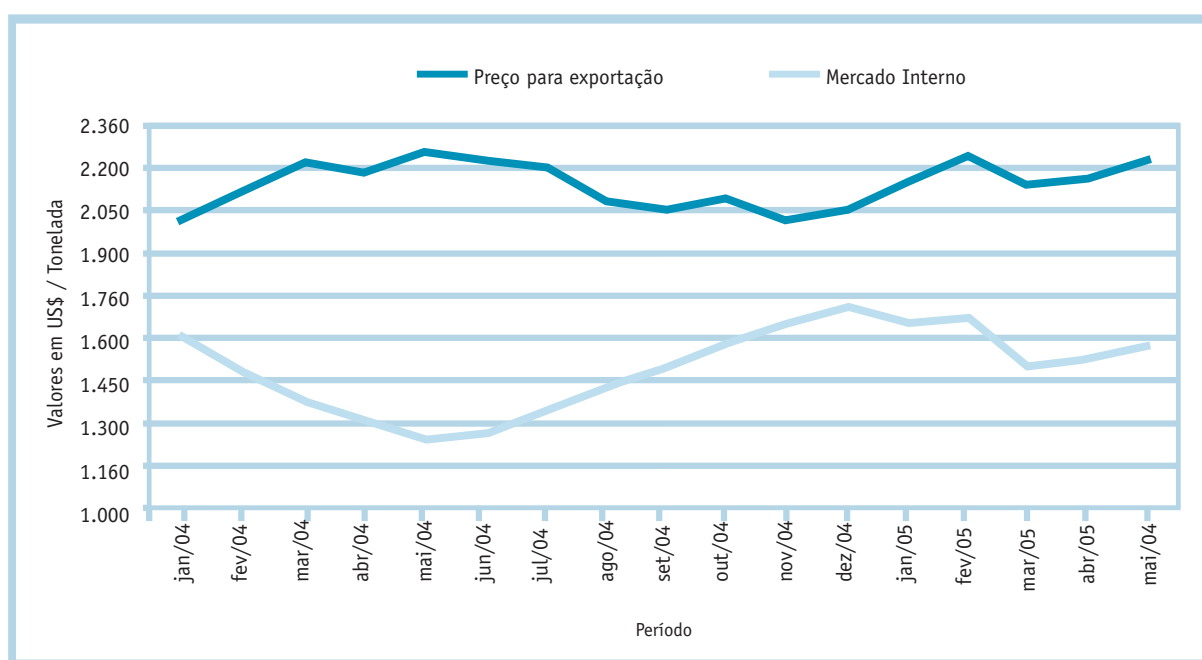


Gráfico 19 - Carne bovina, comparativo dos preços de exportação versus preço atacado em São Paulo, de 2004 a maio de 2005

Fonte: CONAB (2005)³⁰

dem exportações, em decorrência de medidas que visam aumentar a sanidade dos animais. O Programa Nacional de Erradicação da Febre

Aftosa terminou mais uma etapa em maio deste ano, com abrangência em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal. No Nordeste, o

²⁹ CONAB. *Cana-de-açúcar: safra 2005/2006: primeiro levantamento: maio-2005*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/download/nupin/aviso.pdf>> Acesso em: 01 ago. 2005.

³⁰ Id.

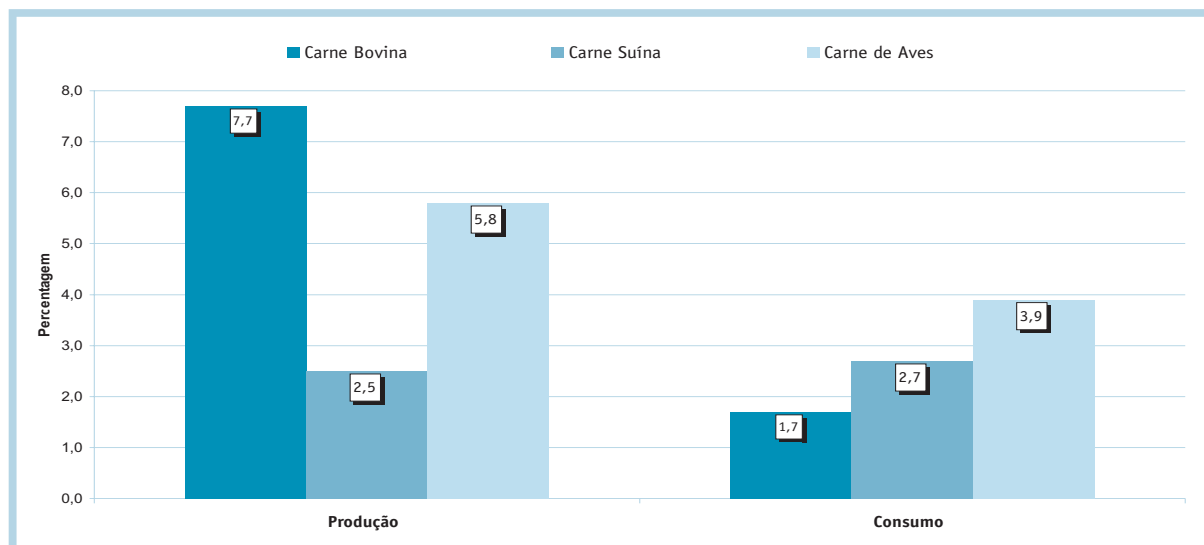


Gráfico 20 - Evolução na produção e consumo de carnes no panorama mundial. 2004-2005.

Fonte: Revista Agroanálisis. Boi. São Paulo, Vol. 25, nº6, Junho de 2005, p.37.

Maranhão e o Piauí foram incluídos no Programa, aumentando a possibilidade destes estados se inserirem no mercado internacional. Na Região, apenas os estados da Bahia e Sergipe são considerados áreas livres da febre aftosa.

Espera-se que as exportações mundiais de carne bovina aumentem em 7,7%, alcançando um total de 7 milhões de toneladas em 2005 (Gráfico 20). E o Brasil, que é o maior exportador mundial, tem possibilidade de vender ao exterior 1,3 milhão de toneladas, gerando recursos na ordem de US\$ 3 bilhões. As exportações representam 15% da produção nacional. Somente o mercado bovino movimenta um volume total de US\$ 10 bilhões no país.

A carne de aves apresenta a segunda maior variação na produção (5,8%) e a maior variação de consumo dentre as três carnes selecionadas, com crescimento de 3,9%, entre 2004 e 2005.

Além disso, a produção de carne de frango encontra-se em franca ascensão. Em quinze anos

(1990 a 2004), o volume passou de 2,3 milhões para 8,5 milhões de toneladas, crescimento de 274,6%, com média anual aproximada de 10%, (Gráfico 21). A produção é, em sua maioria, destinada ao mercado interno, porém a taxa de crescimento observada no volume exportado é superior à do consumo interno. Enquanto o mercado interno de carne de frango evoluiu em média 6,1% ao ano, de 1999 a 2004, as exportações tiveram um desempenho superior, com média de 25,9%, no mesmo período (ABEF, 2005)³¹.

Segundo a União Brasileira de Avicultura (UBA)³², no primeiro semestre de 2005, a produção de carne de frango foi de 4,5 milhões de toneladas, 7,8% acima do montante verificado no mesmo período de 2004 – 4,1 milhões de toneladas. Novamente, observa-se melhor desempenho no mercado externo, com crescimento médio mensal de 5%.

De acordo com a Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (ABEF)³³, o primeiro semestre de 2005 obteve o melhor desempenho na his-

³¹ ABEF. *Estatísticas*. Disponível em: <www.abef.com.br/> Acesso em: 03 ago. 2005.

³² UBA. *Destinação da produção de carne de frango*. Disponível em: <http://www.uba.org.br/> Acesso em: 03 ago. 2005.

³³ ABEF. *Destques*. Disponível em: <www.abef.com.br/Informativo_Junho.htm> Acesso em: 03 ago. 2005.

tória do setor, com volume exportado de 1,352 milhão de tonelada, aumento de 19,5% em relação ao mesmo período de 2004. A receita alcançou o valor de US\$ 1,522 bilhão, 25% superior ao período anterior. O preço médio encontra-se

elevado, alcançando R\$ 1.213,00 a tonelada (junho/05), o maior dos últimos 12 meses.

O Brasil também elevou suas vendas para todos os mercados tradicionais de carne de frango, com

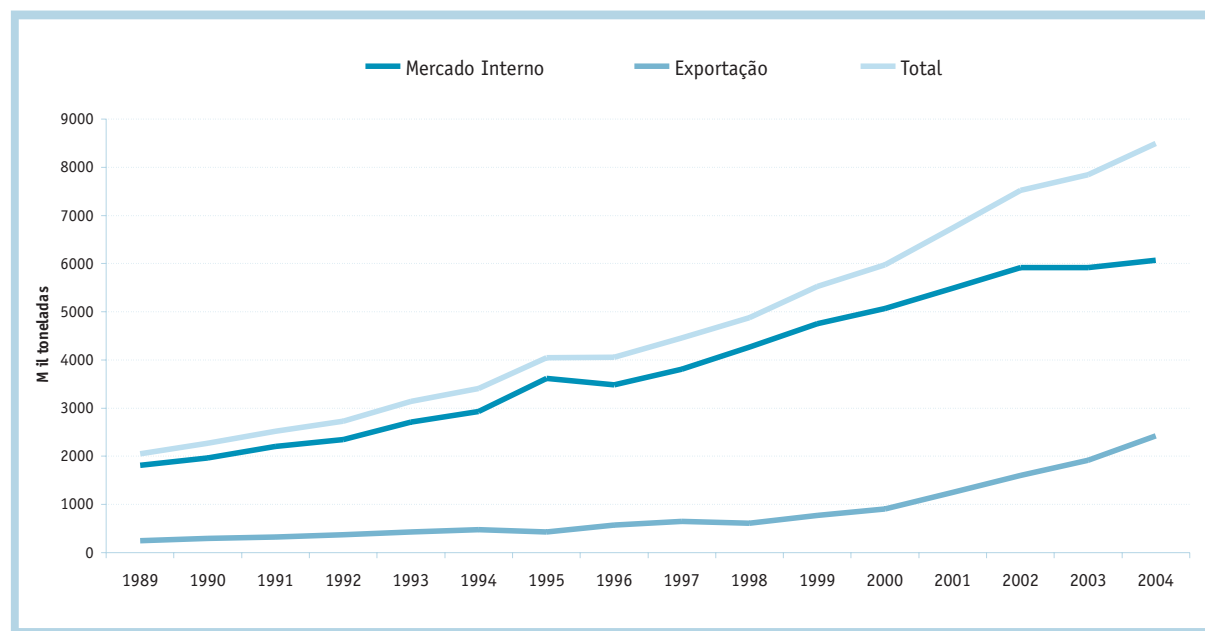


Gráfico 21 - Destino da produção brasileira de carne de frango de 1989 a 2004 (mil toneladas)

Fonte: ABEF - Associação Brasileira do Produtores e Exportadores de Frangos, 2004.

destaque para o Mercosul, cujos incrementos foram de 144,5%, em volume, e 150%, em receita. O Oriente Médio é o maior comprador em termos de volume, com 397,1 mil toneladas (1º semestre de 2005). Já a Ásia paga preços mais atrativos, tendo em vista a pressão na demanda, em virtude da redução substancial em seu rebanho avícola (ocasionado pela gripe aviária), deixando-a como maior importadora da carne de frango brasileira em dólares, com US\$ 443,5 milhões.

A carcinicultura brasileira vem enfrentando diversos desafios nestes últimos anos, como as ações *antidumping* movidas por pescadores norte-americanos, a incidência do vírus IMNV (causador da NIM, Necrose Infecciosa Muscular),

baixa taxa de câmbio e, mais recentemente, o vírus da mancha branca (*White Spot Syndrome Virus* - WSSV).

Mas, ao contrário do que ocorreu nas fazendas de Santa Catarina, as quais tiveram redução de produção em 30%, com prejuízos de R\$ 5,0 milhões, o WSSV não se proliferou pelas fazendas nordestinas. O resultado veio de exames realizados pelo Centro de Diagnóstico de Enfermidades de Camarão Marinho (Cedecam), do Instituto de Ciências do Mar (Labomar), da Universidade Federal do Ceará (UFC)³⁴, que detectou o DNA do vírus da mancha branca no camarão *L. vannamei*, em cultivos no município de Aracati-CE. Entre-

³⁴ BRANCO, Â. C. Teste de laboratório descarta vírus da mancha branca no NE. *Gazeta Mercantil*, Recife, 01 ago. 2005. Camarão. p. B-13.

tanto, a doença ainda não se manifestou nos criatórios. A região Nordeste é a maior produtora de camarão no Brasil e responsável por 91% das exportações do país. Em 2004, a Região exportou 52 mil toneladas, com faturamento total de US\$ 198 milhões. Este resultado é inferior ao ano

anterior em 12,4% (US\$ 226 milhões – 58,4 mil toneladas). Para 2005, a expectativa é exportar 50 mil toneladas, com receitas de US\$ 192,5 milhões, segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão – (ABCC). ●

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

Desemprego recua nas regiões metropolitanas

4.1 - Emprego

A pesquisa mensal de emprego (PME), do IBGE, para o agregado das seis regiões metropolitanas, revela um recuo da taxa de de-

semprego no segundo trimestre, após registrar trajetória ascendente no primeiro trimestre (Gráfico 22).

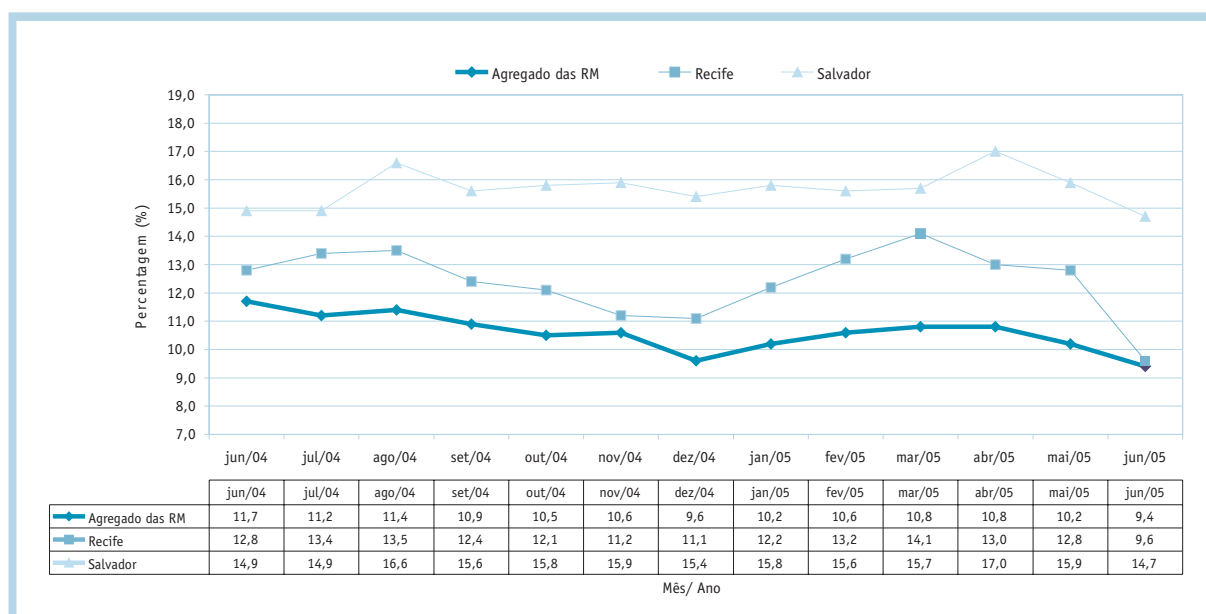


Gráfico 22 - Taxa de desocupação do agregado das regiões metropolitanas cobertas pela PME e das regiões metropolitanas de Recife e Salvador (jun.04/jun.05)

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

A taxa de desocupação passou de 10,2% em maio para 9,4% em junho – queda de 0,8 ponto percentual. Na comparação com junho de 2004, o comportamento da taxa de desocupação também se mostrou favorável – redução de 2,3 pon-

tos percentuais. Vale mencionar que esse resultado foi o mais baixo de toda a série elaborada pelo IBGE.

A taxa média de desemprego³⁵ referente ao primeiro semestre decresceu 1,9 ponto percentual

³⁵ Refere-se à variação da média do indicador em relação a igual período do ano anterior.

em relação à registrada no mesmo período do ano anterior. Na comparação com maio de 2005, todas as regiões metropolitanas, com exceção de São Paulo, apresentaram queda na taxa de desocupação. As variações mais significativas ocorreram no Rio de Janeiro e nas regiões metropolitanas nordestinas levantadas pela PME.

A queda de 3,2 pontos percentuais observada em Recife foi a maior entre as regiões investigadas. Esse resultado aproximou a taxa de desocupação em Recife (9,6%) da média nacional (9,4%). No confronto com igual mês do ano anterior, a taxa de desocupação também recuou 3,2 pontos percentuais.

A Região Metropolitana de Salvador apresenta um movimento descendente de sua taxa de desocupação no segundo trimestre de 2005, revertendo uma trajetória de alta verificada no primeiro trimestre. Apesar do recuo de 1,2 ponto percentual em junho, na comparação com o mês anterior, a taxa de desemprego nesta região continua sendo a maior entre as investigadas pelo IBGE. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, a taxa de desocupação manteve-se estável.

Considerando pessoas com 10 anos ou mais, a PME estima um total de 19,8 milhões de pessoas exercendo algum trabalho em junho de 2005 nas regiões pesquisadas, sendo 56,1% do sexo masculino. Em junho, esse total registrou uma estabilidade na comparação com o mês anterior. Porém, em relação a junho de 2004, a taxa de crescimento do pessoal ocupado foi de 3,4%, representando a incorporação de 647 mil pessoas no mercado de trabalho.

Constata-se que as regiões nordestinas pesquisadas apresentaram estabilidade no número de pessoas ocupadas em junho de 2005, no confronto com o mês anterior. Já com rela-

ção a junho de 2004, Salvador e Recife assinaram aumentos de 5,1% e 3,0%, respectivamente, no número de pessoas ocupadas.

A PME revelou que o nível de ocupação permaneceu estável nas regiões metropolitanas do Nordeste investigadas em relação a maio de 2005. Entretanto, no confronto com junho de 2004, Salvador registrou um incremento de 1,6 ponto percentual, enquanto em Recife essa relação se manteve estável.

No que se refere às formas de inserção das pessoas no mercado de trabalho, o primeiro semestre de 2005 ratifica a progressão do contingente de trabalhadores com carteira assinada observada no ano de 2004. Entre janeiro e junho de 2005, o emprego no setor privado com carteira assinada aumentou de 8,6 milhões para 8,9 milhões de pessoas, ou seja, 3,9%. Já os trabalhadores sem carteira tiveram um incremento de apenas 0,8 %.

A participação dos “com carteira” no total das pessoas ocupadas no primeiro semestre evoluiu de 47,8%, em janeiro de 2005, para 48,7% em junho – incremento de 0,9 ponto percentual. Por outro lado, constatou-se um recuo de 0,2 ponto percentual dos “sem carteira”, neste mesmo período.

As informações das seis regiões metropolitanas revelam que, em junho, apenas os empregados com carteira assinada no setor privado registraram variação (6,6%) – aumento de aproximadamente 492 mil pessoas – comparativamente a junho de 2004. Em relação a maio de 2005, o contingente de trabalhadores nas três formas de inserção no mercado de trabalho se manteve estável.

Constata-se que as regiões metropolitanas do Nordeste que compõem o universo pesquisado

pelo IBGE não registraram variação significativa no número de empregados com carteira assinada em junho de 2005, em relação ao mês anterior. Entretanto, Recife se destaca com um incremento de 12,8% no número de empregados com carteira assinada ante junho de 2004.

Nas modalidades de inserção consideradas informais (trabalhadores sem carteira e trabalhadores por conta própria), observou-se uma estabilidade tanto em relação ao mês anterior como ao mesmo mês de 2004 para as regiões pesquisadas do Nordeste.

O primeiro semestre de 2005 revela para as capitais do Nordeste uma mudança importante em relação à tendência verificada em 2004, de progressão do emprego no setor privado sem carteira assinada. Em Recife, o número de trabalhadores “sem carteira” passou de 308 mil em janeiro de 2005 para 300 mil em junho de 2005 – queda de 2,6%. Já em Salvador, os “sem carteira”, nesse mesmo intervalo, passaram de 312 mil para 297 mil pessoas, representando uma diminuição de 4,8% (Tabela 20).

Tabela 20 - Progressão dos trabalhadores sem carteira no total da população ocupada (mil pessoas) - jun.04/jun.05

Mês/ Ano	Total das RM	Recife	Salvador
jun/04	4.345	305	273
jul/04	4.365	298	276
ago/04	4.395	308	280
set/04	4.475	312	300
out/04	4.474	309	293
nov/04	4.452	318	304
dez/04	4.579	316	300
jan/05	4.411	308	312
fev/05	4.328	289	296
mar/05	4.321	280	282
abr/05	4.396	294	281
mai/05	4.434	292	291
jun/05	4.448	300	297

Fonte : IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

Por outro lado, as regiões metropolitanas de Recife e Salvador assinalaram incrementos positivos no contingente de trabalhadores com

carteira de trabalho assinada no setor privado – 2,5% e 1,2%, respectivamente, ratificando uma tendência já observada em 2004 (Tabela 21).

Tabela 21 - Progressão dos trabalhadores com carteira no total da população ocupada (mil pessoas)
- jun.04/jun.05

Mês/ Ano	Total das RM	Recife	Salvador
jun/04	8.407	463	563
jul/04	8.424	455	564
ago/04	8.424	459	557
set/04	8.518	471	543
out/04	8.575	475	553
nov/04	8.689	485	547
dez/04	8.662	484	567
jan/05	8.629	481	573
fev/05	8.744	492	595
mar/05	8.788	512	587
abr/05	8.812	498	581
mai/05	8.986	510	578
jun/05	8.969	493	580

Fonte: ABEF - Associação Brasileira do Produtores e Exportadores de Frangos, 2004.

Com relação ao emprego industrial, constatou-se que, em maio, o pessoal ocupado registrou variação nula na comparação com o mês anterior, segundo a pesquisa mensal de empregos e salários (PIMES), do IBGE – após uma ligeira expansão de 0,6% no mês de abril.

Já com relação a maio de 2004, o incremento no pessoal ocupado foi de 2,0%, a décima quinta taxa positiva nessa base de comparação.

No acumulado do ano, a taxa de crescimento de 2,6% assinala um desempenho favorável do emprego industrial nos cinco primeiros meses de 2005.

De uma perspectiva espacial, somente a região Sul não apresentou expansão no emprego industrial no confronto maio/2005-maio/2004. As demais registraram taxas positivas de crescimento acima da média nacional. No acumulado do

ano, nenhuma região registrou taxa negativa de crescimento do pessoal ocupado assalariado.

Todos os estados investigados pelo IBGE, na região Nordeste, obtiveram expansão no emprego industrial no indicador mês/igual mês do ano anterior. Pernambuco e Bahia registraram incrementos no emprego industrial superiores aos do Brasil e do Nordeste. Convém observar que Ceará e Bahia vêm apresentando taxas de crescimento positivas nesta base de comparação pelo décimo segundo mês consecutivo (Tabela 22).

No acumulado do ano, o total de admissões foi maior do que o de demissões nos três estados pesquisados. A Bahia foi a principal influência positiva (3,9%), seguido por Ceará (3,8%) e Pernambuco (0,5%).

Setorialmente, a indústria de transformação do Nordeste apresentou expansão de 2,0% no mês de maio, em relação ao mesmo período do ano

Tabela 22 - Pessoal ocupado assalariado: Brasil, Ceará, Pernambuco e Bahia (mai.04/mai.05)

Mês/ Ano	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
mai/04	101,17	101,43	95,87	100,00
jun/04	101,52	102,56	94,42	100,03
jul/04	102,12	102,74	95,67	101,99
ago/04	103,02	104,58	98,84	101,29
set/04	103,39	103,74	101,56	102,87
out/04	104,26	105,37	104,26	106,23
nov/04	104,08	107,38	104,92	104,81
dez/04	104,11	103,69	104,35	104,46
jan/05	103,12	105,29	105,01	104,09
fev/05	102,68	106,14	97,16	103,67
mar/05	102,00	103,17	97,91	105,68
abr/05	102,98	102,94	100,56	104,09
mai/05	101,96	101,80	102,29	102,12

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

anterior. Onze dos dezessete setores investigados registraram taxas positivas de crescimento. Destaque para os subsetores de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (20,1%) e máquinas e equipamentos – excluindo elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (18,8%). Entre as atividades que registraram redução no emprego, ênfase para fumo (-15,0%) e papel e gráfica (-6,3%).

O Estado de Pernambuco assinalou, no mês de maio, em comparação com o mesmo período do ano anterior, expansão do emprego industrial, tanto na indústria de transformação (2,5%) como na indústria extrativa (2,2%). As atividades que mais contribuíram para a expansão do emprego foram fumo (66,6%) e máquinas e equipamentos – excluindo elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (19,8%). As perdas principais recaíram sobre borracha e plástico (-16,0%) e vestuário (-8,7%).

Em maio, o Ceará evidenciou crescimento de 1,4% da indústria de transformação, enquanto a extrativa registrou incremento de 32,3%. Assinalaram maior expansão no nível de emprego: fabricação de meios de transportes (25,4%) e alimentos e bebidas (13,0%). Entre as atividades que exibiram saldos líquidos negativos destacam-se minerais não-metálicos (-21,3%) e madeira (-17,4%).

A Bahia evidenciou, no mês de maio, crescimento de 2,8% da indústria de transformação. Os maiores impactos positivos foram provenientes das atividades de máquinas e equipamentos – excluindo elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicação (64,2%) e madeira (22,7%). Exercendo as principais influências negativas, figuraram fumo (-25,2%) e coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (-17,0%).

4.2 - Rendimento

Em junho, o nível de rendimento médio habitualmente recebido pelos trabalhadores das seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PME registrou aumento de 1,5% em relação

ao mês anterior, após dois meses de queda. Já na comparação com o mesmo mês de 2004, esse rendimento médio teve um ligeiro recuo de 0,3% (Gráfico 23).

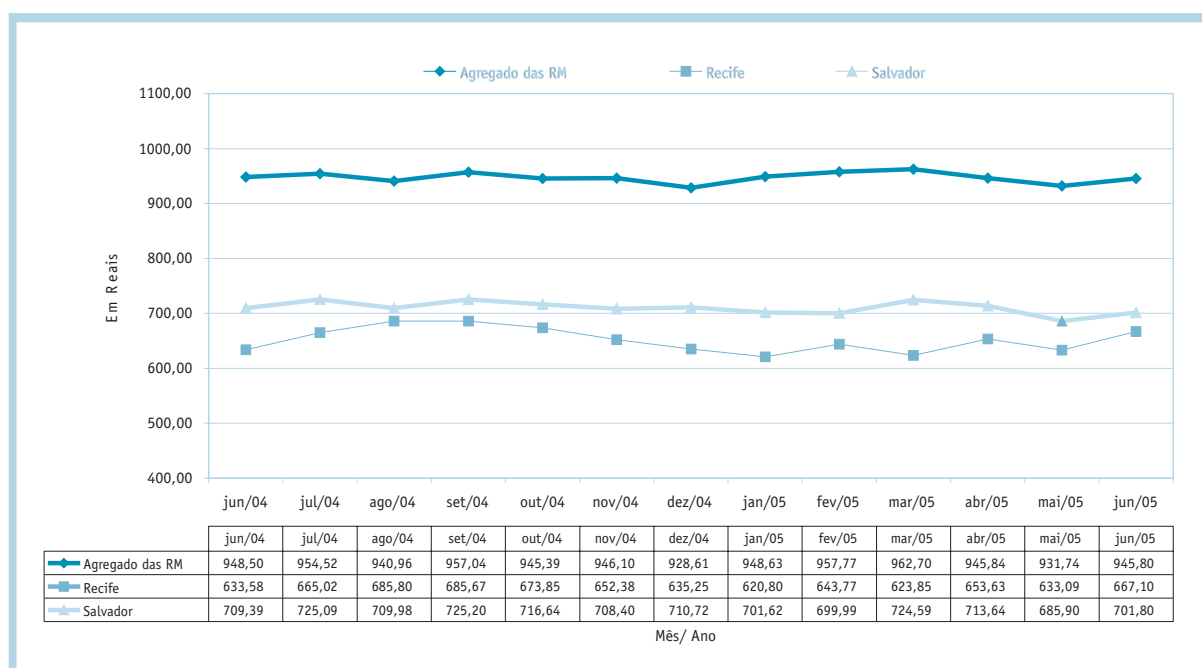


Gráfico 23 - Rendimento médio real: total das áreas cobertas pela PME, Recife e Salvador (jun.04/jun.05)

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Em termos de rendimentos, relativos às formas de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, os dados de junho revelam, na comparação com o mês anterior, uma progressão para os empregados sem carteira assinada no setor privado (4,9%) e, em menor proporção, para os trabalhadores por conta própria (2,0%) e aqueles com carteira assinada no setor privado (1,3%).

Vale mencionar que os rendimentos dos “com carteira” para o total das áreas investigadas pelo IBGE têm apresentado um movimento cíclico nos últimos doze meses no confronto mês/mês an-

terior. De fato, constata-se um recuo dos rendimentos no segundo semestre de 2004, seguida de uma trajetória ascendente no primeiro trimestre de 2005. A evolução no mês de junho nos rendimentos dessa categoria reflete um movimento de recuperação iniciado no mês de maio, após a queda expressiva observada em abril (Gráfico 24).

Por outro lado, o aumento dos rendimentos dos trabalhadores “sem carteira” no mês de junho reverte uma tendência decrescente observada nos primeiros cinco meses do ano.



Gráfico 24 - Rendimento médio real dos trabalhadores com carteira assinada do setor privado (jun.04/jun.05)

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura

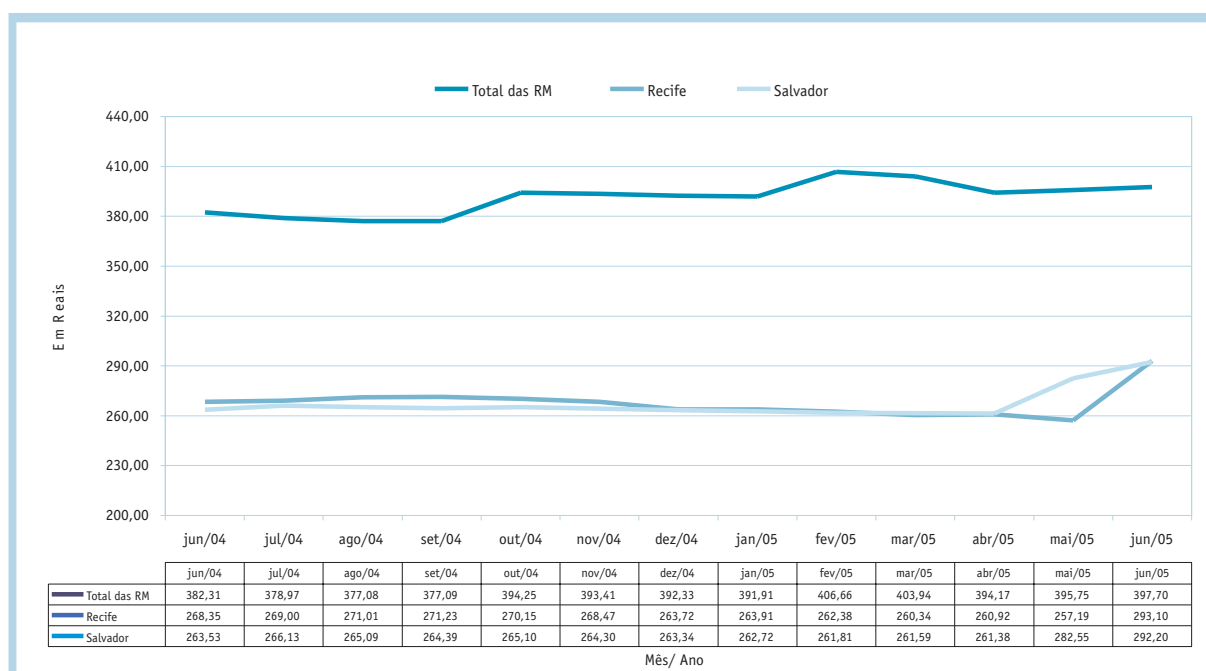


Gráfico 25 - Rendimento médio real dos trabalhadores sem carteira assinada do setor privado (jun.04/jun.05)

Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ibge.ov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

No confronto com o mesmo mês do ano anterior, verificou-se um aumento do rendimento médio em todas as categorias analisadas pela PME.

As regiões metropolitanas de Recife e Salvador assinalaram comportamentos distintos no mês de junho. Recife registra um incremento de 5,4% do rendimento médio real em relação ao mês anterior, e de 5,3% comparativamente a junho de 2004.

Segundo as modalidades de inserção, o mês de junho apresenta um crescimento expressivo apenas para os trabalhadores sem carteira no setor privado (19,1%) em detrimento daqueles por conta própria (-2,5%) e dos empregados com carteira assinada no setor privado (-0,2%).

Na comparação com junho de 2004, os dados apontam para uma elevação no rendimento das categorias dos “sem carteira” (7,0%) e dos “conta própria” (3,3%) e uma queda para os emprega-

dos com carteira (-1,5%). Portanto, o aumento do rendimento médio está relacionado com a elevação dos rendimentos dos trabalhadores considerados informais.

Em Salvador, o rendimento médio real de R\$ 701,80 no mês de junho significou um ganho de 2,3% na comparação com maio de 2005 e recuo de 1,1% frente a junho de 2004.

Na comparação com maio de 2005, os empregados com carteira de trabalho no setor privado e os trabalhadores por conta própria tiveram elevação nos seus rendimentos de 2,3% e 6,6% respectivamente. Em contrapartida, as estimativas assinalam queda de 5,8% para os trabalhadores sem carteira. Comparativamente a junho de 2005, apenas os “com carteira” registram crescimento nos seus rendimentos (2,2%).

4.3 - Considerações Adicionais sobre a Criação de Empregos Formais

Estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em junho, confirmam os resultados positivos em termos de geração de emprego, com um saldo líquido de 195.536 mil postos de trabalho – resultado de 1.089.948 admissões e 894.412 desligamentos. O saldo representa o segundo melhor resultado para esse mês em toda série histórica. O primeiro ocorreu em 2004 quando se constatou o incremento de 207.895 empregos.

Segundo o Caged, foram criadas 966.303 vagas com carteira assinada no primeiro semestre, ante 1.034.656 milhão no mesmo período do ano anterior. A expansão semestral de 3,9% é o segundo melhor saldo para o período. Constata-se que nenhum setor registra saldo negativo no balanço entre emprego e desemprego formais.

A geração de postos de trabalho foi liderada pelo setor serviços, responsável por 36,3% das

novas contratações no acumulado do ano. Isto significa um aumento de 351.120 no estoque de empregos formais. Em seguida, vem a indús-

tria de transformação, que garantiu 194.039 vagas, e a agricultura com outras 187.494 contratações – pela ordem, 20,0% e 19,4% do saldo total (Tabela 23).

Tabela 23 - Variação absoluta semestral do emprego formal, segundo os setores de atividade econômica: Brasil

Mês/ Ano	Total das Atividades	Extrativa Mineral	Ind. De Transf.	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
Jan a Jun/02	680.750	2.618	128.491	3.317	16.605	87.919	209.941	24.200	207.687
Jan a Jun/03	560.907	3.611	128.032	2.104	-20.564	61.321	160.735	19.272	205.570
Jan a Jun/04	1.034.656	6.204	326.360	4.081	60.608	130.845	266.751	23.341	216.430
Jan a Jun/05	966.303	6.212	194.039	8.773	59.446	133.109	351.120	26.069	187.494

Fonte: CAGED. Disponível em: <www.caged.com.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

O Nordeste registrou no mês de junho saldo líquido de 27.583 empregos formais, correspondendo a 14,1% do total dos empregos criados no Brasil, sendo ultrapassado somente pelo Sul e Sudeste. Já no acumulado do ano, a Região apresentou o pior desempenho, com somente 22.131 empregos gerados, representando apenas 2,2% do saldo líquido verificado no país. Entretanto, essa participação no saldo líquido total é maior do que a observada no primeiro semestre de 2004 (1,3%). No que se refere ao total de admissões, a região Nordeste ultrapassa as regiões Norte e Centro-Oeste no primeiro semestre, com 725.607 contratações (11,4%).

Todos os estados nordestinos assinalaram saldo positivo no mês de março. Entretanto, no acumulado do ano, Alagoas, Paraíba e Pernambuco registraram saldo negativo de 32.294, 4.316 e 9.000 empregos formais, respectivamente.

Os dados do Caged demonstram que o nível de emprego formal registrou crescimento pelo quarto mês consecutivo no Ceará. Foram criadas 3.420 oportunidades de trabalho – incremento de 0,5% em relação a maio. Entre janeiro e ju-

nho de 2005, o total de empregos com carteira assinada aumentou 1,0%, correspondendo a 6.787 novas ocupações celetistas. Os setores que mais demandaram trabalho formal no mês de junho foram a indústria de transformação (0,5%) e os serviços (0,3%).

Pelo sexto mês consecutivo, a Bahia contabilizou taxa positiva de crescimento do emprego formal, com a geração de 9.807 postos de trabalho (0,9%). O Estado detém a maior taxa de crescimento do trabalho formal na região Nordeste na primeira metade do ano, com 43.125 novas ocupações – incremento de 4,2%. A agricultura (2,7% ou 2.380 vagas) e os serviços (0,6% ou 2.720 vagas) foram os setores mais relevantes na criação de postos de trabalho no Estado.

O Maranhão apresentou aumento no nível de emprego formal pelo sexto mês consecutivo, com a geração de 916 contratações (0,4%). No acumulado do semestre, o Estado assinalou 8.648 novas oportunidades de trabalho, consolidando uma taxa de crescimento de 4,0 % – inferior apenas à da Bahia. Os setores que mais contribuíram na criação de novas oportuni-

des de trabalho foram a construção civil (3,2% ou 473 postos de trabalho) e o comércio (0,6% ou 388 postos de trabalho).

Alagoas registrou, no mês de junho, a maior variação na demanda por emprego formal (1,2%), com a geração de 2.603 postos de trabalho. Apesar do bom desempenho verificado pelo segundo mês consecutivo, no primeiro semestre foram eliminados 32.294 postos de trabalho – redução de 13,1%. Os destaques em termos de crescimento da oferta de emprego formal, no mês de junho, foram a indústria de transformação (1,36% ou 800 vagas), o comércio (1,4% ou 680 vagas) e a construção civil (5,8% ou 555 vagas).

O Caged registrou para Sergipe crescimento, pelo terceiro mês consecutivo, do emprego formal. Em junho, foram geradas 1.109 novas ocupações, incremento de 0,6%. Na primeira metade do ano, foram criadas 1.800 novas oportunidades de trabalho, correspondentes a uma variação de 1,1%. Setorialmente, os principais responsáveis pela geração de novos empregos foram a construção civil (3,6%) e o comércio (0,6%).

De acordo com os dados do Caged, o nível de emprego formal do Rio Grande do Norte registrou aumento pelo terceiro mês consecutivo. Em junho de 2005, o estoque de empregos formais elevou-se 0,4%, significando a abertura de 1.121 postos. No acumulado do ano, o contingente de trabalhadores com carteira assinada registrou

incremento de 1,5%, representando a geração de 3.846 empregos formais.

O Caged assinalou para o Estado do Piauí crescimento pelo quinto mês consecutivo do emprego formal. Em junho foram geradas 638 novas ocupações com carteira assinada – incremento de 0,3%. Na primeira metade do ano, foram criadas 3.535 ocupações formais (1,7%). Em junho, impulsionaram a oferta de emprego formal a construção civil (3,3% ou 365 vagas) e a indústria de transformação (0,6% ou 128 vagas).

Pelo terceiro mês consecutivo, o Estado da Paraíba vem registrando resultados positivos em termos de geração de novas ocupações. Em junho o incremento do contingente de trabalhadores com carteira assinada foi de 0,8%, permitindo abertura de 1.787 postos de trabalho. O bom desempenho nos últimos três meses, contudo, não foi suficiente para evitar a eliminação de 4.316 postos de trabalho no primeiro trimestre (-2,1%). Em junho, os setores que mais contribuíram para a expansão do número de ocupações foram a agricultura (9,1% ou 1.032 vagas) e o comércio (0,9% ou 447 vagas).

Em Pernambuco, foram criadas 6.182 ocupações – aumento de 0,8% em relação a maio. No acumulado janeiro-junho de 2005, o total de empregos com carteira assinada teve uma redução de 1,2%, correspondendo a redução de 9.000 postos de trabalho. Setorialmente, os principais responsáveis pela geração de novos empregos no mês de junho foram a agricultura (4,7% ou 2.503 vagas) e o comércio (1,0% ou 1.725 vagas). ●

5 - SETOR EXTERNO

Incremento de 39,6% no superávit comercial

5.1 - Balança Comercial Brasileira

De janeiro a maio de 2005, o saldo da balança comercial brasileira somou US\$ 15,646 bilhões, representativos de aumento de 39,6%, relativamente ao mesmo período de 2004. Esse resultado decorre de cifras mensais recordes tanto nas exportações como nas importações, quando são

analisados os meses de 2005, em relação aos meses correspondentes dos anos de 2000 a 2004. O Gráfico 26 revela a tendência de expansão do superávit da balança comercial que, no acumulado dos últimos doze meses (até maio), chegou a US\$ 38,111 bilhões.

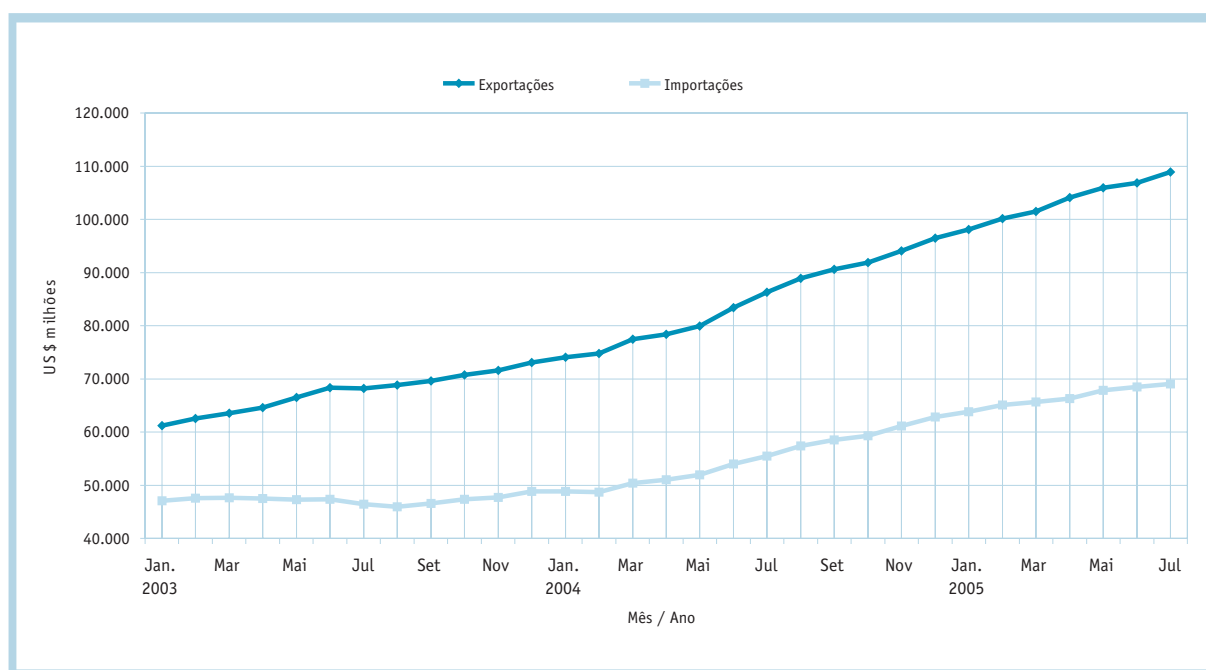


Gráfico 26 - Brasil: exportações e importações acumuladas em 12 meses. jan.03/jul.05 (US\$ milhões)

Fonte: IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

5.11 - Exportações

Entre janeiro e maio de 2005, as exportações brasileiras acumularam a cifra recorde de US\$

43,472 bilhões, e US\$ 105,968 bilhões nos últimos doze meses.

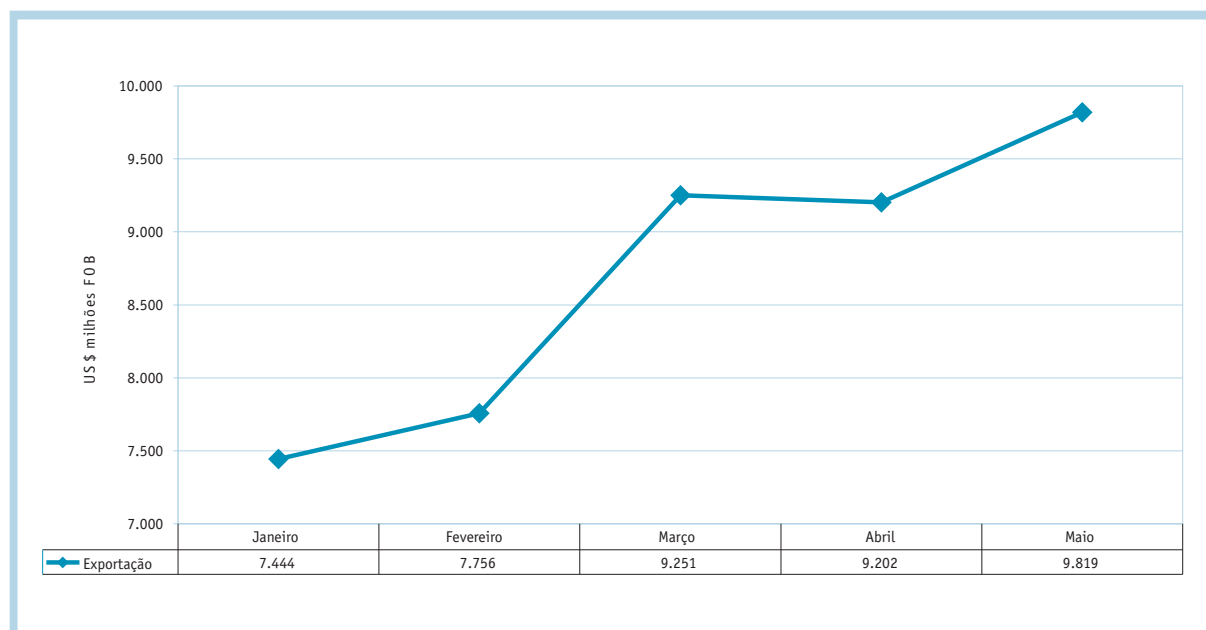


Gráfico 27 - Brasil: exportação mensal jan./mai. 2005

Fonte: SECEX/MDIC. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

O valor recorde dos cinco meses iniciais de 2005 é fruto de expansão em todas as categorias de

produtos: básicos (14,2%), semimanufaturados (34,3%) e manufaturados (33,1%), em relação ao mesmo período de 2004.

Tabela 24 - Brasil: exportação por fator agregado (jan./mai. 2005/04, em US\$ milhões)

Exportações	Jan-Mai./2005	Jan-Mai./2004	Var. %
Básicos	11.748	10.283	14,25
Semimanufaturados	6.364	4.738	34,32
Manufaturados	24.527	18.428	33,10
Operações Especiais	832	530	56,98
Total	43.472	33.979	27,94

Fonte: MDIC-SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Dentre os produtos básicos, o destaque cabe para o desempenho de carne suína (US\$ 427 milhões), café em grão (US\$ 1,049 bilhão), minério de ferro (US\$ 2,387 bilhões), carne bovina (US\$ 904 milhões) e carne de frango (US\$ 1,163 bilhão), com as respectivas expansões,

relativamente a janeiro/maio de 2004, expressas no Gráfico 28. Ressalte-se que, em maio de 2005, os preços da carne suína, café em grão e minério de ferro também apresentavam aumentos expressivos, em comparação com os que vigoravam em igual mês do ano anterior.

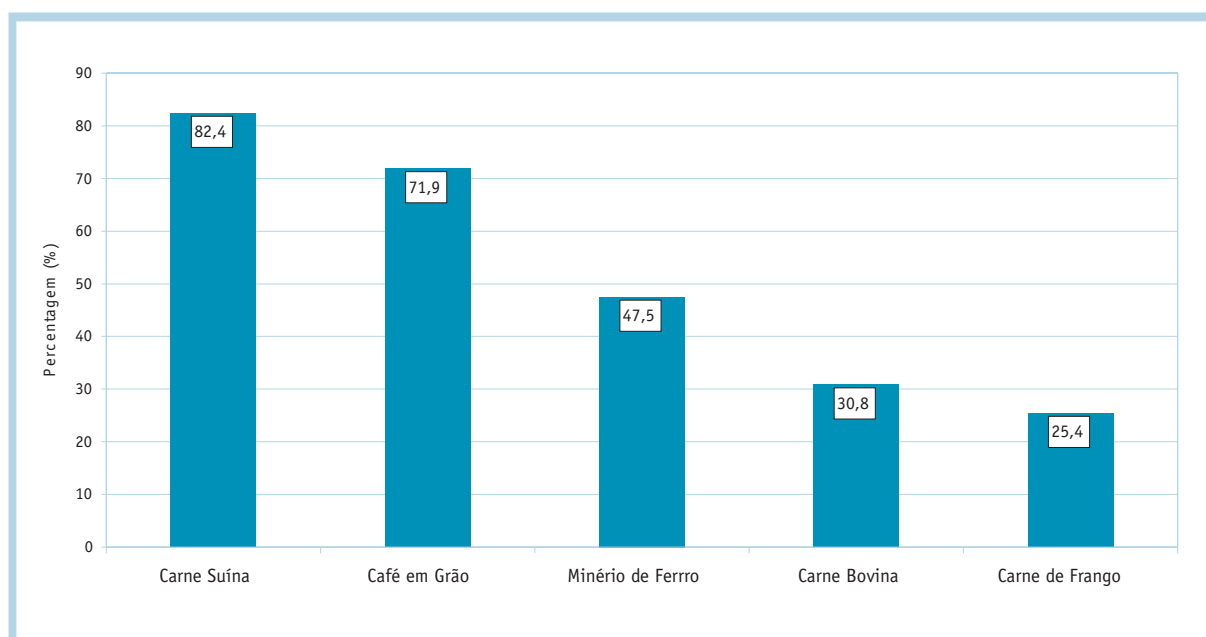


Gráfico 28 - Brasil: taxa de crescimento das exportações de produtos básicos jan.-mai./2005-2004 (Porcentagem)

Fonte: SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. **Elaboração:** Equipe de Conjuntura Econômica.

A demanda mundial por semimanufaturados de ferro e aço permanece aquecida, o que é perceptível pela elevação do preço destes produtos (46,5%, face maio/2004) e pelo aumento das exportações (56,2%) que chegaram a US\$ 1,112 bilhão. Nos cinco primeiros meses de 2005, no segmento de semimanufaturados, além do ferro/aço, ressaltou-se o comportamento do açúcar em bruto (US\$ 825 milhões), com elevação do montante exportado de 128,5%, parte deste aumento decorrente do crescimento do preço do produto ao longo do último ano: 36,1%.

Nos primeiros cinco meses de 2005, o grupo de manufaturados apresentou incremento de 33,1% em valor, em relação ao mesmo período de 2004. Automóveis de passageiros (US\$ 1,630 bilhão), aparelhos transmissores e receptores (US\$ 1,103 bilhão), autopeças (US\$ 947 milhões), laminados planos (US\$ 935 milhões) e motores para veículos (US\$ 908 milhões) registraram taxas de crescimento significativas: 41,9%, 130,2%, 32,4%, 33,0% e 33,5%, respectivamente.

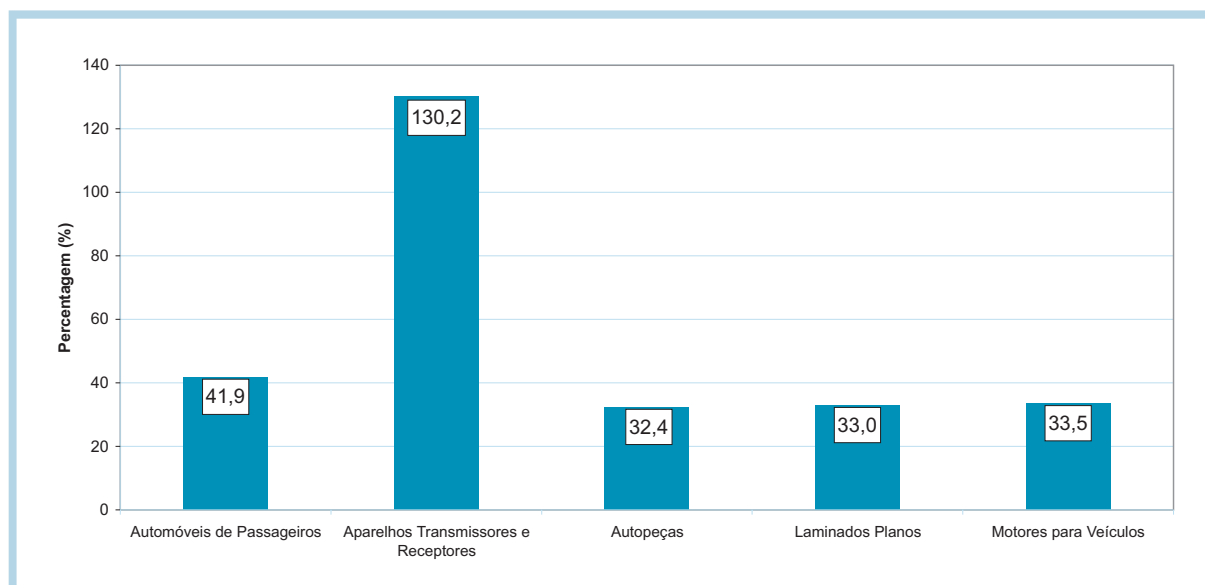


Gráfico 29 - Brasil: Taxa de crescimento das exportações de produtos manufaturados jan.-mai./2005-2004 (Porcentagem)

Fonte: SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>.Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Dados preliminares da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX)³⁶ para o primeiro trimestre de 2005, relativamente ao mesmo período de 2004, revelam que o bom desempenho das exportações brasileiras decorre tanto do aumento das quantidades vendidas

como dos preços. Apenas o agrupamento de básicos teve redução na quantidade exportada (-2,0%). A maior expansão de preços foi dos semimanufaturados, enquanto os manufaturados apresentaram a elevação mais expressiva do quantum exportado.

Tabela 25 - Brasil: variação dos índices de preço e quantum (jan.-mar. 2005/2004)

Discriminação	Preço	Quantum
Exportação Total	10,1	14,0
Básicos	3,7	-2,0
Semimanufaturados	20,3	7,2
Manufaturados	11,2	23,0

Fonte: FUNCEX. Disponível em: <www.funcex.com.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações

No mês de maio, os setores de maior participação na pauta de vendas internacionais brasileiras foram: material de transporte, metalúrgicos, soja,

carnes e minérios, cujas vendas médias diárias exportadas apresentaram variação, relativamente ao mesmo mês de 2004, indicada no Gráfico 30.

³⁶ FUNCEX. Disponível em: <www.funcex.com.br> Acesso em: 15 jul. 2005.

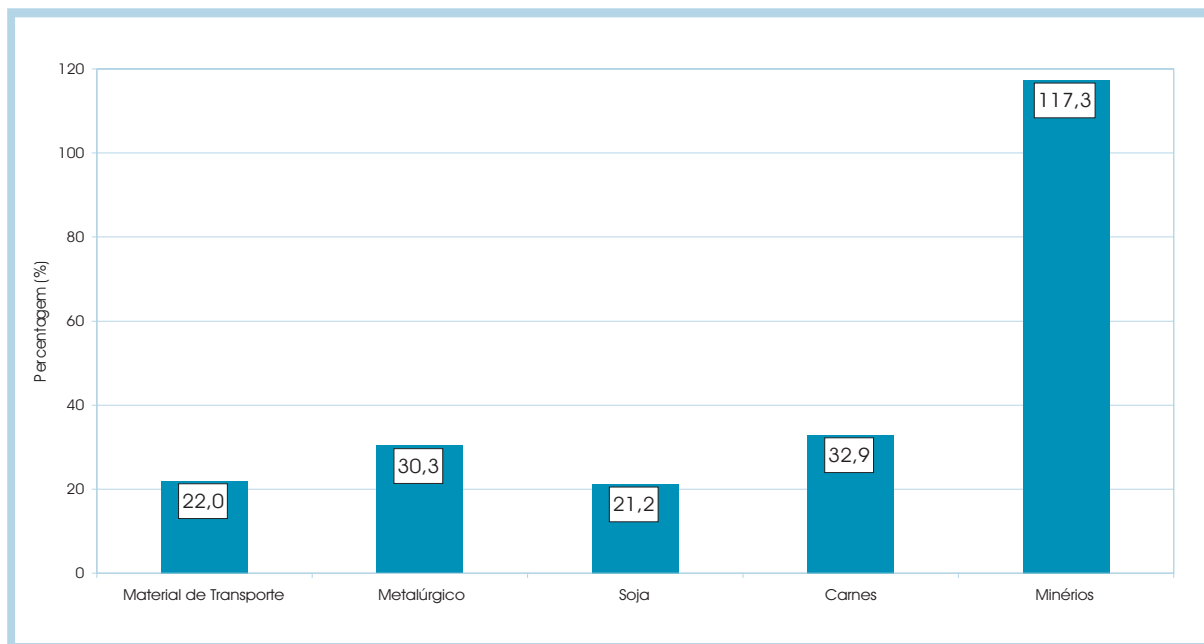


Gráfico 30 - Brasil: variação da vendas médias diárias exportadas por setor em maio de 2005 com relação ao mesmo mês de 2004 (Porcentagem)

Fonte: SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

No que concerne à distribuição das exportações por país, no acumulado do ano, Estados Unidos (US\$ 8,992 bilhões, +30,1% sobre janeiro/maio2004), Argentina (US\$ 3,686 bilhões, +41,8%) e China (US\$ 2,034 bilhões, -3,0%)

permanecem como os maiores compradores de produtos brasileiros.

Por mercados compradores, as exportações de janeiro a maio cresceram para todos os blocos econômicos, conforme registrado no Gráfico 31.

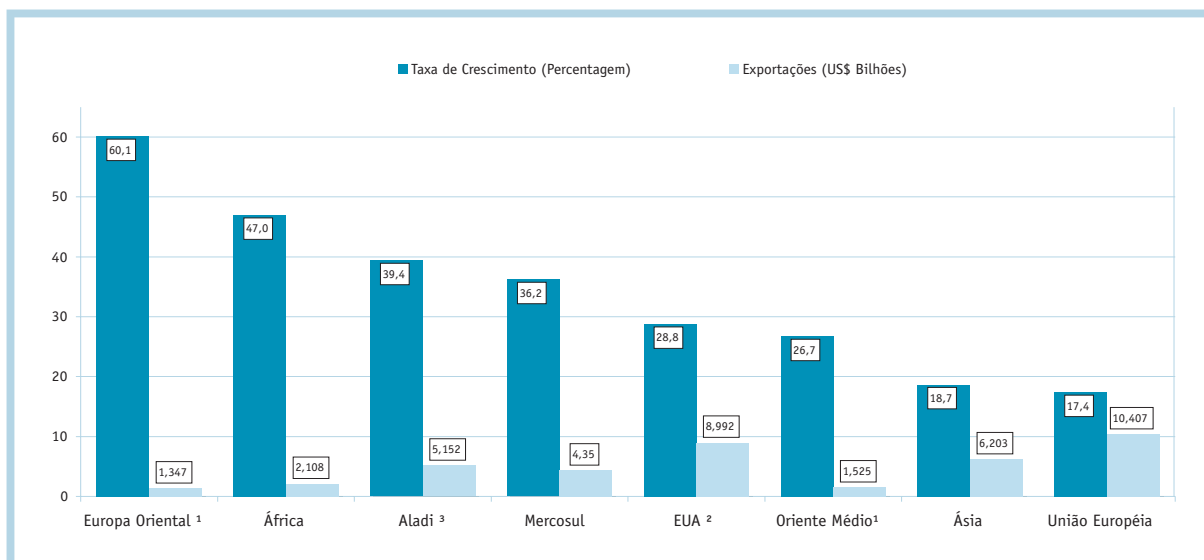


Gráfico 31 - Taxa de crescimento das exportações em ordem decrescente de expansão e valor das exportações janeiro-maio/2005-04

Fonte: SECEX/MDIC.

(1) Dez novos países passam a integrar a União Européia: Chipre, Rep. Eslovaca, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e Rep. Tcheca. Em consequência, Chipre foi excluído da classificação do bloco Oriente Médio e os demais países da Europa Oriental. Os dados da tabela já estão ajustados a essa nova classificação.

(2) Inclui Porto Rico.

(3) Exceto Mercosul.

Em relação ao segundo semestre, dois elementos são essenciais para estabelecer qual deve ser o comportamento das exportações brasileiras: o crescimento da economia mundial e a trajetória do câmbio.

Na Tabela 26, até março de 2005, constata-se a sistemática apreciação da moeda nacional. As

variações dos índices das taxas de câmbio efetivas reais de março de 2005, em relação à média dos mesmos índices em 2004, são de : -11,9% (R\$/US\$); -11,2% (R\$/Iene); -9,9% (R\$/Aladi); -7,3%(R\$/Europa) e -9,84%(R\$/Cesta de 13 moedas). Este fenômeno da apreciação vem se acentuando até junho de 2005.

Tabela 26 - Índice de taxa de câmbio efetiva real e taxa de câmbio real utilizando o IPC como deflator

Período	R\$/US\$	R\$/Iene	R\$/Aladi*	R\$/Europa*	R\$/Cesta de 13 Moedas
2001	140,5	99,4	131,8	105,2	123,1
2002	147,1	99,9	97,1	118,5	120,1
2003	126,1	88	92,9	117,7	111,2
2004	112,6	82,2	86,6	114,9	103,6
jan. 2005	99,8	74,5	76,6	107,3	93,4
fev. 2005	96,4	71	75	102,3	90,1
mar.2005	99,2	73	78	106,5	93,4

Fonte: Funcex

Taxa de Câmbio Real : O Índice de Taxa de Câmbio Real (R\$/US\$ e R\$/Iene) é calculado com base na respectiva taxa de câmbio nominal média do mês (Bacen-Venda) corrigida de duas formas:(i) pela relação entre o correspondente índice de preços atacadista externo (US Wholesales Price ou IPA-Japão) e o índice de preços atacadista doméstico (IPA-DI da FGV); (ii) pela relação entre o correspondente índice de preços ao consumidor externo e o índice de preços ao consumidor doméstico (IPC-DI da FGV).

Taxa de Câmbio Efetiva Real: O Índice de Taxa de Câmbio Real (R\$/Aladi, R\$/Europa e R\$/Cesta de 13 Moedas) é calculado com base nas taxas de câmbio reais dos países que compõem a respectiva cesta, ponderadas pela participação média de cada país na corrente de comércio (exportação e importação) do Brasil. Os respectivos vetores de ponderação atuais são:

*Aladi : Argentina (63,3); Uruguai (6,3);Paraguai (5,7);Chile (11,6) e México(13,1).

*Europa: Alemanha (30,3);França (15,6); Itália (17,6);Holanda (14,6); Reino Unido (12,0) e Bélgica (9,8).

Cesta de 13 moedas: EUA (35,6); Japão (7,0); Alemanha(9,6); França (4,9); Itália (5,6);Holanda (4,6); Reino Unido(3,8); Bélgica (3,1); Argentina (16,3); Uruguai (1,6); Paraguai (1,5);Chile (3,0) e México (3,4).

O efeito do câmbio sobre as exportações tem sido variável. Nos setores mais competitivos, já se constata a redução de valores exportados, como é o caso do ramo de calçados no Estado do Ceará. Outros, como os de minério e metalurgia que ao longo de 2004 apresentaram expressivos ganhos de rentabilidade, através do aumento de preços, permanecem com forte expansão das exportações. Segmentos como os de fabricação de material de transporte e de máquinas e equipa-

mentos elétricos em geral têm compensado a apreciação cambial com ganhos de produtividade.

A expectativa é que, a partir do segundo semestre de 2005, com a redução da taxa de juros Selic, a moeda nacional sofra depreciação, restaurando, assim, parte da competitividade corroída pela apreciação cambial no primeiro semestre. De modo que projeta-se para o acumulado do ano exportações em torno de US\$ 120,0 bilhões.

No que concerne ao comportamento da economia mundial, as projeções do FMI apontam para cresci-

mento global da ordem de 4,3% em 2005, valor acima da média do período 1997-2005 (3,9%).

5.1.2 - Importações

De janeiro a maio de 2005, as importações brasileiras totalizaram US\$ 27,826 bilhões, 22,18% maiores que as obtidas no mesmo período de 2004.

A análise das importações brasileiras revela que cresceram as compras em todas as categorias de uso, favorecidas pelo crescimento do PIB nacional e pela apreciação cambial. Os

incrementos mais expressivos foram registrados em combustíveis e lubrificantes (29,90%) e bens de capital (26,13%).

O crescimento das importações ocorreu em relação às principais regiões econômicas, em especial às provenientes da Ásia (46,49%), Aladi, exceto Mercosul, (28,70%) e União Européia (23,51%).

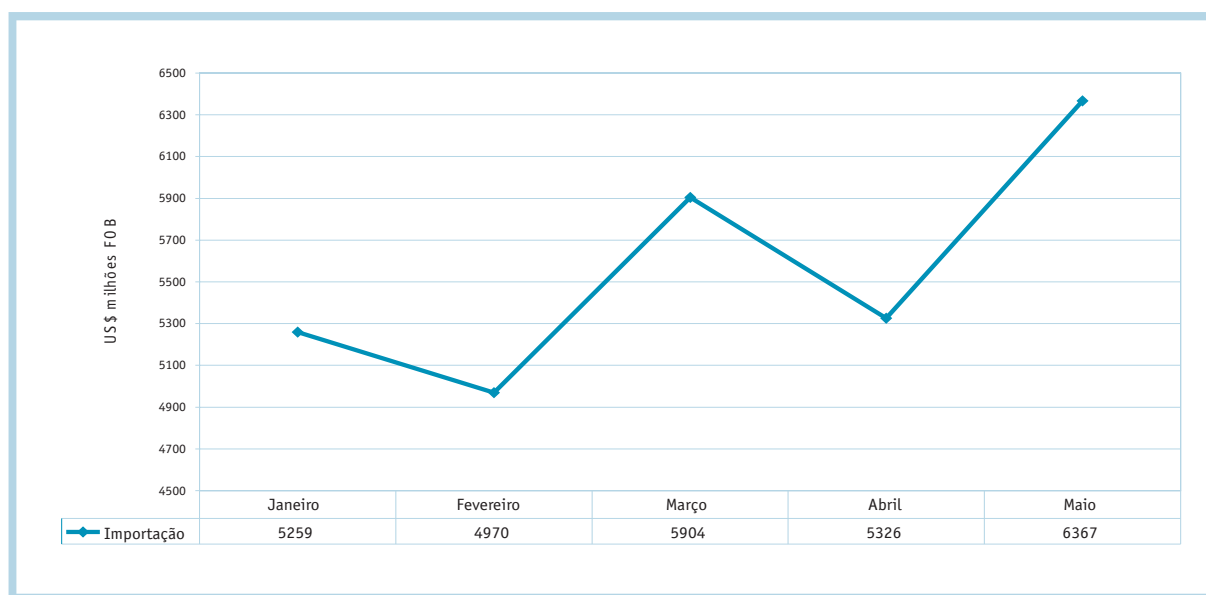


Gráfico 32 - Brasil: importação mensal jan./mai. 2005

Fonte: SECEX/MDIC. Disponível em www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Tabela 27- Brasil: importação por categoria de uso jan./mai.- 2005/2004 (US\$ milhões FOB)

	Janeiro/Maio		Var.% 2005/04
	2005	2004	
Bens de Capital	5.706	4.524	26,13
Matérias-primas e Intermediários	14.564	12.216	19,22
Bens de Consumo	3.077	2.586	18,99
Não-duráveis	1.694	1.376	23,11
Duráveis	1.383	1.210	14,30
Automóveis	278	230	20,87
Combustíveis e Lubrificantes	4.479	3.448	29,90
Petróleo	2.985	2.516	18,64
Demais	1.494	932	60,30
Total	27.826	22.774	22,18

Fonte: SECEX/MDIC. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Tabela 28 - Brasil: importação jan./mai. 2005/2004. Principais blocos econômicos (US\$ Milhões FOB)

Blocos Econômicos	Janeiro/Maio		Var. % 2005/2004
	2005	2004	
União Européia	7.312	5.920	23,51
Ásia	6.062	4.138	46,49
-China	1.827	1.160	57,50
EUA (²)	4.987	4.442	12,26
ALADI	4.450	3.692	20,53
MERCOSUL	2.791	2.403	16,14
- Argentina	2.452	2.073	18,28
- Demais da ALADI	1.659	1.289	28,70
África	2.589	2.203	17,52
Oriente Médio (¹)	748	743	0,67
Europa Oriental (¹)	361	394	-8,37
Demais	1.317	1.242	6,03
Total	27.826	22.774	22,18

Fonte: SECEX/MDIC. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica.

(1) Dez novos países passam a integrar a União Européia: Chipre, Eslovaca Rep., Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e Tcheca Rep. Em consequência, Chipre foi excluído da classificação do bloco Oriente Médio e os demais países da Europa Oriental. Os dados da tabela já estão ajustados a essa nova classificação

(2) Inclui Porto Rico..

5.2 - Desempenho das Exportações Nordestinas

A corrente de comércio internacional nordestina – importação mais exportação – apresentou desempenho satisfatório nos primeiros cinco meses deste ano, registrando um crescimento de 33,1% relativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado revela não apenas a consolidação da tendência de maior abertura da economia brasileira aos mercados internacionais, mas, também, os efeitos positivos do esforço governamental para a melhoria da competitividade dos produtos nordestinos. Ao longo desse período, as vendas externas geraram

uma receita cambial de US\$ 3,6 bilhões, com um crescimento de 39% sobre os valores observados no período de janeiro a maio de 2004, enquanto as importações apresentaram uma taxa de crescimento menor (25%), com um valor total de US\$ 2,2 bilhões. Em termos líquidos, o Nordeste apresentou um saldo comercial positivo de US\$ 1.407,0 milhões, bem acima do obtido na mesma época do ano passado (US\$ 831,0 milhões), aumentando para 9% sua parcela de contribuição para o saldo favorável da balança comercial brasileira (Gráfico 33).

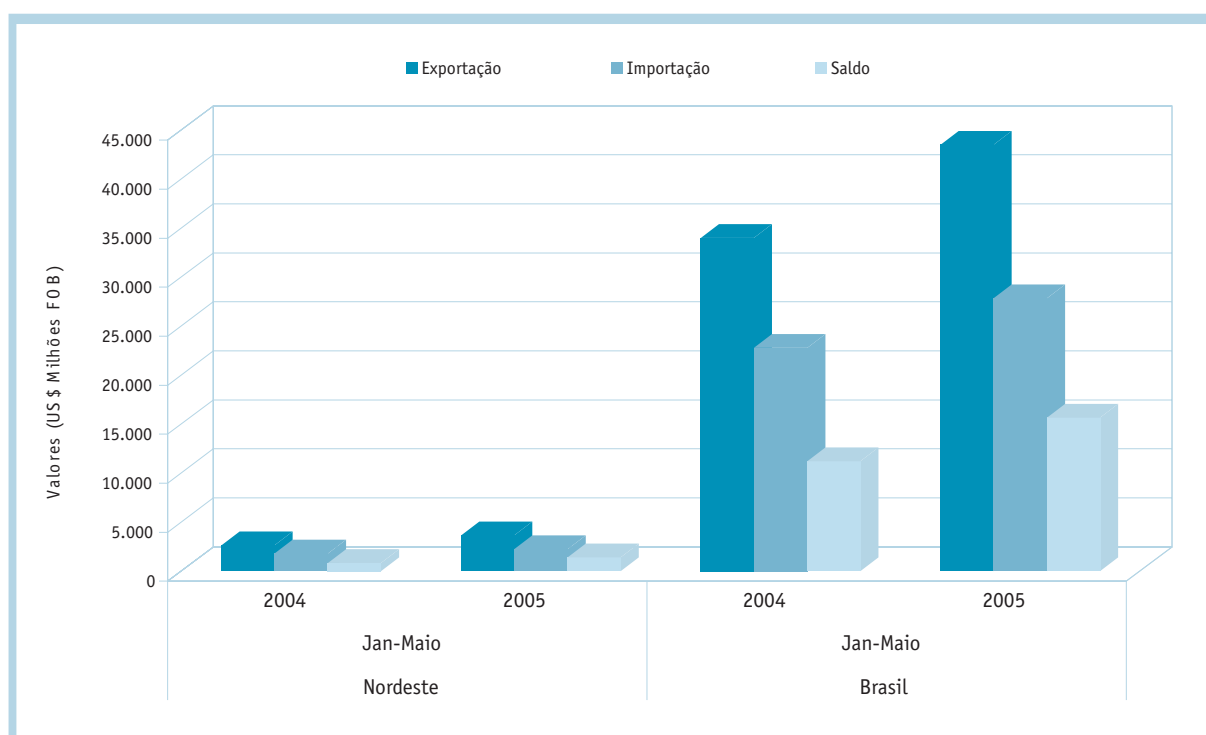


Gráfico 33 - Balança comercial brasileira e da Região Nordeste (jan./mai. 2005)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Esses resultados vêm sendo obtidos dentro de um contexto bastante favorável às exportações, devido tanto ao aumento da demanda mundial, estimulado pelo crescimento das economias industrializadas, quanto pelo aumento dos preços internacionais de diversos produtos da pauta de exportações nordestina, especialmente de *commodities* não-agrícolas, como petróleo, ferro, cobre, petroquímicos, fato que tem compensado eventuais perdas com o recuo do câmbio. Ao lado disso, há também a desaceleração da demanda interna que tem provocado um aumento na oferta de mercadorias para o exterior, mas isso não chega a ser determinante no comportamento das empresas, dado que essa nova direção no movimento das vendas faz parte da própria visão estratégica de longo prazo do setor produtivo. No entanto, espera-se que a apreciação cambial de 12,5%, verificada nesses primeiros cinco meses de 2005, deva induzir, a partir do segundo semestre, uma revisão das estratégias de exportação das empresas. Do lado das importações, observa-se que o Nordeste regis-

trou uma expansão de 25% nas compras externas, superando a taxa de crescimento das importações brasileiras, comportamento que, certamente, sugere que a desaceleração das atividades produtivas foi menos expressiva no Nordeste do que no restante do país, nesses primeiros cinco meses do corrente ano.

Em termos dos principais setores de exportação, os produtos industrializados, compreendendo os manufaturados e semi-manufaturados, representaram cerca de 82% do total exportado no período janeiro-maio/2005, com um crescimento de 42% em relação a igual período do ano anterior. Considerando as exportações por categoria de uso, observa-se que o Nordeste se destaca como produtor e exportador de bens intermediários, os quais detêm uma participação de 64% na pauta regional. A categoria de bens de consumo representou 27% dos produtos vendidos pela Região ao exterior, enquanto combustíveis e lubrificantes e demais operações obtiveram participações de, respectivamente, 6,6% e 2,04% (Tabela 29).

Tabela 29 - Exportações do Nordeste por setores de contas nacionais (US\$ FOB)

Discriminação	Jan/Mai - 2005	
	Valor	Part. %
TOTAL DO PERÍODO	3.627.810.489	100
BENS DE CAPITAL	24.506.780	0,68
Bens de Capital (exc. Equip. de Transporte Uso Industr.)	24.303.722	0,67
Equipamentos de Transporte de Uso Industrial	203.058	0,01
BENS INTERMEDIÁRIOS	2.311.084.407	63,70
Alimentos e Bebidas Destinados à Indústria	377.354.239	10,40
Insumos Industriais	1.890.927.947	52,12
Peças e Acessórios de Equipamentos de Transporte	42.802.221	1,18
Bens Diversos	---	---
BENS DE CONSUMO	978.492.749	26,97
Bens de Consumo Duráveis	381.572.579	10,52
Bens de Consumo Não Duráveis	596.920.170	16,45
Combustíveis e Lubrificantes	239.563.530	6,60
DEMAIS OPERAÇÕES	74.163.023	2,04
Não Declarada	---	---

Fonte: MDIC - SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Os melhores desempenhos nas transações externas da região Nordeste foram dos estados da Bahia, com superávit comercial de US\$ 693,9 milhões, Alagoas, com US\$ 290,8 milhões e Maranhão, com US\$ 150,5 milhões, os quais, conjuntamente, foram responsáveis por 80% do

saldo comercial do Nordeste no período em foco. Contribuíram negativamente para esse resultado os estados de Pernambuco e Sergipe, com déficits comerciais de, respectivamente, US\$ 13,1 milhões e US\$ 10,8 milhões (Gráfico 34).

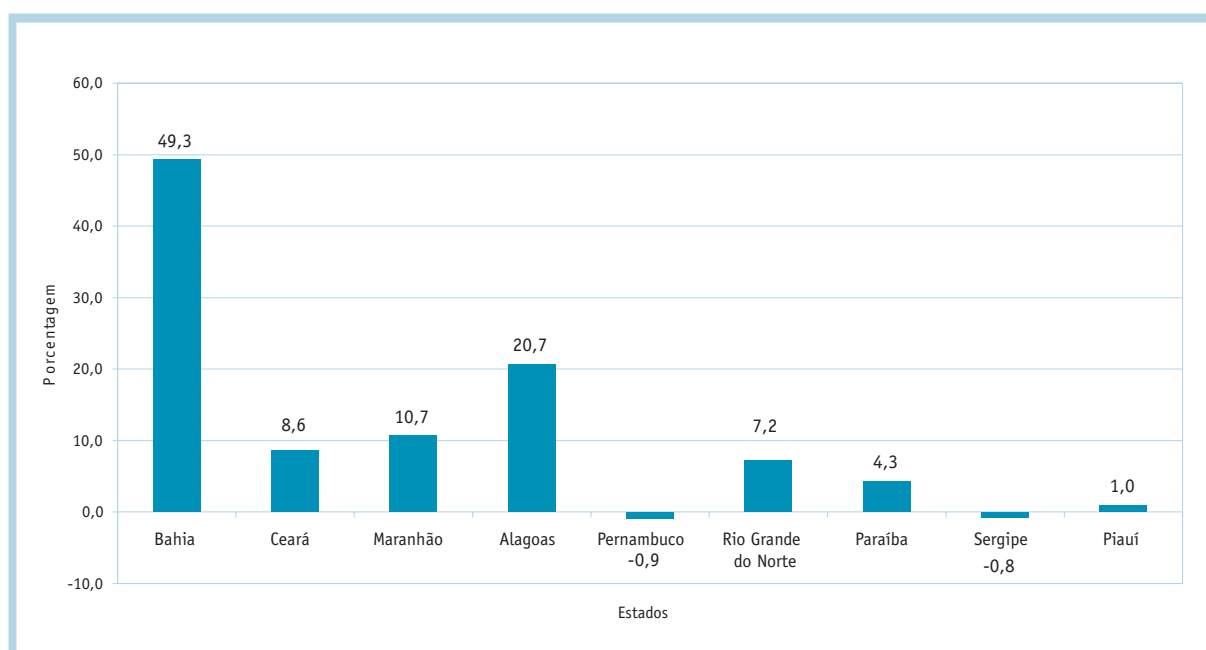


Gráfico 34 - Contribuição para o saldo da balança comercial da Região Nordeste (jan./mai. 2005)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

No caso de Pernambuco, chama a atenção o elevado crescimento de sua corrente de comércio internacional (40% de expansão em relação a igual período de 2004). O Estado, apesar de quase ter dobrado suas exportações no período, ainda obteve déficit comercial por conta do elevado montante de suas importações (US\$ 328,2 milhões).

Os dois principais mercados para os produtos nordestinos, no período, foram a União Europeia e os Estados Unidos que, conjuntamente, absorveram quase a metade das vendas externas da Região. Com o Mercosul e a Ásia, o Nordeste registrou uma boa corrente de comércio, mas com um saldo desfavorável, uma vez que as compras regionais superaram as vendas externas (Gráfico 35).

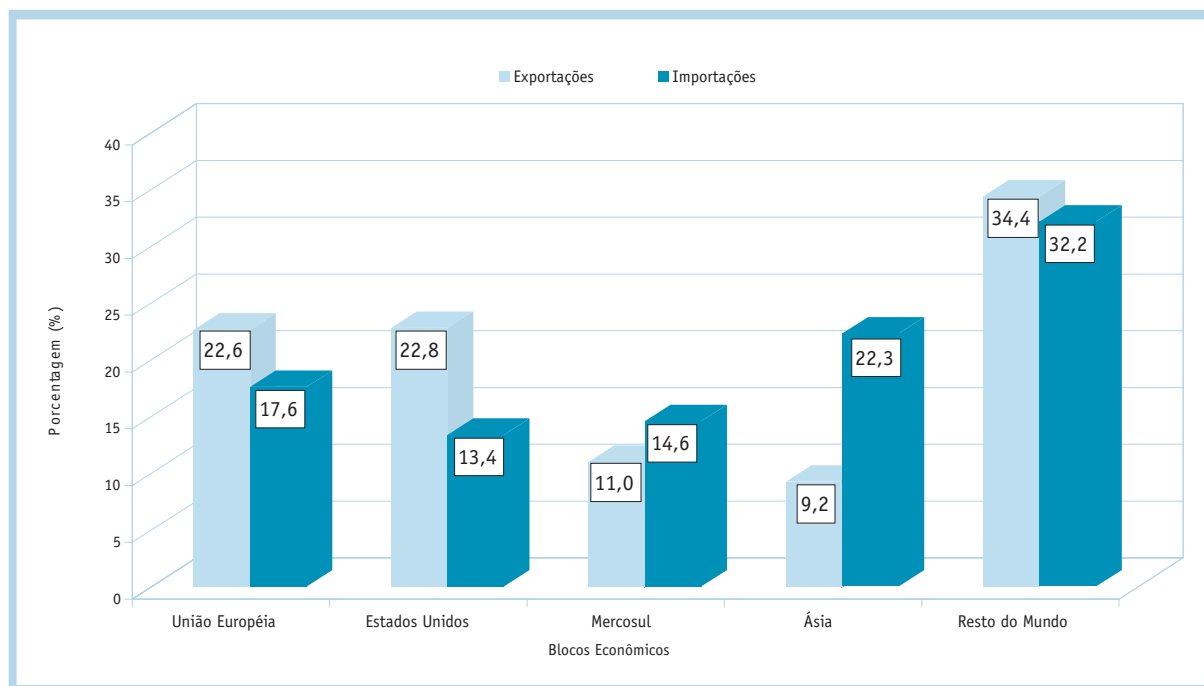


Gráfico 35 - Participação das exportações e importações da Região Nordeste por bloco econômico (jan./mai. 2005)

Fonte: MDIC - SECEX. Disponível: www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

O Nordeste, de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)³⁷, concentrou, em janeiro-maio, suas exportações nos Capítulos de Produtos Químicos Orgânicos (US\$ 368,9 milhões); Veículos Automotores, Tratores, Ciclos etc. (US\$ 365,8 milhões); Ferro Fundido, Ferro e Aço (US\$ 329,6 milhões); Açúcares e Produtos de Confeitaria (US\$ 319,3 milhões); Combustíveis, Óleos e Ceras Minerais etc. (US\$ 240,4 milhões); Frutas, Cascas de Cítricos e de Melões (US\$ 159,9 milhões); Alumínio e suas Obras (US\$ 145,1 milhões); Plásticos e suas Obras (US\$ 138,4 milhões); Calçados, Polainas etc. e suas partes (US\$ 122,6 milhões). Esses capítulos agregam um total de 27 mercadorias que, conjuntamente, possibilitaram a geração de receitas externas de US\$ 2,2 bilhões, correspondentes a 60% do valor total exportado. A diversificação da pauta exportadora tem sido uma ca-

racterística crescente no comércio regional nos últimos anos, destacando-se, de modo particular, a expressiva participação das vendas externas de automóveis (US\$ 343,4 milhões), cuja produção é concentrada na empresa Ford Motor Company Brasil Ltda, localizada na Bahia, que tem planta industrial totalmente direcionada para exportação. Esse comportamento pode ser observado na Tabela 30.

Na análise desagregada por estado, constata-se que a Bahia continua bem à frente dos demais, liderando a pauta regional de exportações, com vendas externas de US\$ 1,849 bilhão, o que representa mais da metade das exportações nordestinas. Em seguida, vêm os estados do Maranhão, com US\$ 482,1 milhões e Ceará, com US\$ 374,4 milhões, representando, respectivamente, 13% e 10,3% do total regional (Gráfico 36).

³⁷ A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma lista de produtos do mercado interno e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. Possui oito dígitos e uma estrutura de classificação que contém até seis níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item, subitem.

Tabela 30 - Valor e participação na pauta das exportações do Nordeste dos 20 principais produtos, conforme NCM

Produto Selecionado	Exportação				
	Jan/Mai - 2005		Jan/Mai - 2004		Var.% 2005/04
	US\$ mil FOB	Part.%	US\$ mil FOB	Part.%	
Automóveis c/Motor a Explosão,1500<cm3<=3000,at...	333.544	9,19	199.870	7,65	66,88
Açúcar de Cana, em Bruto	224.310	6,18	149.721	5,73	49,82
Ferro Fundido Bruto Não Ligado, c/Peso<= 0,5%D	197.944	5,46	76.188	2,92	159,81
"Fuel-Oil"	171.472	4,73	106.294	4,07	61,32
Álcool Etilico n/Desnaturadoc/Vol.Teor Alcoólico	101.777	2,81	42.238	1,62	140,96
Outros Açúcares de Cana, Beterraba, Sacarose Quim.	88.320	2,43	54.128	2,07	63,17
Castanha de Caju, Fresca ou Seca, sem Casca	84.790	2,34	69.621	2,67	21,79
Alumínio Não Ligado em Forma Bruta	74.631	2,06	106.736	4,09	-30,08
Fios de Cobre Refinado, Maior Dimensão da Sec.	67.039	1,85	61.514	2,35	8,98
Pasta Quim. Madeira de n/Conf.a Soda/Sulfato,	66.695	1,84	51.227	1,96	30,2
Benzeno	65.603	1,81	33.818	1,29	93,99
Minérios de Ferroaglomerados e seus Concentrados	64.625	1,78	64.632	2,47	-0,01
Consumo de Bordo-Combustíveis e Lubrif.p/em	61.448	1,69	12.262	0,47	401,1
Bagaços e Outros Resíduos Sólidos, da Extr.do Sol	60.013	1,65	12.480	0,48	380,86
Camarões, Inteiros,Congelados, Exceto "Krill"	59.870	1,65	56.667	2,17	5,65
Ligas de Alumínio em Forma Bruta	56.407	1,55	85.581	3,28	-34,09
Manteiga,Gordura e Óleo de Cacau	49.597	1,37	37.597	1,44	31,92
Propeno(Propileno) Não Saturado	49.146	1,35	10.941	0,42	349,15
Outros Calçados de Couro Natural	46.441	1,28	46.615	1,78	-0,37
Outros Couros/peles, Int.Bovinos, Pena Fl.Prepara	42.833	1,18	39.232	1,5	9,18
Demais	1.661.305	45,80	1.295.042	49,57	28,28
Total	3.627.810	100,00	2.612.404	100,00	38,87

Fonte: MDIC - SECEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

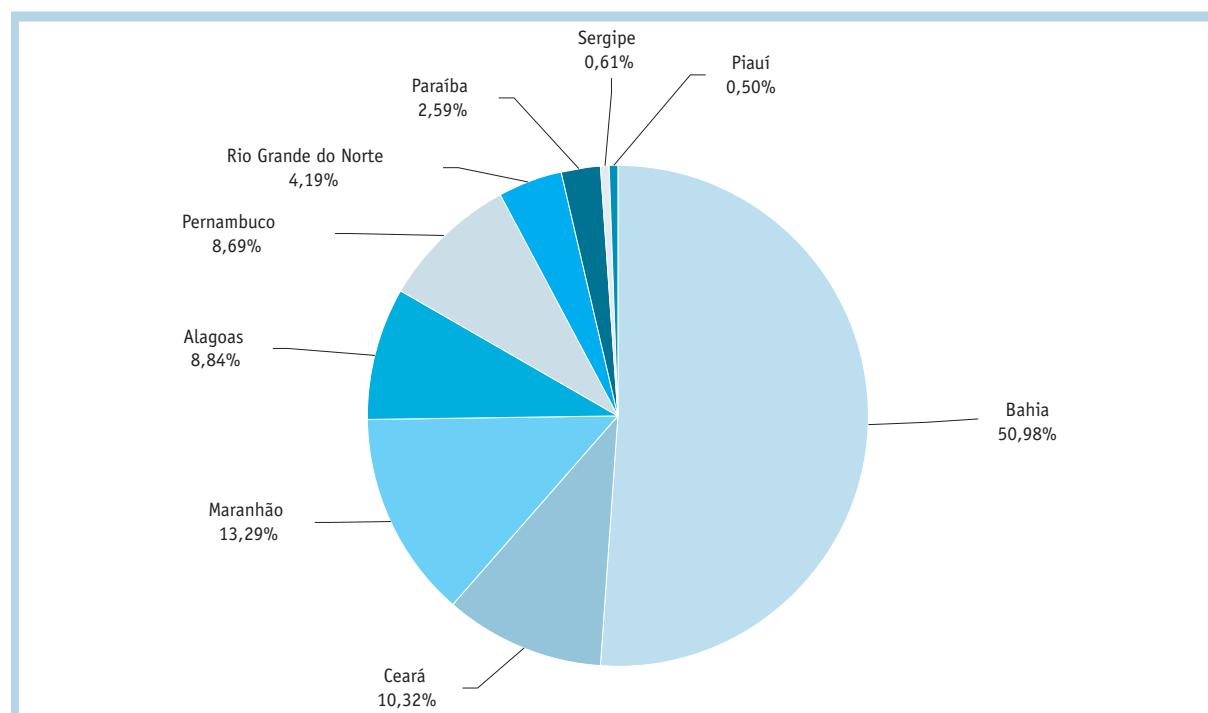


Gráfico 36 - Participação das exportações segundo os Estados do Nordeste (jan./mai. 2005)

Fonte: MDIC - SECEX. Disponível: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

As exportações baianas atingiram US\$ 1,8 bilhão no período de janeiro a maio de 2005, superando em 50,5% as vendas externas do mesmo período do ano anterior. Esse crescimento tem sido sustentado pela manutenção das vendas de manufaturados como automóveis, calçados, móveis e aparelhos elétricos, bem como pela satisfatória evolução dos preços de

petroquímicos, que é um importante item da pauta de exportações do Estado. Os principais capítulos da pauta de exportação da Bahia, segundo a NCM, nesse período, foram automóveis, tratores, ciclos etc, com vendas de US\$ 359 milhões e aumento de 62%; produtos químicos orgânicos, com faturamento de US\$ 332,9 milhões e crescimento de 57% (Gráfico 37).

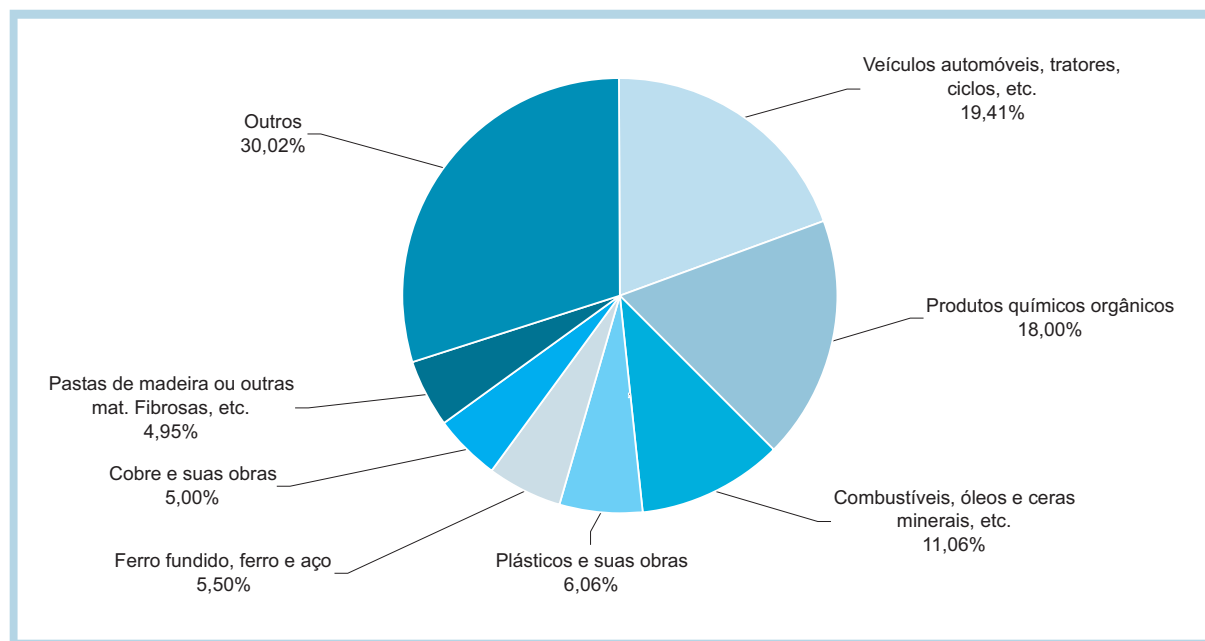


Gráfico 37 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado da Bahia (jan./mai. 05)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em : <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> **Elaboração:** Equipe de Conjuntura Econômica

Os principais mercados compradores dos produtos baianos foram: Argentina, com 20% das compras; México, com 13%; e os Estados Unidos, com 11%. As principais empresas exportadoras foram Ford Motor Company Brasil Ltda, Braskem S/A, Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), Caraíba Metais S/A, Bahia Sul Celulose S/A e Gerdau Açominas S/A. Por outro lado, as compras externas baianas evoluíram a um ritmo menor do que as exportações, alcançando US\$ 1,2 bilhão, com um crescimento de 17,7% sobre o mesmo período do ano anterior. É importante notar que o perfil das importações do

Estado tem como característica o predomínio de setores relacionados ao aumento da produção como os de insumos e bens intermediários e o de máquinas e equipamentos para a indústria. Os principais produtos importados nesse período foram a Nafta (US\$ 204 milhões), Sulfetos de minérios de cobre (US\$ 135 milhões) e Óleos brutos de petróleo (US\$ 118 milhões).

O Estado do Maranhão foi o segundo maior estado exportador da Região, com uma participação relativa de 13% e um volume exportado de US\$ 482 milhões, apresentando um cresci-

mento de 32% sobre o acumulado de janeiro a maio de 2004. O Estado foi responsável pelo terceiro maior saldo comercial do Nordeste, contribuindo com um superávit de US\$ 150,5 milhões, ou 11% do total regional. Segundo a classificação da NCM, o capítulo de produtos de fer-

ro fundido, ferro e aço concentra o maior valor das exportações do Estado (US\$ 197,9 milhões), com uma participação de 41%, seguido de alumínio e suas obras, com US\$ 130,8 milhões de vendas externas, representando 27% das exportações estaduais (Gráfico 38).

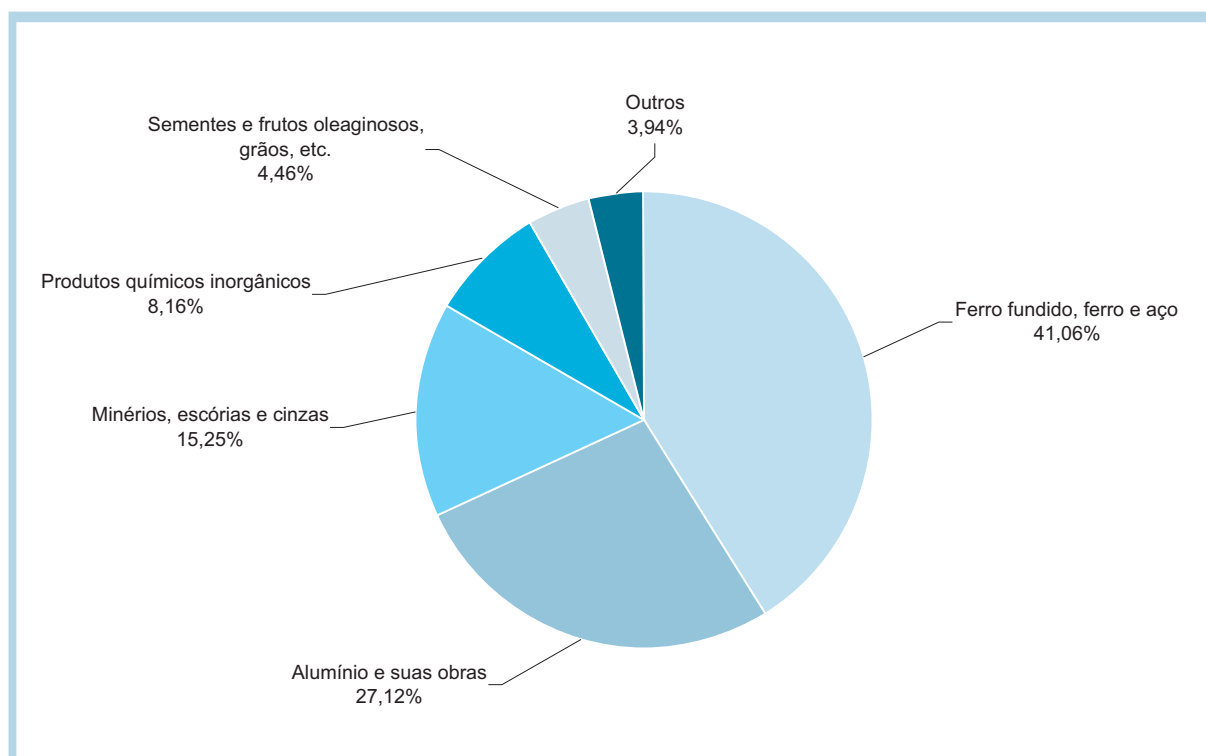


Gráfico 38 - Praticipação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Maranhão (jan./mai. 05)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em : <www.alice.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

As importações maranhenses registraram expressivo crescimento nos primeiros cinco meses do ano (184%), ficando a maior parte dos gastos externos concentrada no capítulo combustíveis, óleos e ceras minerais, que absorveram US\$ 270,8 milhões, ou 82% do total.

O Ceará, com um montante exportado de US\$ 374,4 milhões, o terceiro maior valor obtido na Região, nos cinco primeiros meses do ano, apresentou um crescimento de 10% em suas vendas externas, relativamente ao mesmo período de

2004. De acordo com a classificação da NCM, a pauta de exportação do Estado esteve concentrada nos capítulos de calçados, frutas, couros e peles, algodão e peixes e crustáceos, que, conjuntamente, foram responsáveis por 76% das vendas externas. No capítulo de frutas, destaca-se a castanha de caju, com receitas cambiais de US\$ 63 milhões, enquanto no capítulo de peixes e crustáceos, foram predominantes as exportações de camarões e lagostas (US\$ 33,5 milhões) (Gráfico 39).

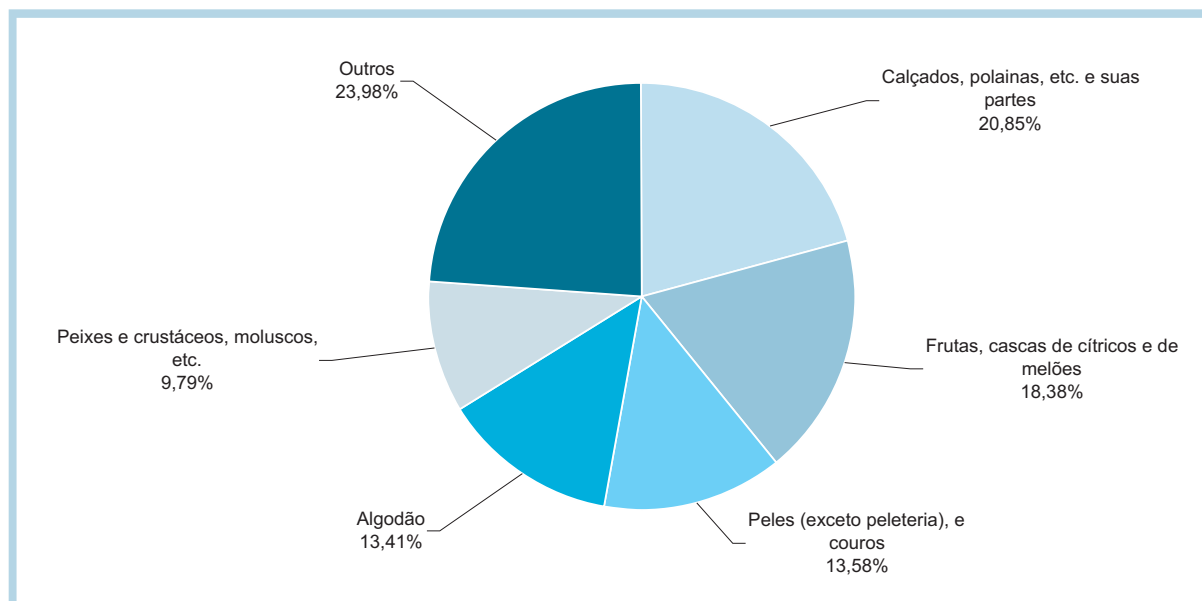


Gráfico 39 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Ceará (jan./mai. 05)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em : <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

É notável o desempenho das exportações cearenses nos últimos 10 anos que, praticamente, triplicou nesse período, passando de US\$ 300 milhões, em 1996, para US\$ 900 milhões, tornando-se o 14º. exportador nacional. A quantidade de produtos exportados saltou de 270 para cerca de 700 artigos, enquanto as empresas exportadoras, que há quase nove anos eram cerca de 120, aumentaram para próximo de 500. O Terminal Portuário do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, a 56 Km de Fortaleza, movimentou 425.219 toneladas de carga geral entre janeiro e maio de 2005, representando um crescimento de 71% sobre igual período de 2004. As exportações corresponderam a 153.589 toneladas, com uma expansão de 10% em relação ao mesmo exercício do ano passado. A banana liderou os embarques de frutas nesse período, com 27.217 toneladas (t), seguida de melão, com 14.727 t, enquanto a castanha de caju, correspondeu a 13.167 t e manga a 8.001 t. Cabe, também, destaque para os produtos siderúrgicos – tarugos e vergalhões – com um total de

17.819 toneladas. As exportações de todos esses produtos, conjuntamente, somaram 54% do total exportado no período.

Pernambuco apresentou, no período de janeiro a maio de 2005, a terceira maior corrente de comércio internacional da região Nordeste (US\$ 643 milhões), com um crescimento de 40% sobre o mesmo período do ano precedente. Esse comportamento deveu-se, em parte, ao expressivo crescimento das vendas externas do Estado, que praticamente dobraram em relação ao ano anterior, alcançando um valor total de US\$ 315 milhões. De acordo com a NCM, o capítulo de açúcares e produtos de confeitaria permanece dominando as exportações pernambucanas, registrando um valor de US\$ 89,8 milhões, correspondentes a 29% da pauta estadual. Destacam-se também combustíveis e lubrificantes, para consumo de bordo (US\$ 39,5 milhões), borracha (US\$ 19,2 milhões), combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 18,9 milhões), plásticos e suas obras (US\$ 15,1 milhões), peixes e

crustáceos, moluscos etc. (US\$ 15,0 milhões), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (US\$ 14,8 milhões) e alumínio e suas obras (US\$ 13,8

milhões). Todos esses capítulos responderam por, aproximadamente, 72% das exportações pernambucanas no período (Gráfico 40).

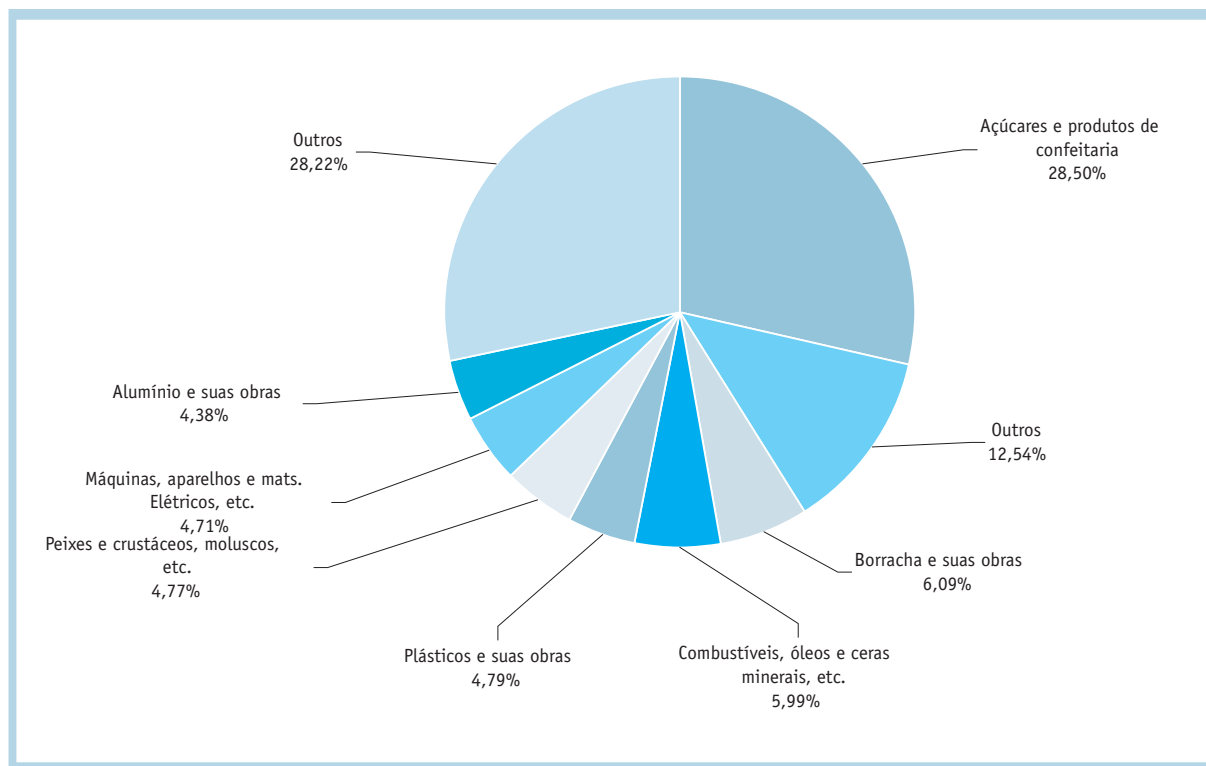


Gráfico 40 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado de Pernambuco (jan./mai. 2005)

Fonte: MDIC-Siscomex. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> **Elaboração:** Equipe de Conjuntura Econômica

Em termos de comércio internacional, Pernambuco diferenciou-se dos demais estados nordestinos por registrar um déficit em sua balança comercial no valor de US\$ 13 milhões. As compras externas alcançaram cerca de US\$ 328 milhões, concentradas principalmente nos capítulos da NCM classificados como reator nuclear, caldeiras, máquinas, (US\$ 53,3 milhões), produtos químicos orgânicos (US\$ 38,8 milhões), combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 33,7 milhões), cereais (US\$ 27,2 milhões), produtos da indústria de moagem, malte etc (US\$ 21,9 milhões), os quais representaram mais da metade (53%) das importações pernambucanas no período.

Sergipe foi outro estado a apresentar déficit em sua balança comercial nos primeiros cinco meses de 2005. As exportações alcançaram um volume de US\$ 22 milhões, registrando crescimento de 34% com relação ao mesmo período de 2004, resultado que, embora superior à evolução das importações (crescimento de 25,1%), não foi suficiente para contrabalançar o valor total das importações, de US\$ 33 milhões. O Estado teve quase 30% de suas exportações concentrados no capítulo de produtos hortícolas e frutas, principalmente suco de laranja e suco de abacaxi. A seguir, vieram os itens dos capítulos de adubos e fertilizantes, especificamente uréia, 21%; algodão, 15%; açúcares e produtos de confeitaria, 14% (Gráfico 41).

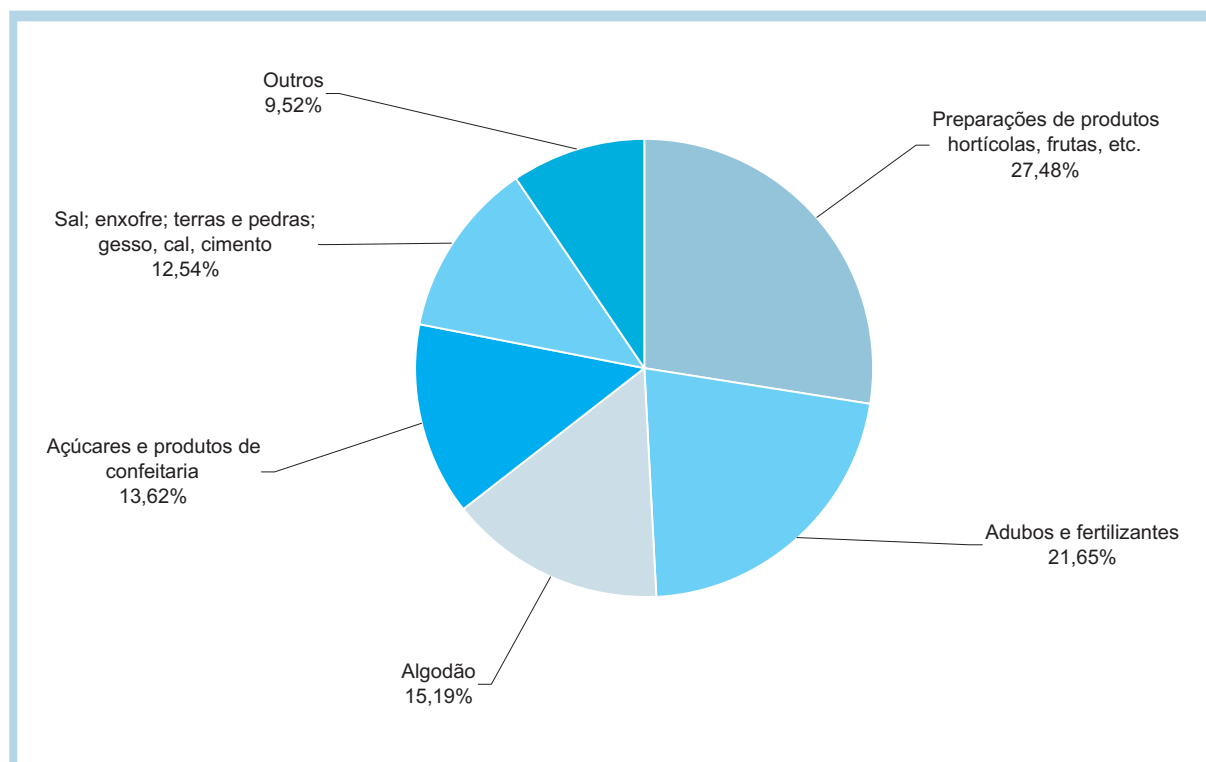


Gráfico 41 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado de Sergipe (jan./mai. 2005)

Fonte: MDIC-Siscomex. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

O Estado de Alagoas teve seu desempenho econômico fortemente influenciado pelas exportações, que registraram crescimento de 64% nesses primeiros cinco meses de 2005, com um valor total de US\$ 320,8 milhões. As importações alagoanas, que corresponderam a apenas 9% das vendas externas do período, somaram US\$ 30 milhões, registrando uma queda de 13% relativamente ao mesmo período do ano anterior. Com esse desempenho, o Estado situou-se na segunda melhor posição em termos de superávit da balança comercial, com um saldo de US\$ 290,8 milhões, contribuindo, dessa forma, com 20% do superávit nordestino. De acordo com a NCM, açúcares e produtos de confeitaria, juntamente com bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, foram os principais itens da pauta de exportações do Estado, com um volume de vendas de US\$ 288,4 milhões, correspondentes a quase 90% do valor total exportado no período (Gráfico 42).

O Rio Grande do Norte foi um dos poucos estados do Nordeste a apresentar redução de sua corrente de comércio internacional nos primeiros cinco meses do ano, provocada pelo decréscimo tanto das vendas externas, quanto das compras internacionais. As exportações alcançaram US\$ 152 milhões, com uma queda de 23% relativamente ao mesmo período do ano anterior, influenciada, principalmente, pelo mal desempenho das exportações de óleos brutos de petróleo (queda de, aproximadamente 80%) e de camarões, que geraram um montante de receitas 15% abaixo do observado em 2004. Em compensação, os capítulos de frutas, cascas de cítricos e de melões, juntamente com açúcares e produtos de confeitaria, que responderam por 43% das vendas externas do período, apresentaram expansão, com taxas de crescimento de, respectivamente, 53% e 18%. No caso das frutas, os itens mais representativos foram os melões frescos (US\$ 20,8 milhões), castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (US\$ 18,8 milhões) e bananas frescas ou secas (US\$ 7,9 milhões) (Gráfico 43).

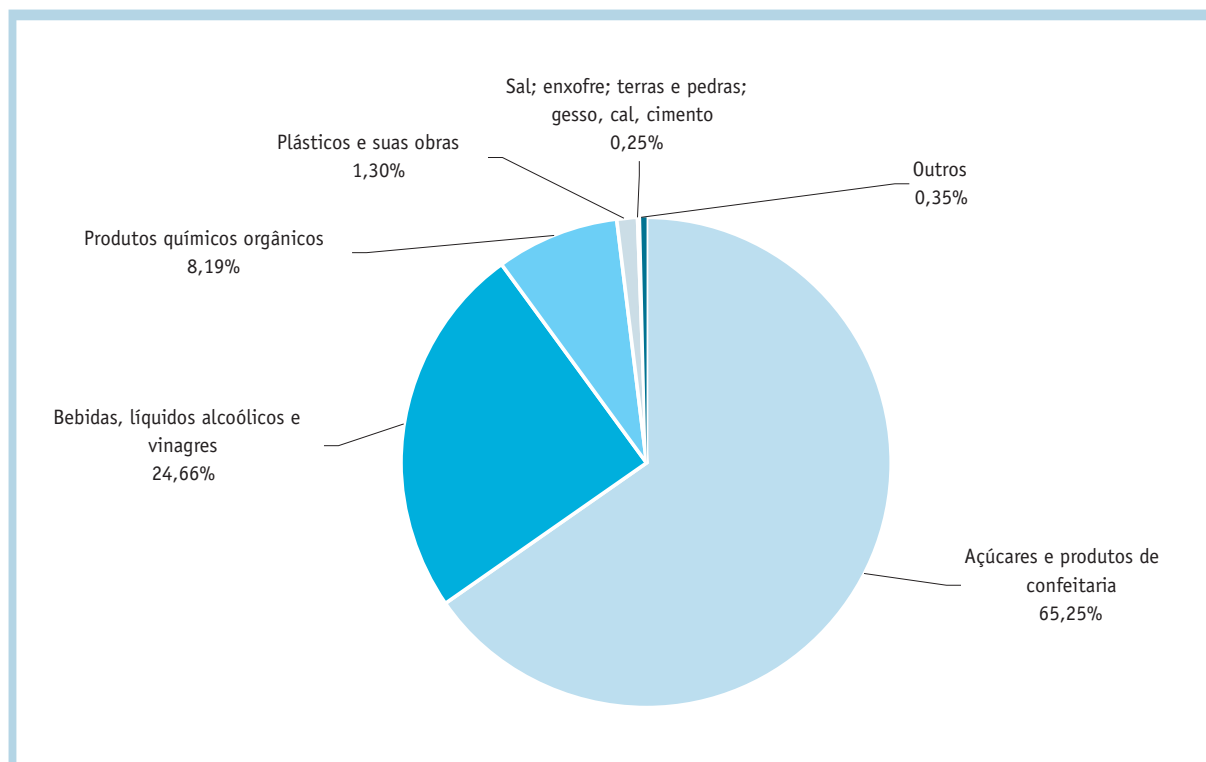


Gráfico 42 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado de Alagoas (jan./mai. 05)

Fonte: MDIC - SISCOMEX. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

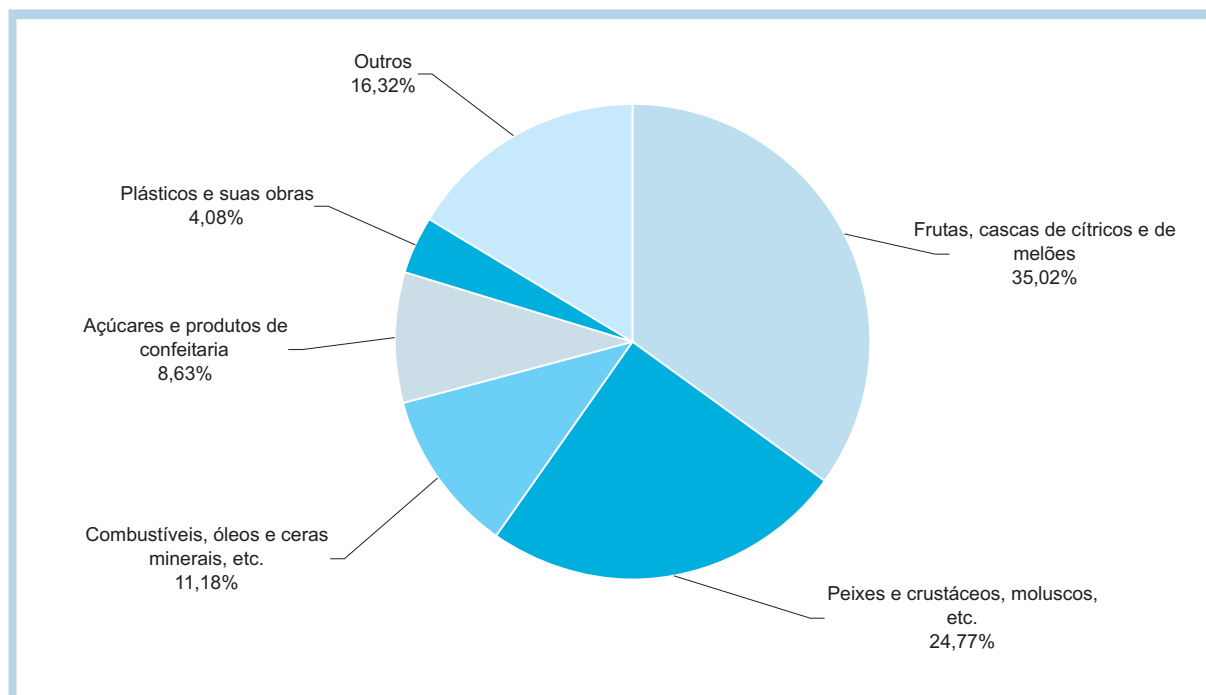


Gráfico 43 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Rio Grande do Norte (jan./mai. 2005)

Fonte: MDIC-Siscomex. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

As exportações da Paraíba somaram US\$ 93,8 milhões entre janeiro e maio do corrente ano, o que correspondeu a 2,6% das vendas externas da Região. Em relação às exportações observadas no mesmo intervalo do ano anterior, houve um crescimento de quase 20%. Durante esse período, as exportações do Estado estiveram concentradas nos capítulos de outros artefatos

têxteis confeccionados (US\$ 36,1 milhões); calçados, polainas etc. e suas partes (US\$ 15,8 milhões); bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 11,4 milhões); algodão (US\$ 6,3 milhões); e sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento (US\$ 4,5 milhões), os quais foram responsáveis por cerca de 79% das exportações (Gráfico 44).

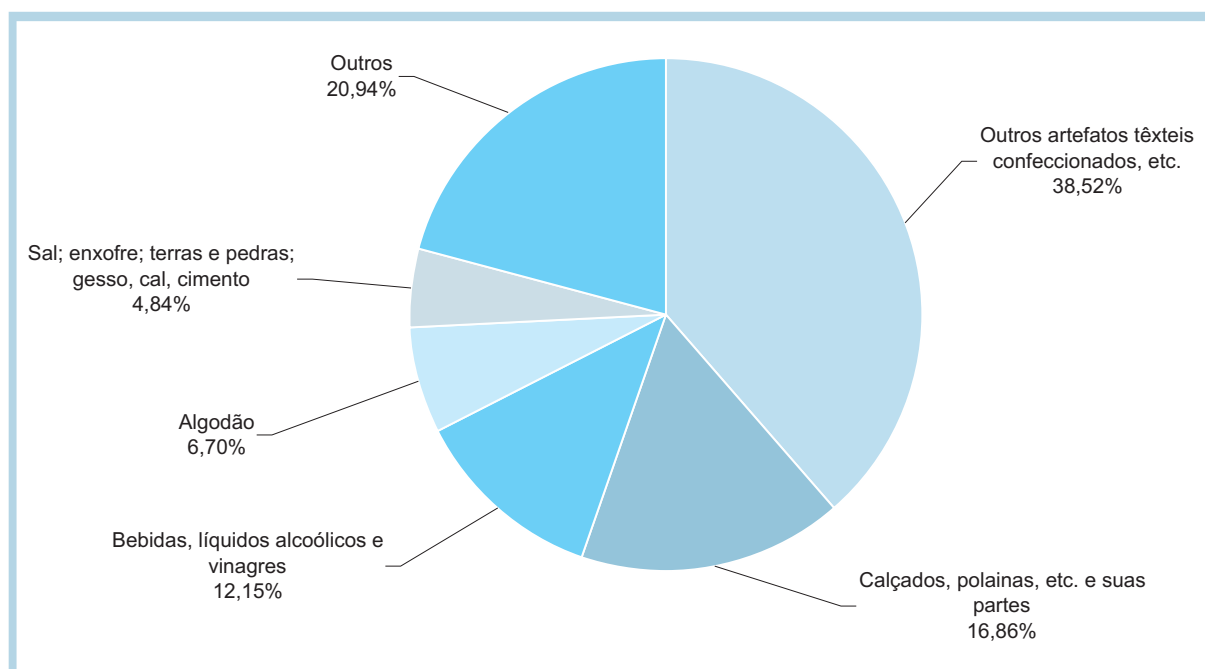


Gráfico 44 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado da Paraíba (jan./mai. 2005)

Fonte: MDIC-Siscomex. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

As exportações de calçados e fio de algodão, dois importantes itens da pauta de exportação da Paraíba, apresentaram redução nos primeiros cinco meses do ano, observando-se crescimento, no entanto, nas exportações de bebidas e produtos têxteis e confeccionados.

O Piauí apresentou, nos primeiros cinco meses do ano, a maior redução na corrente de comércio internacional (-35%) dentre os estados do Nordeste. As exportações situaram-se em US\$ 18 milhões, significando uma diminuição de 38% em comparação com o mesmo período do ano

anterior. O Estado tem uma pauta exportadora concentrada basicamente em sete produtos, conforme nomenclatura da NCM, os quais representam 77% do total. Os capítulos mais representativos das exportações do Estado são: gorduras, óleos e ceras animais e vegetais (vendas de US\$ 4,8 milhões); frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 3,7 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 2,2 milhões); resíduos e desperdícios das indústrias alimentícias (US\$ 1,6 milhão); e peixes e crustáceos, moluscos, etc (US\$ 1,6 milhão) (Gráfico 45).

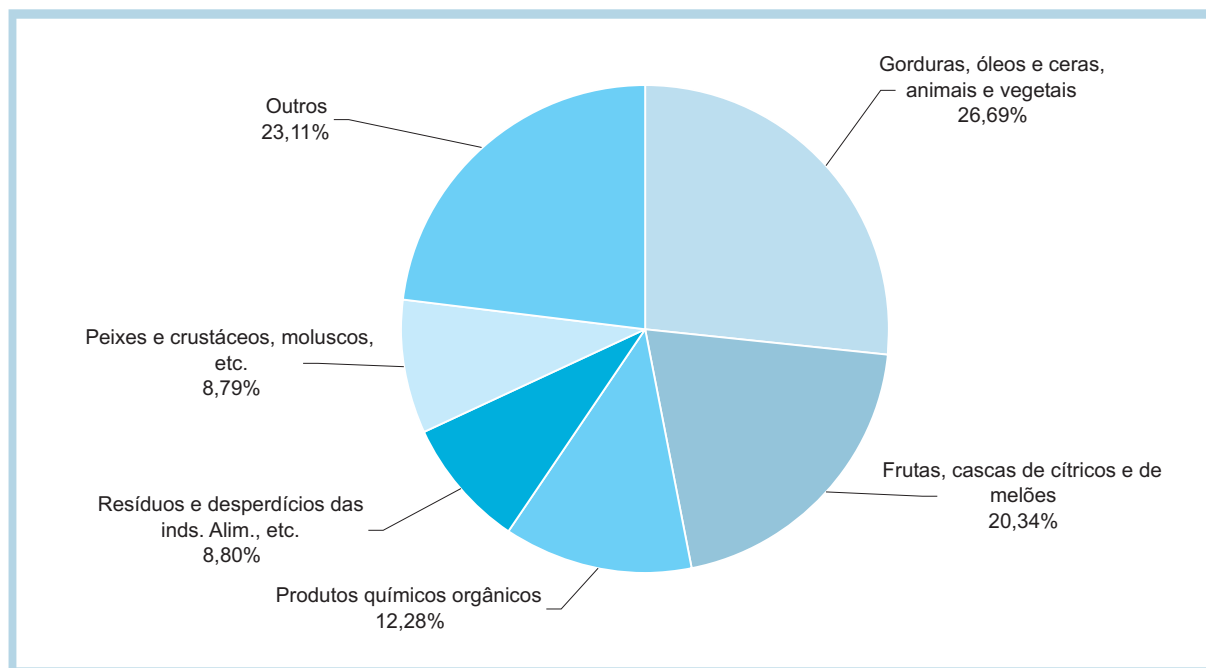


Gráfico 45 - Participação do capítulo (NCM) em relação ao total das exportações do Estado do Piauí (jan./mai. 2005)

Fonte: MDIC-Siscomex. Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

De maneira geral, observa-se que praticamente todos os estados nordestinos registraram evolução satisfatória em termos de comércio externo no período. Esse desempenho tem sido influenciado pelo comportamento satisfatório da economia mundial, refletido principalmente pelo aumento das vendas de manufaturados, que são mais afetados pela demanda externa do que

pelo câmbio e pela valorização de importantes produtos da pauta de exportação nordestina. É importante notar que a alta de preços internacionais de alguns produtos, como no caso de metalurgia, eletroeletrônica e calçadista, tem permitido aos exportadores elevar os seus preços em dólar, acomodando pressões causadas pelo câmbio.

5.3 - Balanço de Pagamentos

O desempenho do balanço de pagamentos tem como particularidade, no primeiro semestre de 2005, a associação entre superávit na balança de transações correntes, relacionado com os fluxos comerciais positivos e ingresso líquido dos fluxos de capitais.

O fator que mais contribuiu para o superávit da conta de transações correntes foi a manutenção da tendência ascendente da balança comercial em função, sobretudo, do dinamismo das exportações (Tabela 31).

Tabela 31 - Brasil: balanço de pagamentos (US\$ milhões)

Discriminação	2004		2005*	
	Jun.	Jan.- Jun	Jun.	Jan.- Jun
Balança Comercial (FOB)	3.799	15.003	4.030	19.667
Serviços e Rendas	-2.070	-12.192	-3.069	-16.066
Transferências Unilaterais Correntes Líquidas	292	1.602	291	1.683
Transações Correntes	2.021	4.413	1.252	5.284
Contas Capital e Financeira	-2.776	-1.930	-1.873	4.601
Investimento Direto (Líquido)	279	3.225	1.065	6.785
Investimento em Carteira	-642	-3.701	2.237	4.501
Resultado Global do Balanço	-837	1.346	-431	9.632
Transações Correntes/ PIB (%)		1		1
IED/ PIB (%)		1		2
Amortizações de Médio e Longo Prazos	3.406	16.896	3.535	12.266
Pagas	3.330	16.454	3.513	11.988
Refinanciadas	0	0	0	0
Conversões	76	442	22	278

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br> (*): Dados Preliminares

Nos primeiros seis meses do ano, a balança comercial continuou registrando resultados favoráveis. O saldo comercial do primeiro semestre já atingiu US\$ 19,6 bilhões – ante US\$ 15,0 bilhões no primeiro semestre de 2004 – resultado de US\$ 53,6 bilhões de exportações e US\$ 34,0 bilhões de importações no período. Esse bom desempenho se observa apesar da desaceleração suave da economia mundial e da apreciação cambial intensificada a partir de setembro de 2004.

Contribuíram para o crescimento das exportações o patamar elevado dos preços das *commodities* agrícolas e minerais. Essa alta de preços tem sua origem em fatores relacionados ao dinamismo da demanda externa e também à desvalorização do dólar que engendrou um aumento nominal dos preços internacionais cotados nessa moeda.

As importações apresentam também taxas de crescimento positivas, evidenciando a evolução

da taxa de câmbio, favorável às compras externas, e a expansão da demanda doméstica, principalmente de bens de capitais, bens intermediários e combustíveis e lubrificantes.

A persistência dos excedentes em transações correntes nos seis primeiros meses do ano decorre, sobretudo, da evolução positiva do superávit na balança comercial e, em menor proporção, do resultado das transferências unilaterais. No acumulado janeiro-junho, as transações correntes acumularam um saldo positivo de 5,2 bilhões, ante 4,4 bilhões no mesmo período do ano anterior, garantindo um incremento nominal de 19,7%.

Em contrapartida, as remessas líquidas de renda revelam, no primeiro semestre, um considerável crescimento (20,8%) em relação ao mesmo período do ano passado. Esse aumento decorreu, principalmente, das remessas de lucros e ren-

dimentos, que aumentaram 69,4% no período – totalizando US\$ 6,1 bilhões. Desse total, 61,5% correspondem às remessas líquidas relativas a investimento direto e 38,5% representam remessas líquidas relacionadas a investimentos em carteira. Por outro lado, os pagamentos líquidos de juros de títulos de dívida registraram uma queda de 3,4%, na mesma base de comparação.

Os resultados favoráveis na conta de transações correntes não foram suficientes para reverter a queda da relação transações correntes/PIB, que ficou em 1,43% no primeiro semestre de 2005, ante 1,5% no mesmo período de 2004.

No que se refere à conta capital e financeira do balanço de pagamentos, o primeiro semestre registrou ingressos líquidos de US\$ 4,6 bilhões, quando, no mesmo período do ano passado, observou-se uma perda líquida de US\$ 1,9 bilhão.

Neste primeiro semestre, o volume de recursos que ingressou no país, na forma de investimento estrangeiro em carteira, alcançou US\$ 5,5 bilhões, em contraposição às saídas líquidas de US\$ 3,1 bilhões no mesmo período de 2004. Os investimentos líquidos em ações registraram nesse período saldo positivo de US\$ 2,5 bilhões, com ingressos de US\$ 2,0 bilhões, referentes a ações negociadas no país e US\$ 454 milhões em *American Depositary Receipts* (ADRs)³⁸.

Os investimentos líquidos em renda fixa apresentaram saldo positivo de US\$ 3,0 bilhões, resultado, principalmente, de ingressos líquidos de US\$ 3,5 bilhões de bônus da república. Em contrapartida, os bônus emitidos pelo setor privado e as *notes e commercial papers* negociados no exterior assinalaram saídas líquidas de US\$ 599 milhões e US\$ 849 milhões, respectivamente.

Os títulos de curto prazo apresentaram desembolsos líquidos de US\$ 663 milhões.

No que diz respeito aos investimentos estrangeiros diretos, o primeiro semestre registrou um incremento de 111,17% nos ingressos líquidos, totalizando US\$ 8,5 bilhões, compreendendo US\$ 6,0 bilhões em investimentos na forma de participação de capital e US\$ 2,5 bilhões em empréstimos intercompanhias.

Já as saídas líquidas através de investimento brasileiro direto alcançaram o valor de US\$ 1,7 bilhão nos primeiros seis meses do ano, ante US\$ 820 milhões registrados no primeiro semestre de 2004.

Mesmo com o crescimento substancial da participação de capital no exterior, o investimento direto líquido somou US\$ 6,7 bilhões, enquanto, no primeiro semestre de 2004, alcançara a cifra de apenas US\$ 3,2 bilhões. Esse crescimento foi decisivo para a melhoria da relação IED/PIB, que chegou a 2,3% nos seis primeiros meses do ano (contra 1,3% no mesmo período de 2004).

Dessa forma, o resultado global do balanço de pagamentos foi de US\$ 9,6 bilhões e as reservas internacionais, no conceito de liquidez internacional, alcançaram o valor de US\$ 59,8 bilhões, no fim de junho de 2005, apresentando uma ligeira retração com relação a posição de maio (1,3%). Comparada com a posição em fim de junho de 2004, tem-se um incremento nominal de 20,2%.

O fato é que, em junho, as reservas internacionais se situaram numa posição equivalente a 10 meses de importações – situação ligeiramente inferior à posição de junho de 2004, quando correspondia a 11 meses de importação – uma oscilação previsível, considerando o aumento expressivo das importações (Tabela 32).

³⁸ *American Depositary Receipt* (ADR) – emissão de certificados, por bancos norte-americanos, representativos de ações de empresas sediadas fora dos Estados Unidos.

Tabela 32 - Brasil: reservas internacionais no Banco Central do Brasil (US\$ milhões)

Fim do Período	Liquidez Internacional		
	Posição	Variação de Posição	Meses de Importação de Bens
2000	33.011	478	7
2001	35.866	-1.367	8
2002	37.823	2.231	10
2003	49.296	-5.131	12
2004 Jan	53.261	3.965	13
Fev.	52.960	-302	13
Mar.	51.612	-1.347	12
Abr.	50.498	-1.115	12
Mar.	50.540	42	12
Jun.	49.805	-735	11
Jul.	49.666	-139	11
Ago.	49.594	-71	10
Set.	49.496	-98	10
Out.	49.416	-80	10
Nov.	50.133	717	10
Dez.	52.935	2.802	10
2005 Jan	54.022	1.087	10
Fev.	59.017	4.995	11
Mar.	61.960	2.942	11
Abr.	61.591	-368	11
Mar.	60.709	-882	11
Jun.	59.885	-8.824	10

Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Finalmente, vale destacar a melhora substantiva nos indicadores de endividamento externo do país no primeiro trimestre de 2005. Entre os fatores que influenciaram positivamente esses indicadores, sobressai o aumento do valor em dólares das exportações e do PIB, assim como a

diminuição substantiva da dívida externa. Convém assinalar, também, a estratégia de recomposição das reservas pelo Bacen entre dezembro de 2004 e março de 2005 – resultando num aumento de US\$ 12 bilhões das reservas internacionais (Tabela 33).

Tabela 33 - Indicadores de endividamento externo * (US\$ milhões)

Discriminação	2002	2003	2004				2005
			Mar	Jun	Set	Dez	Mar
Serviço da Dívida/Exportações (%)	82,7	72,5	70,9	62,4	62,4	53,8	49,8
Serviço da Dívida/PIB (%)	10,9	10,5	10,4	10,1	9,8	8,6	7,9
Juros/Exportações (%)	23,6	19,4	18,5	17,2	15,9	14,8	14,1
Dívida Total/PIB (%)	45,9	42,4	40,4	37,2	34,9	33,3	31,6
Dívida Total do Setor Público/Dívida (%)	59,4	63,1	63,6	63,6	64,6	65,7	65,6
Dívida Total Líquida/PIB (%)	35,9	29,8	27,9	26,3	24,3	22,5	20,0
Reservas (liquidez)/Dívida Total (%)	18,0	22,9	24,2	24,2	24,5	26,3	30,7

Fonte: Banco Central. Disponível em: <www.bcb.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

(*) Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

Nos doze meses acumulados até março deste ano, a dívida externa total alcançou US\$ 201,9 bilhões – queda de 5,7% em relação ao período equivalente terminado em março do ano anterior. Na mesma base de comparação, o serviço da dívida registrou redução de 8,7%. Em contrapartida, o crescimento das exportações (31%) diminuiu a relação serviço da dívida/exportações de 70,9% para 49,8%.

Com o aumento de 20,7% do PIB em dólares e a redução de 5,7% da dívida externa total de março de 2004 a março de 2005, o indicador dívida total/PIB diminuiu de 40,4% para 31,6%.

A participação do serviço da dívida no PIB também recuou de 10,4% para 7,9%, nessa mesma base de comparação. A dívida externa total, que em março de 2004 era equivalente a 2,8 vezes o valor da receita de exportações dos últimos doze meses, caiu para 2,0% em março deste ano.

O crescimento das reservas internacionais, associado à queda da dívida externa total, permitiu uma sensível melhora do indicador reservas, ou seja: da relação liquidez/dívida externa total, que passou de 24,2%, em março de 2004, para 30,7% um ano depois. ●

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

Governo mantém superávit primário expressivo

6.1 - Governo Federal

Apesar da ampliação do déficit da Previdência Social, o Governo Federal obteve superávit primário de 4,4% do PIB nos primeiros meses de 2005.

O resultado primário do Governo Federal aponta para um superávit de R\$ 33,7 bilhões (4,40% do PIB) nos primeiros cinco meses de 2005, com uma variação de 18,4% em compa-

ração com o mesmo período do ano anterior (R\$ 28,5 bilhões, equivalentes a 4,19% do PIB). A receita total do Governo Central foi de R\$ 194,5 bilhões (25,4% do PIB), com um crescimento de 15,9% relativamente aos R\$ 167,8 bilhões observados no período janeiro-maio de 2004 (Tabela 34).

Tabela 34 - Resultado primário do Governo Central(*) Brasil, 2004 - 2005 (R\$ milhões)

Discriminação do Resultado	Jan-Mai	
	2004	2005
I. RECEITA TOTAL	167.804,6	194.519,2
I.1. Receita do Tesouro	132.783,3	153.472,2
I.2. Receitas da Previdência Social	34.575,0	40.440,2
I.3. Receitas do Banco Central	446,2	606,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	28.665,5	34.858,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	139.139,1	159.660,4
IV. DESPESA TOTAL	110.688,8	125.964,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	33.047,2	34.727,5
IV.2. Benefícios Previdenciários	45.280,7	53.382,7
IV.3. Custeio e Capital	31.619,4	36.954,2
IV.4. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	228,7	270,5
IV.5. Despesas do Banco Central	512,9	629,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	28.450,2	33.696,2
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	4.19%	4.40%

Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Disponível em <www.tesouro.fazenda.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Nota: (*)Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº110/2001

Deve-se creditar esse bom desempenho fiscal do governo ao crescimento das receitas do Tesouro Nacional, que registraram uma expansão de 15,6% no período, decorrente, principalmente, da maior lucratividade das empresas, traduzida na ampliação da arrecadação do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como ao comportamento favorável das receitas previdenciárias (R\$ 40,4 bilhões e crescimento de 17%).

As despesas do governo central nesse período chegaram a R\$ 125,9 bilhões (16,4% do PIB), sendo o item mais representativo os benefícios previdenciários, que alcançaram R\$ 53,4 bilhões, com uma expansão de 17,9%, relativamente ao ano anterior, fato que gerou um déficit de R\$ 12,9 bilhões até maio de 2005. Uma das causas desse resultado negativo na Previdência foi o crescimento de 23,2% na média de benefícios concedidos este ano por auxílio-doença, em relação à média do período janeiro a maio de 2004.

Tomando-se o setor público de forma consolidada (União, estados e municípios), constata-se um superávit de R\$ 50,3 bilhões (6,6% do PIB) no saldo acumulado entre janeiro e maio de 2005, bem acima, portanto, da meta estipulada para o ano, de gerar superávit primário equivalente a 4,25% do PIB. Por outro lado, se incorporados os juros de R\$ 64,9 bilhões (8,8% do PIB) pagos nos primeiros cinco meses de 2005, o setor público contabilizou um déficit nominal de R\$ 14,6 bilhões (1,9% do PIB), apesar do quadro fiscal nesse período ter se mostrado bem mais restritivo do que o observado no mesmo intervalo de 2004 (superávit de 5,6% do PIB).

Mesmo com a desaceleração da economia, constatada nos desempenhos do PIB e da produção industrial entre janeiro e maio de 2005, a arrecadação de impostos e contribuições federais atingiram o valor de R\$ 144,1 bilhões – o melhor resultado histórico para o período –, representando um crescimento real de 5,24% sobre o valor observado em 2004 (R\$ 138,7 bilhões). Logicamente, esse resultado tem a ver com a melhoria de eficiência da máquina arrecadadora governamental, mas também foi decorrente das variações positivas verificadas na arrecadação do IPI sobre automóveis (crescimento real de 13,7% em janeiro-maio de 2005, relativamente ao ano anterior) e das receitas do IPI sobre outros produtos, que cresceram 22,1% acima da inflação. Ao mesmo tempo, a recuperação de alguns setores, como telecomunicações, extração de minerais metálicos e metalurgia básica, propiciou, ainda, crescimento dos valores arrecadados com o IR das empresas e a CSLL, que apresentaram elevações de, respectivamente, 19,5% e 18,2%. As receitas provenientes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-Cofins experimentaram um crescimento real de 7,1% no período (Tabela 35).

Um aspecto positivo é o fato de que a dívida líquida do setor público vem apresentando trajetória mensal decrescente desde janeiro de 2004, passando de 57% do PIB, naquele mês, para 50%, em maio do corrente ano. Os encargos sobre a dívida de União, estados e municípios alcançaram R\$ 65 bilhões, equivalentes a 8,5% do PIB, entre janeiro e maio de 2005. No mesmo período de 2004, as despesas do setor público com juros chegaram a R\$ 51,9 bilhões, ou 7,7% do PIB. (Gráfico 46).

Tabela 35 - Comportamento dos principais tributos (R\$ milhões)

Discriminação	Jan-Mai		Variação (%)
	2004*	2005*	
Imposto de Importação	3.655	3.707	1,4
IPI	9.431	10.547	11,8
IR	46.679	48.685	4,3
CPMF	11.161	11.748	5,3
COFINS	32.737	35.062	7,1
PIS	8.647	8.823	2
CSLL	9.596	11.340	18,2
CIDE	3.570	3.202	10,3

Fonte: Receita Federal. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Nota: (*) Valores corrigidos pelo IPCA

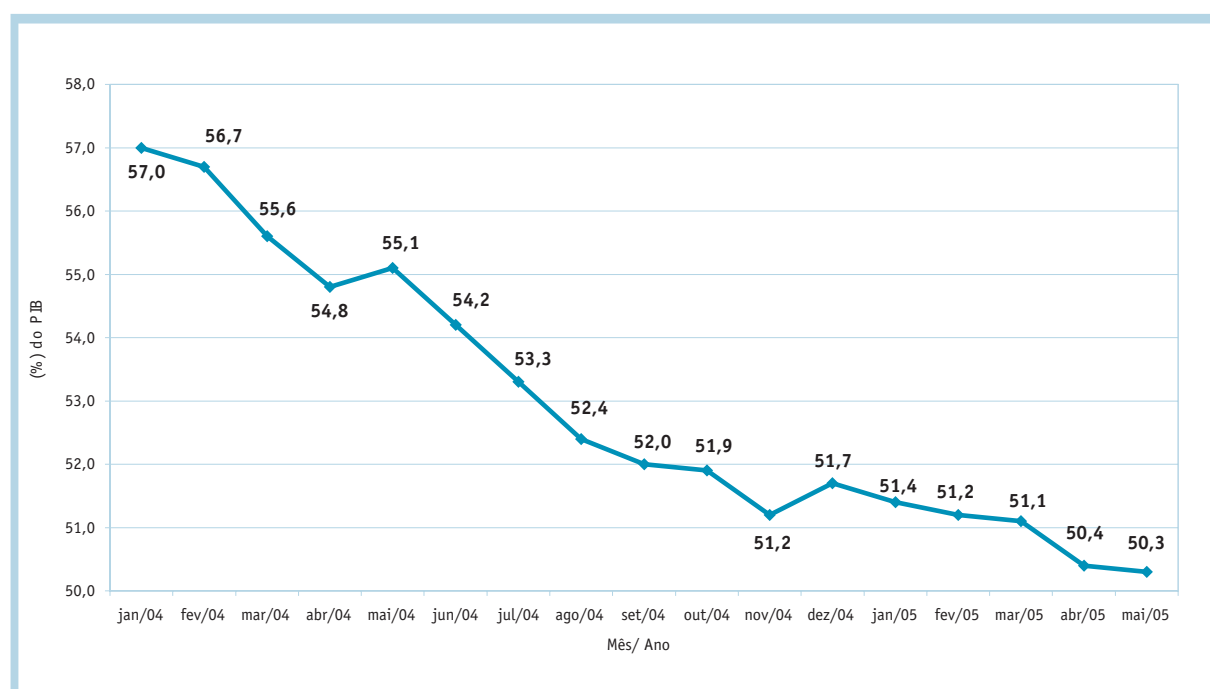


Gráfico 46 - Evolução da dívida líquida do setor público em % do PIB (jan. 04/mai. 05)

Fonte: Banco Central. Disponível em: <www.bcb.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Por outro lado, verifica-se uma redução da fragilidade financeira do Governo Federal, pois, em maio de 2004, os títulos públicos com indexação cambial representavam 9,3% do total da dívida mobiliária fora do BACEN³⁹, evoluindo para 3,7% em maio deste ano. A parcela de títulos prefixa-

dos aumentou de 16,4% para 22,1% no período em foco⁴⁰. Apesar desse comportamento, a taxa de juros implícita incidente sobre a dívida líquida do setor público passou de 15,8% ao ano, em fevereiro de 2005, para 24,8% em maio do mesmo ano.

³⁹ Em dezembro de 2002, esta proporção era de 22,4%.

⁴⁰ O mais importante neste sentido é que a parcela de títulos prefixados, em dezembro de 2002, era de apenas 2,2%.

6.2 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

Considerando os fluxos acumulados em 12 meses, a necessidade de financiamento do setor público (receitas menos despesas, incluindo o pagamento de juros) totalizou, em maio, R\$ 48,038 bilhões (2,59% do PIB), tendo o resul-

tado primário gerado um excedente de recursos de R\$ 93,171 bilhões — o equivalente a 5,05% do PIB, acima, portanto, da meta fixada para o ano de 4,25% do PIB (Tabela 36).

Tabela 36 - Necessidade de financiamento do setor público

Discriminação	R\$ Milhões			(Fluxo em 12 meses) % PIB		
	Abr.04/Mar.05	Mai.04/Abr.05	Jun.04/Mai.05	Abr.04/Mar.05	Mai.04/Abr.05	Jun.04/Mai.05
Nominal	46.545,00	54.484,00	48.038,00	2,57	2,48	2,59
Juros Reais	67.719,00	78.348,00	89.425,00	3,73	4,27	4,82
Primário	-88.261,00	-62.695,00	-93.171,00	-4,86	-5,05	-5,02
Governo Central	-52.246,00	-58.992,00	-56.504,00	-2,88	-3,22	-3,05
Governos Estaduais e Municipais	-20.153,00	-20.116,00	-20.986,00	-1,11	-1,10	-1,13
Empresas Estatais	-15.863,00	-13.586,00	-15.681,00	-0,87	-0,74	-0,85

Fonte: Boletim do Banco Central (jul. 2005). Disponível em: <www.bcb.gov.br>

Mais uma vez, a maior contribuição foi do Governo Central (Tesouro Nacional e Banco Central), que gerou um superávit primário de R\$ 56,504 bilhões (3,05%), tendo R\$ 20,986 milhões (1,13%) sido gerados nas esferas estaduais e municipais e R\$ 15,681 bilhões (0,85%) no âmbito das empresas estatais.

Mesmo com a continuidade da compressão fiscal ao longo de 2005, combinada com condições macroeconômicas favoráveis — inflação

sob controle e contas externas com bons resultados — o principal indicador de solvência das contas públicas, a relação dívida pública/PIB, vem registrando leve crescimento nos últimos meses, passando de 50,5%, em abril/2005, para 50,9%, ao final de junho/2005. Esse desempenho tem a ver com a desaceleração das atividades econômicas verificada no período, bem como com a manutenção, em patamares elevados, da taxa de juros básica da economia.

6.3 - Estados e Municípios

6.3.1 - Arrecadação de ICMS

O Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que constitui uma das principais fontes de arrecadação dos estados do Nordeste, registrou modesto desempenho nos primeiros cinco meses de 2005, refletindo, de certo modo, a desaceleração das atividades econômicas verificada no período. Assim, apesar dos esforços fiscais que vêm sendo empreendidos pelos

governos para inibir a sonegação e reduzir a dependência dos repasses federais, o Nordeste manteve mais ou menos estável sua participação na arrecadação nacional do ICMS, situando-se, no período janeiro-março de 2005, em torno de 15%, próximo à média histórica da Região (Gráfico 47).

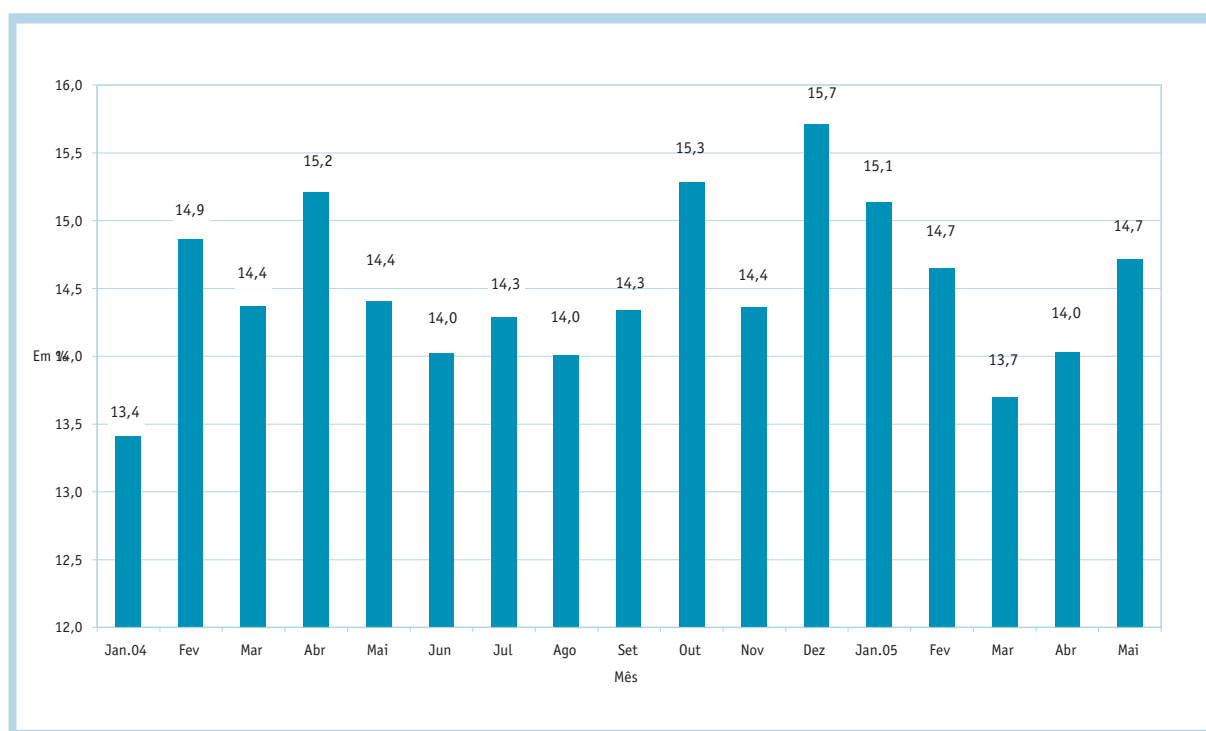


Gráfico 47 - Participação na arrecadação de ICMS no Brasil

Fonte: Boletim do Banco Central. Disponível em: <www.bcb.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

As três maiores economias do Nordeste são as dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, que, conjuntamente, respondem por quase 70% da geração da riqueza regional e, por conta disso, também detêm praticamente essa mesma proporção (67%) em termos de participação no

ICMS arrecadado. Nos primeiros três meses do ano a maior parcela da arrecadação desse imposto esteve concentrada no Estado da Bahia, que representou 34% do total de ICMS arrecadado, seguida de Pernambuco, com 19% (Gráfico 48).

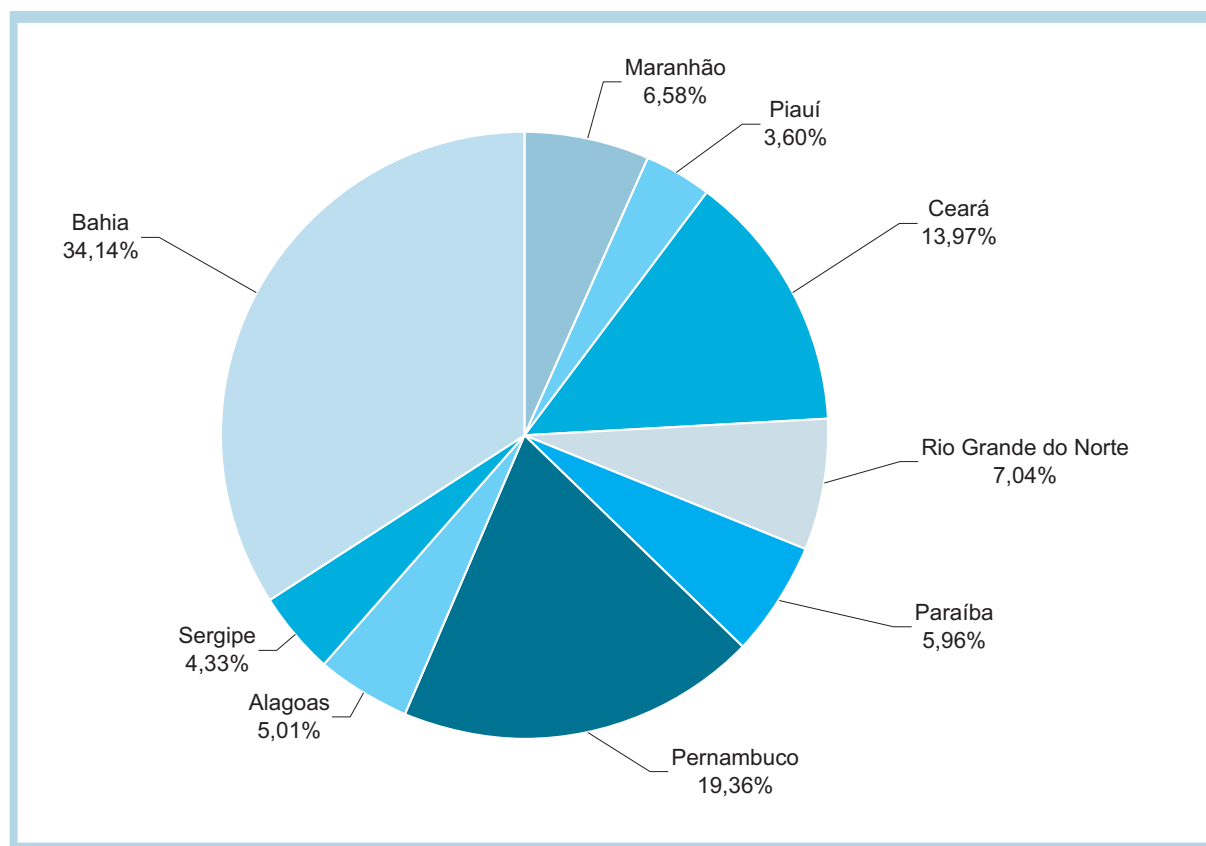


Gráfico 48 - Participação na arrecadação de ICMS dos estados nordestinos (jan./mar. 05)

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Disponível em: <www.bcb.gov.br> Elaboração Equipe de Conjuntura Econômica

Se tomarmos os dez estados maiores arrecadadores de ICMS do país, os quais agregadamente responderam por 82% das receitas de ICMS do país, apenas Bahia e Pernambuco estão situados nesse grupo.

A arrecadação de ICMS no Nordeste alcançou R\$ 5,3 bilhões no período janeiro-março de 2005, registrando um crescimento nominal de 18%, relativamente ao observado no primeiro

trimestre do ano passado (R\$ 4,5 bilhões). A região Norte, com um crescimento de 20% e o Centro-Oeste, com 17%, sobressaíram como as áreas de maior crescimento na arrecadação no período, superando a média de expansão da arrecadação nacional, situada em torno de 15%. Dentre os estados do Nordeste, Maranhão e Alagoas, cujas arrecadações alcançaram, no primeiro trimestre de 2005, R\$ 350,8 milhões e

R\$ 266,9 milhões, destacam-se com as mais elevadas taxas de crescimento, 28% e 27%, respectivamente. O fato de Maranhão e Alagoas terem parcelas importantes de suas economias

atreladas, respectivamente, ao minério de ferro e ao açúcar, produtos cujas cotações vêm se apreciando, ajuda a explicar esse bom desempenho. (Tabela 37).

Tabela 37 - Nordeste: arrecadação do ICMS (valores em R\$ mil)

Discriminação	Jan-Mar		Jan-Mar		Var. (%) 2005/2004
	2004	%	2005	%	
Maranhão	274.469	0,86	350.799	0,96	27,81
Piauí	177.187	0,56	192.079	0,52	8,40
Ceará	672.981	2,11	744.530	2,03	10,63
Rio Grande do Norte	317.329	0,99	375.190	1,02	18,23
Paraíba	271.106	0,85	317.455	0,86	17,10
Permambuco	865.028	2,71	1.031.380	2,81	19,23
Alagoas	210.553	0,66	266.924	0,73	26,77
Sergipe	202.205	0,63	230.827	0,63	14,15
Bahia	1.534.538	4,81	1.819.450	4,96	18,57
Nordeste	4.525.396	14,18	5.328.634	14,52	17,75
Brasil	31.913.904	100,00	36.707.389	100,00	15,02

Fonte: Boletim do Banco Central. Disponível em : <www.bcb.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

6.3.2 - Transferências Voluntárias

As transferências da União representam uma outra parcela significativa das receitas dos estados e municípios do Nordeste, revelando, de certa forma, o maior grau de dependência das unidades federadas às decisões do poder central. Na realidade, a participação relativa das transferências da União (constitucionais e voluntárias) representou uma parcela maior do que a arrecadação do ICMS na composição das receitas orçamentárias dos estados e municípios nordestinos. E essa política fiscal, particularmente a executada através das transferências constitucionais, tem um papel importante como instrumento de redistribuição de riqueza para os estados e municípios mais pobres do país, atenuando o viés fortemente concentrador do processo de desenvolvimento.

nuando o viés fortemente concentrador do processo de desenvolvimento.

No caso das transferências negociadas ou voluntárias, há muita similaridade em termos de distribuição dos recursos federais entre as regiões, uma vez que a União não discrimina a favor das áreas mais pobres. De fato, no período de janeiro a maio de 2005, a participação relativa das regiões Norte e Nordeste representou 46,9% do total liberado, enquanto as regiões mais ricas do país, Sul e Sudeste, receberam 45,9% das transferências ocorridas no período. Em termos *per capita*, no entanto, o Norte recebeu o maior valor, com uma média de R\$ 8,21 por habitante, seguido do Nordeste,

com R\$ 7,62. O menor valor foi para a região Sudeste, cuja distribuição *per capita* situou-se em torno de R\$ 4,5 (Tabela 38).

O total de recursos transferidos voluntariamente pelo Tesouro para as unidades federadas, no período de janeiro a maio de 2005, correspondeu a R\$ 1,001 bilhão, sendo a maior parte dirigida para os municípios brasileiros — cerca de R\$ 658,5 milhões, ou 66% do total, cabendo a parcela restante aos estados, R\$ 343,1 milhões (34%) (Gráfico 49).

Os municípios do Nordeste receberam cerca de 39% (R\$ 255,6 milhões) do total nacional. Os estados mais beneficiados com as transferências para os municípios foram a Bahia (com um influxo de transferências, entre janeiro e maio de 2005, de R\$ 66,1 milhões); Pernambuco, (com R\$ 38,9 milhões); Ceará, (R\$ 35,4 milhões); e Maranhão, (R\$ 33,6 milhões), os quais, conjuntamente, absorveram quase 70% dos recursos federais transferidos para a Região no período (Tabela 39).

Tabela 38 - Regiões contempladas com transferências voluntárias (valores correntes em R\$ mil)

Regiões Brasileiras	2005	%	Transf. por hab.(R\$1,00)
Norte	105.994	10,6	8,21
Nordeste	363.882	36,3	7,62
Sudeste	325.048	32,5	4,49
Sul	134.213	13,4	5,34
Centro-Oeste	72.384	7,2	6,22
Total	1.001.522	100	5,9

Fonte: SIAFI Gerencial. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

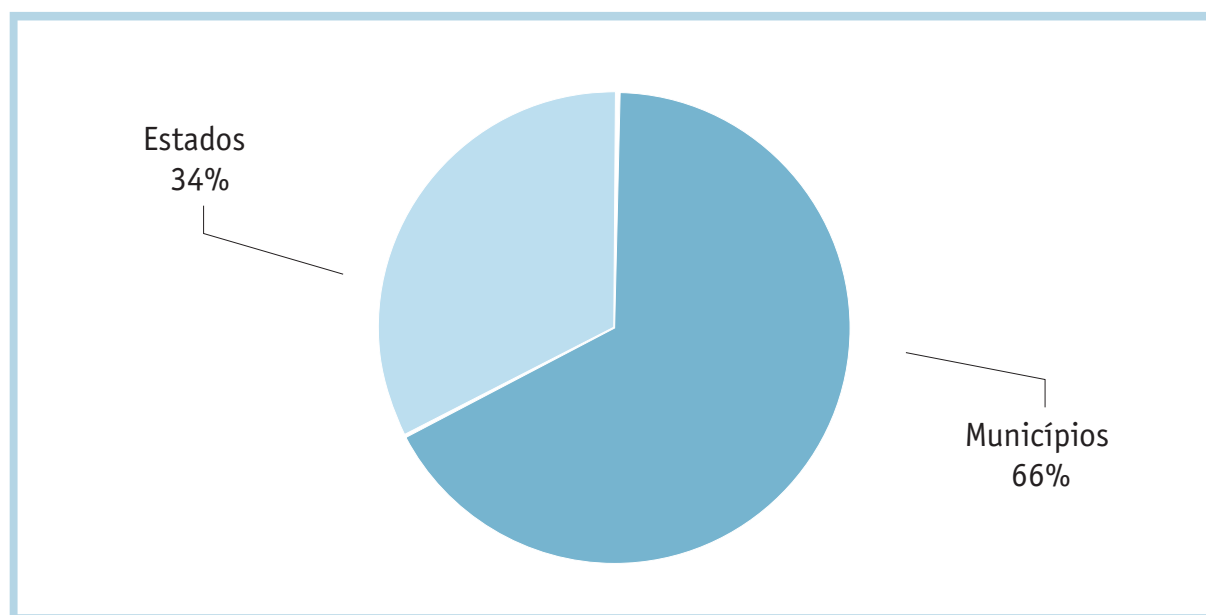


Gráfico 49 - Transferências voluntárias a estados e municípios (jan./mai. 2005)

Fonte: SIAFI - Gerencial. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Tabela 39 - Transferências voluntárias para municípios

	2004	2005		PART. (%)	(%)REALIZADO (2005/2004)
	ACUMULADO	MAIO	ACUMULADO		
Região Nordeste	1.260.492	71.658	255.557	38,81	20,27
Alagoas	94.701	5.155	16.449	2,50	17,37
Bahia	265.337	17.796	66.087	10,04	24,91
Ceará	205.888	10.498	35.396	5,38	17,19
Maranhão	174.134	10.398	33.571	5,10	19,28
Paraíba	91.658	5.741	18.349	2,79	20,02
Pernambuco	198.883	9.525	38.919	5,91	19,57
Piauí	80.163	4.769	16.446	2,50	20,52
Rio Grande do Norte	94.912	5.169	19.354	2,94	20,39
Sergipe	54.815	2.606	10.987	1,67	20,04
Brasil	3.010.241	185.178	658.464	100,00	21,87

Fonte: SIAFI Gerencial. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

A quase totalidade dos recursos transferidos para os municípios nordestinos foi proveniente das ações empreendidas por apenas dois ministérios, o da Educação e o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que conjuntamente, remeteram cerca de R\$ 250,6 milhões (98% do total), no período de janeiro a maio de 2005.

As transferências voluntárias do Tesouro para os estados do Nordeste alcançaram cerca de

R\$ 108,3 milhões nos primeiros cinco meses do ano, representando 32% do total nacional. Mais da metade desses recursos (53,9%, ou R\$ 58,4 milhões) destinou-se a apenas três estados: Bahia (R\$ 21,4 milhões), Pernambuco (R\$ 20,2 milhões) e Paraíba (R\$ 16,8 milhões). O Piauí, apesar de ser o estado mais pobre do Nordeste, foi contemplado com apenas R\$ 6,3 milhões, que representaram menos de 2% do total (Tabela 40).

Tabela 40 - Transferências voluntárias para estados

	ACUMULADO	2005		PART. (%)	% REALIZADO (2005/2004)
		MAIO	ACUMULADO		
Região Nordeste	1.035.736	34.715	108.325	31,58	10,46
Alagoas	64.886	3.421	9.931	2,89	15,31
Bahia	147.948	3.479	21.436	6,25	14,49
Ceará	136.347	5.922	11.082	3,23	8,13
Maranhão	118.801	841	5.606	1,63	4,72
Paraíba	112.778	1.933	16.785	4,89	14,88
Pernambuco	132.915	8.539	20.223	5,89	15,21
Piauí	160.252	1.044	6.260	1,82	3,91
Rio Grande do Norte	89.445	6.550	9.744	2,84	10,89
Sergipe	72.363	2.987	7.257	2,12	10,03
Brasil	2.734.430	122.543	343.058	100,00	12,55

Fonte: SIAFI Gerencial. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

As maiores dotações para os estados foram provenientes dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 53,0 milhões), Educação (R\$ 40,1 milhões), Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (R\$ 7,0 milhões)

e Ministério do Trabalho e Emprego (R\$ 6,4 milhões), que, conjuntamente, foram responsáveis por 98% das transferências voluntárias do Tesouro encaminhadas nos primeiros cinco meses do ano.

6.3.3 - Transferências Constitucionais

As transferências constitucionais, uma obrigação da União para com os demais entes federados e que são estabelecidas em legislação federal, representam o principal mecanismo de redistribuição de recursos públicos em favor das regiões mais pobres do país. No caso da região Nordeste, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) constituem a principal fonte de receitas dos estados e municípios.

Considerando que os repasses desses são utilizados como equalizadores de diferenças regionais, o Nordeste é privilegiado com as maiores parcelas, cabendo aos nove estados 52% da arrecadação total do FPE e 35% do FPM.

A quase totalidade dos municípios nordestinos depende basicamente do repasse do FPM, devido ao baixo nível de atividade econômica e da predominância de mercados informais. Essa situação é agravada em períodos de seca, particularmente nas áreas cuja economia é centralizada em atividades agrícolas.

Nos primeiros cinco meses de 2005, as transferências constitucionais para os estados nordestinos alcançaram R\$ 5,553 bilhões, significando um crescimento nominal de 17% sobre igual período do ano anterior. Os estados melhor contemplados na distribuição desses recursos foram a Bahia (R\$ 994,8 milhões), Ceará (R\$ 776,8 milhões), Maranhão (R\$ 764,2 milhões) e Pernambuco (R\$ 730,6 milhões) (Tabela 41).

Tabela 41 - Nordeste: fundo de participação dos Estados - FPE

	FPE				Crescimento %
	2004		2005		
	Valor	% Nordeste	Valor	% Nordeste	
Alagoas	376.711,37	7,90%	440.459,26	7,93%	16,92%
Bahia	850.858,31	17,90%	994.842,28	17,91%	16,92%
Ceará	664.381,58	14,00%	776.809,60	13,99%	16,92%
Maranhão	653.632,92	13,80%	764.241,99	13,76%	16,92%
Paraíba	433.651,40	9,10%	507.034,79	9,13%	16,92%
Pernambuco	624.836,88	12,20%	730.573,08	13,15%	16,92%
Piauí	391.317,66	8,20%	457.537,24	8,24%	16,92%
Rio Grande do Norte	378.323,24	8,00%	442.343,88	7,96%	16,92%
Sergipe	376.276,70	7,90%	439.951,07	7,92%	16,92%
Nordeste	4.749.990,06	100%	5.553.793,19	100,00%	16,92%
Brasil	9.055.344,39	52,46%	10.587.708,71	52,46%	16,92%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em <www.tesouro.fazenda.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

Com relação ao FPM, o Nordeste recebeu R\$ 3,916 bilhões, 35% das dotações federais, com destaque para os municípios pertencentes aos

estados da Bahia (R\$ 989,9 milhões), Ceará (R\$ 579,9 milhões), Maranhão (R\$ 450,6 milhões) e Pernambuco (R\$ 561,1 milhões) (Tabela 42).

Tabela 42 - Nordeste: fundo de participação dos municípios - FPM (R\$ mil).

UF	FPE				Crescimento %
	2004		2005		
	Valor	% Nordeste	Valor	% Nordeste	
Alagoas	224.360,87	6,70%	263.846,50	6,74%	17,60%
Bahia	855.807,84	25,55%	989.917,13	25,28%	15,67%
Ceará	493.377,78	14,73%	579.859,11	14,81%	17,53%
Maranhão	380.603,47	11,36%	450.597,58	11,51%	18,39%
Paraíba	305.343,75	9,12%	358.225,06	9,15%	17,32%
Pernambuco	479.511,13	14,31%	561.099,76	14,33%	17,01%
Piauí	234.888,37	7,01%	275.870,39	7,04%	17,45%
Rio Grande do Norte	238.648,53	7,12%	275.270,44	7,03%	15,35%
Sergipe	137.280,06	4,10%	161.285,47	4,12%	17,49%
Nordeste	3.349.821,80	100,00%	3.915.971,44	100,00%	16,90%
Brasil	9.490.679,17	35,30%	11.094.809,20	35,30%	16,90%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em <www.tesouro.fazenda.gov.br> Elaboração: Equipe de Conjuntura Econômica

6.4 - Dívida dos Estados

A situação fiscal da maioria dos estados nordestinos tem sido tradicionalmente bastante frágil, como se observa pela elevada dependência de recursos provenientes das transferências federais, voluntárias e constitucionais. A incipiente base econômica constitui uma das principais razões da incapacidade de gerarem receitas próprias e, ao lado disso, a gestão orçamentária dos estados tem sido prejudicada pelo elevado comprometimento das receitas líquidas com o pagamento dos serviços da dívida.

A Lei Complementar nº. 101, de 05 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF⁴¹, implicou significativos avanços em termos de gestão orçamentária desses estados, na medida

em que estabeleceu certas regras e limitações na execução orçamentária — com orientações legais para a utilização de recursos mínimos em educação, saúde e gastos com pessoal. Por exigir o planejamento orçamentário, a LRF pode ser considerada como um dos instrumentos de gestão fiscal mais detalhados e mais abrangentes do mundo. Ela teve influência do Fundo Monetário Internacional (FMI), através do Código de Boas Práticas para Transparências Fiscais e de experiências bem-sucedidas de países como, por exemplo, Estados Unidos e Nova Zelândia. No caso neozelandês, foi observado o seu modelo de transparência orçamentária que determina a publicação de relatórios fiscais simplificados, tendo a participação da sociedade através do controle fiscal.

⁴¹ BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, 09 mai. 2005.

Conforme determina a LRF, os limites de endividamento dos estados e municípios têm que ser calculados em termos de dívida líquida (dívida total menos créditos financeiros), a qual será verificada a partir de percentual da Receita Corrente Líquida (RCL). Assim, de acordo com as Resoluções do Senado Federal nº. 40 e nº. 43, de 2001⁴², até quinze anos após a sanção desse dispositivo, o limite máximo de endividamento para os estados corresponderá a duas vezes a sua RCL. A definição desse teto decorreu da necessidade de se limitar o elevado grau de endividamento nas entidades públicas, uma vez que a cultura de não se responsabilizar o gestor pelo ônus incentivava um tipo de comportamento menos rigoroso na utilização dos recursos orçamentários.

A dívida consolidada total dos estados da Região, ao final do primeiro quadrimestre de 2005, foi da ordem de R\$ 42,064 bilhões, experimentando uma queda de 0,6% sobre o estoque de

dívida verificado ao final do exercício anterior (R\$ 42.328,8 milhões). À exceção apenas do Estado de Alagoas, cujo limite de comprometimento da receita corrente líquida ultrapassa o limite estabelecido pela referida resolução do Senado Federal, todos os demais estados apresentaram um estoque de dívida compatível com o estabelecido legalmente.

As menores participações da dívida consolidada líquida na receita corrente líquida foram verificadas no Estados da Bahia, o que pode ser considerado como um bom indicador do esforço empregado para um controle mais rigoroso no uso dos recursos públicos (Tabela 43).

No caso dos municípios nordestinos, a situação de fragilidade fiscal parece ser mais preocupante, principalmente porque, praticamente, todos dependem quase que exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e comprometem a maior parte de suas receitas líquidas no pagamento de pessoal. ●

Tabela 43 - Nordeste: demonstrativo da dívida consolidada dos Estados (jan./abr. 2005) (R\$ Mil)

Estados	Dívida Consolidada Contratual		Disponibilidades Financeiras	Dívida Consolidada Líquida (DCL)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% DCL Sobre RCL
	Saldo do Exercício Anterior (2004)	Saldo do Primeiro Quadrimestre				
Maranhão	5.840.375	5.820.770	915.643	4.905.127	3.163.664	155,05
Piauí	2.907.659	2.867.976	557.605	2.310.370	2.055.242	112,41
Ceará	4.320.919	4.274.174	436.014	3.838.161	4.884.457	78,58
Rio Grande do Norte	1.379.951	1.397.327	314.143	1.083.184	2.776.827	39,01
Paraíba	2.741.391	2.701.526	359.288	2.342.238	2.490.817	94,03
Pernambuco	5.506.007	5.499.147	214.339	5.284.807	5.589.605	94,55
Alagoas	4.959.112	5.010.346	115.799	4.894.548	2.079.418	235,38
Sergipe	1.493.000	1.508.616	355.654	1.152.962	2.154.802	53,51
Bahia	13.181.356	12.984.376	803.610	12.180.766	9.414.356	129,39
Nordeste	42.329.770	42.064.258	4.072.095	37.992.163	34.609.188	109,77

Fonte: Relatórios Fiscais do Estado

⁴² BRASIL. Congresso. Senado. *Resolução nº 40*, de 2001. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=221525>> Acesso em: 15 ago. 2005.

BRASIL. Congresso. Senado. *Resolução nº 43*, de 2001. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ResSF43_2001.pdf> Acesso em: 15 ago. 2005.

Errata

A Tabela 21, do Boletim BNB Conjuntura Econômica 03, apresenta erro nos nomes dos produtos registrados

em cada coluna. Esta edição republica a tabela com as correções.

Tabela 21 - Brasil: relação de troca⁽¹⁾, fertilizantes⁽²⁾ versus produtos selecionados

Período	Produtos						
	Algodão (fardo 15kg)	Arroz Sequeiro (sc 60kg)	Arroz Irrigado (sc 50 kg)	Feijão (sc 60kg)	Milho (sc 60kg)	Soja (sc 60kg)	Trigo (sc 60kg)
Médias Anuais							
2000	42,3	35,8	30,6	14,7	40,2	25,4	33,0
2001	52,9	33,4	30,0	10,6	57,8	23,4	31,7
2002	43,6	29,0	26,5	9,4	38,1	17,6	23,6
2003	39,2	23,2	21,9	11,6	50,3	19,8	28,6
2004	48,3	23,8	27,0	15,8	57,1	22,7	35,8
Dados Mensais							
Dez/03	39,6	18,8	21,1	15,8	51,5	17,9	32,2
Jan/04	37,3	18,1	21,1	12,8	52,9	17,9	32,7
Fev/04	36,7	19,3	23,8	13,9	55,3	18,4	33,9
Mar/04	36,9	21,2	23,4	13,5	53,2	16,2	33,8
Abr/04	38,4	22,9	24,4	14,0	47,3	17,2	31,5
Mai/04	45,9	22,1	24,6	14,5	45,8	18,1	29,4
Jun/04	51,8	23,4	28,1	17,5	52,1	21,3	30,3
Jul/04	55,4	24,7	28,1	20,2	56,0	24,5	33,1
Ago/04	57,5	25,1	28,0	22,6	61,8	26,3	37,4
Set/04	56,0	25,8	28,5	19,9	59,6	25,2	39,1
Out/04 (3)	54,6	25,9	30,6	14,4	62,4	27,1	40,9
Nov/04	54,2	27,3	30,7	13,9	66,8	29,5	42,6
Dez/04	55,2	29,6	32,4	12,7	71,7	30,4	44,6
Média Dez (2000/2004)	47,4	27,9	27,7	12,7	52,3	21,7	33,7

Fonte: DERAL. Disponível em: <www.conab.gov.br>

(1) Indica a quantidade de produto agrícola necessária para se adquirir uma tonelada de fertilizante.

(2) Fertilizantes considerados:

Algodão em caroço: 04 -30 -10 (70%) e sulfato de amônia (30%); Arroz de sequeiro: 05 -25 -25; Arroz irrigado: 05 -25 -25 (75%) e uréia (25%); Feijão: 04 -30- 16 (80%) e uréia (20%); Milho: 04 -30 -16 (70%) e uréia (30%); Soja: 00 -30 -15; Trigo: 04 -3

(3) Valores alterados devido correção de erro de digitação no preço da uréia.

